Estudo de Avaliação Intercalar do Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira 2000-2006 (QCA III)

Relatório Final

Anexos

Instituto de Gestão de Fundos Comunitários

Quaternaire Portugal

CEDRU

ANEXOS

Índice

1. Estrutura Financeira do POPRAM III 3

2. Inquérito aos Executores do POPRAM III 5

3. Identificação dos Executores que Responderam ao Inquérito 10

4. Matriz Preenchida Pelos Participantes no *Focus Group* Conhecedores do Território 20

5. Validação da Matriz SWOT Pelos Participantes no *Focus Group* Conhecedores do Território.....26

6. Inquérito às Equipas Técnicas do POPRAM III – Ficha de Inquirição de Responsáveis e Elementos Integrantes do Staff das Estruturas Técnicas com Intervenção na Gestão do POPRAM III.....30

7. Inquérito às Equipas Técnicas do POPRAM III – Ficha de Inquirição aos Gestores do POPRAM III e aos Responsáveis Técnicos por Medida (s) 33

8. Diagnóstico Sócio-Económico 35

9. Indicadores de Evolução do Contexto Territorial e Sectorial.....52

10. Alterações nas Políticas Públicas (Regionais, Nacionais e Comunitárias) com Impacte na Estratégia do POPRAM III.....56

11. Avaliação Qualitativa da Situação Actual e Evolução 2000-2003, Segundo os Especialistas Conhecedores da Região Autónoma da Madeira 65

12. Principais Resultados dos Inquéritos 68

13. Caracterização do Sistema de Indicadores de Objectivo 86

14.Documento Específico FEOGA.....94

1. ESTRUTURA FINANCEIRA DO POPRAM III

Quadro 1 – Plano Financeiro do POPRAM III
Investimento Programado 2000-2006

Medida	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
1.1	104.406.734	104.406.734	67.671.989
1.2	53.084.180	53.084.180	33.534.146
1.3	73.738.765	63.762.807	33.684.895
1.4	163.279.217	163.279.217	111.532.767
1.5	121.335.122	116.559.724	99.075.446
2.1	154.695.294	111.424.818	78.231.685
2.2	36.836.004	27.016.835	19.732.497
2.3	97.655.727	65.425.728	33.702.885
2.4	243.836.662	243.836.662	132.163.006
2.5	100.316.388	100.316.388	69.400.502
2.6	20.839.034	20.839.034	13.655.906
AT – FDR	12.469.879	12.469.879	8.728.904
AT – FEO	1.907.382	1.907.382	1.621.315
AT – FSE	2.053.632	2.053.632	1.745.554
AT – IFOP	305.980	305.980	229.503
Total	**1.186.760.000**	**1.086.689.000**	**704.711.000**

Fonte: Complemento de Programação (Versão de Junho de 2003)

Quadro 2 – Plano Financeiro do POPRAM III
Investimento Programado até 31 de Dezembro de 2002

Medida	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
1.1	50.086.410	50.086.410	33.495.138
1.2	38.786.268	38.786.268	25.606.208
1.3	35.049.836	25.073.878	13.996.212
1.4	72.123.400	72.123.400	50.254.973
1.5	55.252.567	53.077.963	45.116.270
2.1	73.930.797	53.812.811	37.901.378
2.2	17.840.599	13.084.188	9.555.985
2.3	47.952.406	37.516.167	19.961.785
2.4	102.356.093	102.356.093	57.152.488
2.5	45.061.665	45.061.665	33.008.591
2.6	9.323.230	9.323.230	6.495.087
AT – FDR	5.819.565	5.819.565	4.228.749
AT – FEO	923.984	923.984	785.387
AT – FSE	938.918	938.918	798.077
AT – IFOP	148.203	148.203	111.152
Total	**555.593.941**	**508.132.743**	**338.467.480**

Fonte: Complemento de Programação (Versão de Junho de 2003)

Quadro 3 – Plano Financeiro do POPRAM III
Investimento Aprovado até 31 de Dezembro de 2002

Medida	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
1.1	56.873.026	56.873.026	36.114.890
1.2	15.764.084	15.764.084	9.172.473
1.3	42.043.675	29.698.427	1.705.409
1.4	83.018.025	83.018.025	55.223.461
1.5	92.121.068	89.937.001	76.446.451
2.1	72.553.983	64.659.006	53.163.654
2.2	8.926.663	8.815.907	6.628.545
2.3	43.014.619	23.280.673	11.931.154
2.4	262.030.650	262.030.650	136.111.721
2.5	29.364.095	29.364.095	20.554.866
2.6	20.130.251	20.130.251	11.256.193
AT – FDR	2.717.014	2.717.014	1.901.910
AT – FEO	265.077	265.077	225.256
AT – FSE	1.023.918	1.023.918	870.330
AT – IFOP	64.844	64.844	54.362
Total	**729.910.992**	**687.641.998**	**421.360.675**

Fonte: IFC, 2003

Quadro 4 – Plano Financeiro do POPRAM III
Investimento Executado até 31 de Dezembro de 2002

Medida	Custo Total	Despesa Pública	Fundo
1.1	28.575.633	28.575.633	17.997.613
1.2	2.554.591	2.554.591	1.277.296
1.3	13.182.445	7.821.658	4.592.601
1.4	34.596.483	34.596.483	22.505.529
1.5	52.975.767	51.798.780	44.028.963
2.1	11.840.412	7.723.629	5.834.601
2.2	2.963.857	2.963.857	2.222.893
2.3	3.160.084	1.940.711	1.091.036
2.4	130.966.511	130.966.511	67.847.023
2.5	8.714.519	8.714.519	6.100.163
2.6	2.721.964	2.721.964	1.402.354
AT – FDR	532.625	532.625	372.838
AT – FEO	0	0	0
AT – FSE	1.004.125	1.004.125	853.506
AT – IFOP	9.677	9.677	7.258
Total	**293.798.693**	**281.924.763**	**176.133.674**

Fonte: IFC, 2003

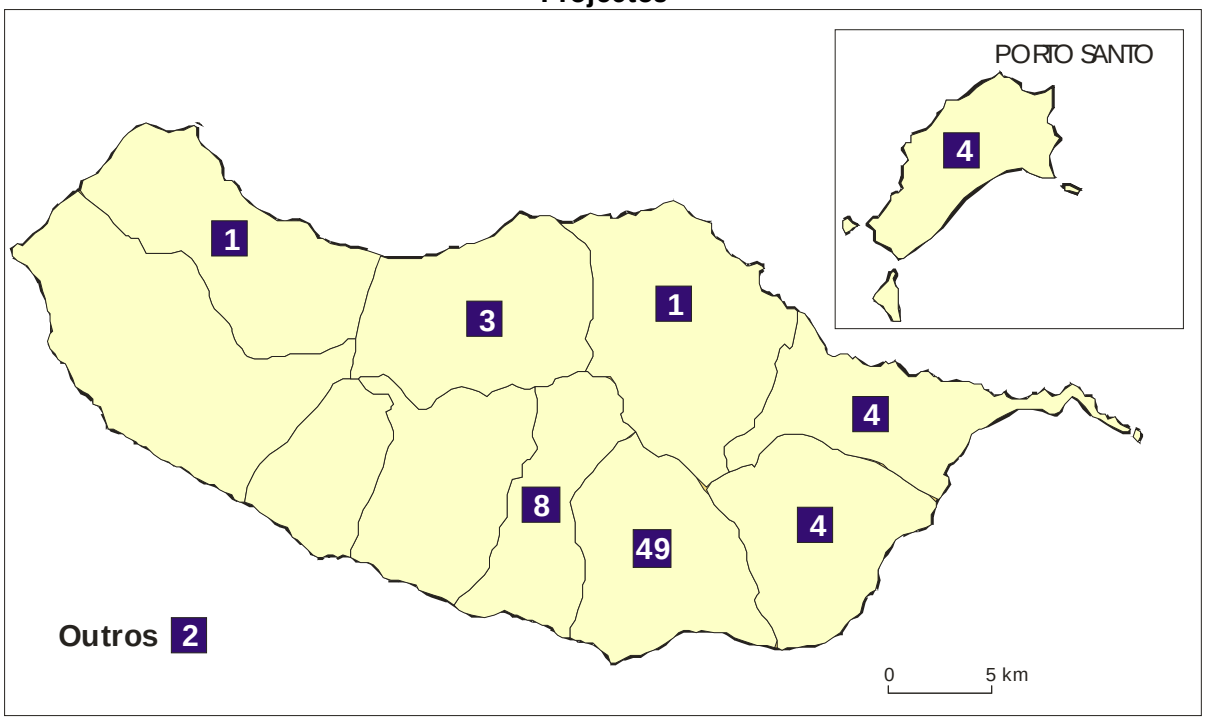
2. INQUÉRITO AOS EXECUTORES DO POPRAM III

No sentido de complementar a análise realizada em vários domínios no estudo de avaliação, a Equipa lançou um inquérito, em Fevereiro de 2003, aos executores de projectos do POPRAM III. No total foram enviados trezentos e noventa e seis inquéritos, que corresponderam a cerca de 50% do número total de executores de projectos dos quatro Fundos Estruturais (FEDER, FSE, FEOGA e IFOP) do POPRAM III durante o primeiro biénio de execução do Programa (até 31 de Dezembro de 2001), de acordo com a informação disponibilizada pelo IFC. Registou-se uma taxa de resposta de 19,2%, o que comparativamente com outros estudos se pode considerar bastante satisfatória, apresentando uma razoável representatividade sectorial.

Quadro 5 – Respostas ao Questionário, por Tipologia de Executores de Projectos

Tipologia de Executores	Respostas Obtidas (%)
Administração Regional	14,1
Administração Local	6,3
Associações Sectoriais e Regionais	15,6
Empresas Privadas	53,1
Instituições de Ensino e Formação	7,8
IPSS	3,1
TOTAL	100

Figura 1 – Respostas ao Questionário, por Concelho de Localização dos Executores e Projectos



Quaternaire Portugal

CEDRU

Avaliação Intercalar do Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira

Inquérito a executores de projectos apoiados pelo POPRAM III

Entidade: _____ Concelho: _____

I PARTE – AVALIAÇÃO DAS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA REGIÃO ENTRE 2000-2003

Avalie a situação actual da Região Autónoma da Madeira, através de uma escala de 1 a 4, sendo que 1 é a situação pior e 4 a melhor *(assinale com um X, preenchendo todo o quadro)*.
Avalie a evolução, entre 2000 e 2003, da Região Autónoma da Madeira, através das três categorias valorativas expressas no quadro *(assinale com um X, preenchendo todo o quadro)*.

Domínios			Situação Actual				Evolução 2000/2003		
			1	2	3	4	Melhorou	Manteve	Piorou
Ambiente	Sistemas de Saneamento Básico	Sistemas de abastecimento de água							
		Sistemas de esgotos							
		Sistemas de recolha e tratamento de lixos							
	Outros Sistemas Ambientais	Parques e reservas naturais							
		Qualidade das ribeiras e nascentes							
		Qualidade da paisagem							
		Sensibilização e educação ambiental							
		Prevenção de riscos naturais							
		Utilização de energias renováveis							
Acessibilidades e Transportes		Rede viária regional							
		Rede viária municipal							
		Acessibilidade entre as sedes de concelho							
		Transportes públicos rodoviários							
		Controle da poluição de tráfego							
		Transportes aéreos							
		Qualidade das telecomunicações							
Equipamentos Sociais e Culturais		Ensino pré-escolar							
		Ensino básico e secundário							
		Ensino superior							
		Ensino profissional							
		Hospitais							
		Centros de saúde							
		Equipamentos de apoio à infância e juventude							
		Equipamentos de apoio à terceira idade							
		Desporto e lazer							
		Cultura							
		Promoção da ciência							
Qualificação Urbana e Patrimonial		Qualidade global do ambiente urbano							
		Valorização dos centros históricos							
		Valorização de áreas comerciais tradicionais							
		Valorização de património monumental e cultural							
		Espaços verdes e de lazer							
		Qualificação do espaço público (arruamentos, iluminação							
		Circulação viária e estacionamento urbano							
Valorização e Promoção Territorial		Promoção de produtos regionais							
		Certificação da qualidade de produtos							
		Animação cultural e turística							
		Valorização do património rural e levadas							
		Valorização da paisagem agrária							
Modernização e Desenvolvimento Institucional		Modernização da administração pública local							
		Formação e qualificação de técnicos							
		Novas formas de gestão urbana							

O Inquérito deverá ser devolvido para: **Fax: 217 121 250** ou CEDRU – R. Fernando Namora 46-A 1600-454 LISBOA.
Em caso de dúvida, contacte 217 121 240

Quaternaire Portugal

CEDRU

(continuação)

Domínios		Situação Actual				Evolução 2000/2003		
		1	2	3	4	Melhorou	Manteve	Piorou
Competitividade Económica Local e Regional	Produtividade agrícola							
	Valorização e ordenamento das zonas industriais							
	Dinâmica do tecido empresarial							
	Circuitos de comercialização/distribuição							
	Serviços de apoio à actividade económica							
	Cooperação e parceria empresarial							
	Associativismo para o desenvolvimento local							
	Internacionalização da actividade produtiva							
	Captação de investimento estrangeiro							
	Inovação tecnológica na actividade produtiva							
	Integração de novas tecnologias de informação							
Emprego e Formação	Criação de novas empresas							
	Integração das TIC nas empresas							
	Qualificação da população activa no domínio das TIC							
	Igualdade de oportunidades entre homens e mulheres							
	Inserção de jovens no mercado de trabalho							
	Desemprego							
	Qualificação (escolar e profissional) dos activos							
	Relação formação/ necessidades das empresas							
	Inserção socio-profissional de grupos desfavorecidos							

II PARTE – PROCESSO DE CANDIDATURAS E DE EXECUÇÃO DE PROJECTOS

*Para cada questão, assinale com um **X** apenas os casos que considere relevantes*

1. Acesso à informação sobre o POPRAM III e o processo de candidatura

Como teve conhecimento dos apoios do POPRAM III (apenas para os executores não pertencentes às estruturas da Administração Regional)

- Publicações e material de divulgação elaborados pelo IFC ☐
- Via *Internet*, por consulta do sítio do IFC ☐
- Via *Internet*, por consulta de outros sítios informativos ☐
- Sessões públicas de divulgação do Governo Regional ☐
- Contacto directo com gestores dos Fundos Estruturais ☐
- Comunicação Social ☐
- Associação Empresarial ☐
- Empresa de Consultoria ☐
- Apoio anterior (POPRAM II) ☐
- Outra fonte de informação _____ ☐

2. Motivações para a apresentação da(s) candidatura(s)

- Necessidade de completar/continuar investimentos já realizados no âmbito do QCA I e/ou QCA II ☐
- Aproveitamento de um forte conhecimento dos mecanismos e investimentos financeiros de apoio comunitário ☐
- Grande capacidade técnica e de resposta do executor na apresentação de candidaturas ☐
- Efeito da publicidade e das acções de divulgação de informação sobre o POPRAM III ☐
- Efeito do contacto directo com os gestores das Componentes do POPRAM III ☐

3. Dificuldades habituais na preparação e aprovação de candidaturas

Não ☐ Sim ☐

Se sim, quais as principais razões?

- Insuficiência de informação sobre o POPRAM III ☐
- Capacidade técnica do executor ☐
- Capacidade financeira do executor ☐
- Complexidade dos formulários ☐
- Prazos de entrega demasiado curtos ☐
- Dificuldade de enquadramento nos objectivos das Medidas do POPRAM III ☐
- Lentidão das rotinas processuais ☐

Outra: _____

4. Assistência técnica habitual das candidaturas:

- Inst. Gestão de Fundos Comunitários ☐
- Outras Entidades Públicas Regionais ☐
- Câmara Municipal ☐
- Associação/Núcleo empresarial ☐
- Empresas de consultoria ☐
- GATAL ☐

Outro: _____

O Inquérito deverá ser devolvido para: **Fax: 217 121 250** ou CEDRU – R. Fernando Namora 46-A 1600-454 LISBOA.
Em caso de dúvida, contacte 217 121 240

Quaternaire Portugal

CEDRU

5. Dificuldades habituais de execução dos projectos

Não ☐ Sim ☐

Se sim, quais as principais razões?

- Processos de expropriação ☐
- Aquisição de terrenos ☐
- Problemas com os empreiteiros ☐
- Questões processuais relativas ao visto do Tribunal de Contas ☐
- Questões processuais relativas à complexidade do concurso público ☐
- Desajustes técnicos dos projectos face à realidade da obra ☐
- Capacidade financeira do executor ☐
- Capacidade técnica do executor ☐
- Menor interesse do executor face às eventuais mudanças contextuais ☐
- Menor interesse do executor face às reformulações na candidatura a que foi obrigado ☐

Outros:_____

6. Controlos habituais na execução dos projectos

Não ☐ Sim ☐

Em caso afirmativo, através de que entidades?

- IGFC – Gabinete de Gestão do POPRAM III ☐
- DGDR – Direcção Geral do Desenvolvimento Regional ☐
- IGFSE – Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu ☐
- IGA – Inspecção-Geral de Auditoria do Ministério da Agricultura ☐
- IGF - Inspecção-Geral de Finanças ☐
- IGAT - Inspecção-Geral da Administração do Território ☐
- Tribunal de Contas Nacional ☐
- Tribunal de Contas Europeu ☐

Outras:_____

7. Meios a que recorreu para o auto-financiamento do projecto(s):

- Capital próprio ☐
- Venda de bens ☐
- Empréstimo bancário ☐
- Outro meio _____ ☐

8. Que apreciação global faz do Gabinete de Gestão do POPRAM III (IFC)?

Utilizando uma escala valorativa de 1 a 4, em que 1 é o pior e 4 o melhor, qual a apreciação que faz do funcionamento do IFC em função dos seguintes itens *(coloque um **X** na opção mais adequada)*:

	1	2	3	4	NS/NR
Prestação de informações aos executores					
Capacidade de relacionamento com o exterior					
Conhecimento técnico da área da candidatura					
Apoio na elaboração / reformulação das candidaturas					
Correcção na aplicação dos critérios de apreciação / decisão					
Rapidez na análise dos processos					
Rapidez no cumprimento dos compromissos financeiros					
Qualidade do acompanhamento da execução do projecto					
Desempenho global					

III PARTE – AVALIAÇÃO GLOBAL DOS PROJECTOS DO EXECUTOR

1. Avaliação dos impactes globais dos projectos do executor (executados ou em execução)

Avalie, utilizando a seguinte escala valorativa, os impactes globais (efectivos ou previsíveis) dos projectos aprovados no âmbito do POPRAM III que executou ou que tem em execução *(coloque um **X** na opção mais adequada)*:

	Forte	Médio	Fraco ou Nulo	Negativo
1. Melhoria dos factores de competitividade da economia regional				
2. Melhoria das condições de atracção de investimento estruturante				
3. Diversificação da base económica				
4. Robustecimento do tecido empresarial				
5. Criação de emprego				
6. Melhoria da qualificação profissional				
7. Melhoria da produtividade				
8. Robustecimento, articulação e qualificação do sistema urbano				
9. Melhoria das redes e sistemas de transporte				
10. Melhoria das condições de circulação e estacionamento urbano				
11. Reforço da oferta e da qualidade dos equipamentos e serviços sociais e culturais				
12. Valorização do património histórico e cultural				
13. Melhoria da sustentabilidade e da qualidade ambiental				
14. Melhoria da cobertura dos sistemas de saneamento básico				
15. Promoção da igualdade de oportunidades homens / mulheres				
16. Promoção da qualidade e equidade de acesso à sociedade de informação				
17. Melhoria da eficácia dos serviços públicos				
18. Outros				

O Inquérito deverá ser devolvido para: **Fax: 217 121 250** ou CEDRU – R. Fernando Namora 46-A 1600-454 LISBOA.
Em caso de dúvida, contacte 217 121 240

Quaternaire Portugal

CEDRU

2. Avaliação do Contributo dos Projectos do Executor para a Integração das Chamadas Prioridades Transversais Comunitárias

Tendo em conta as três prioridades transversais que a União Europeia considerou estratégicas (Igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, Ambiente e Sociedade da Informação), como avalia os efeitos esperados dos seus projectos? *(coloque um X na opção mais adequada, preenchendo todo o quadro)*

	Efeito significativo	Efeito pouco significativo	Sem efeito	Efeito negativo
Prioridade transversal: Igualdade de oportunidades entre homens e mulheres				
Condições de vida mais adaptadas às necessidades das mulheres (ex: conciliação trabalho-vida familiar)				
Igualdade de situação das mulheres no trabalho (ex: acesso a formação profissional, acesso a cargos superiores)				
Participação das mulheres na criação de actividades socio-económicas				
Prioridade transversal: Ambiente				
Incorporação de preocupações com o ambiente na gestão corrente da empresa ou instituição				
Diminuição dos impactes negativos das actividades económicas sobre o ambiente				
Diminuição da emissão de gases com efeito de estufa				
Conservação da natureza e preservação de recursos naturais				
Consumo racional de energia e utilização de energias renováveis				
Melhoria do ambiente urbano				
Formação de recursos humanos no domínio ambiental				
Educação ambiental				
Prioridade transversal: Sociedade da Informação				
Desenvolvimento das acessibilidades às redes e serviços de informação e comunicação (criação de redes, melhoria das competências dos utilizadores, acesso à Internet,.)				
Economia digital (serviços de I&C às empresas, comércio electrónico, introdução de tecnologias de informação nas empresas, etc.)				
Desenvolvimento de conteúdos				
Desenvolvimento do *e-government* (modernização da administração pública, informatização)				

O inquérito deverá ser devolvido para: **Fax: 217 121 250** ou CEDRU – R. Fernando Namora 46-A 1600-454 LISBOA.
Em caso de dúvida, contacte 217 121 240

3. IDENTIFICAÇÃO DOS EXECUTORES QUE RESPONDERAM AO INQUÉRITO

Nome	Projecto	Medida
ACIM – Associação Comercial Industrial Machico	Instalações Eléctricas, Manutenção e Reparação de Electrodomésticos	1.5
	Empregado(a) de Serviços de Alimentação e Bebidas	1.5
	Técnico de Cozinha	1.5
	Técnico de Contabilidade e Gestão Comercial	1.5
ACIF – Associação Comercial e Industrial do Funchal	Técnicos na Área das Tecnologias de Informação	1.5
	Desenvolvimento Pessoal = Qualidade Organizacional	1.5
	Gerir e Motivar Equipas	1.5
	Programa de Gestão de Informação	1.5
	Programa Avançado de *Marketing* para Executivos	1.5
	Programa Avançado de Gestão para Executivos	1.5
	Finanças para Não Financeiros	1.5
	A cobrança e o telefone	1.5
	Produção para a *Web*	1.5
	Escritório Electrónico – Aperfeiçoamento	1.5
	Estratégia Jurídica e de Contratos de Trabalho	1.5
	Formação Prática do Assistente de Compras	1.5
	Como Gerir o seu Micro-Computador	1.5
	Gerir e Motivar Equipas	1.5
	Gestão do Stress + Tempo	1.5
	Gestores e Auditores de Qualidade	1.5
	Actualização: Gestores e Auditores da Qualidade	1.5
	Fiscalidade do *E-Commerce* para Não Especialistas	1.5
	Praticar a Análise Financeira	1.5
	AS ISO 14000/ O EMAS	1.5
	O Plano de Formação	1.5
	Chaves da Gestão de Projectos	1.5
	Gestão de Alimentação e Bebidas	1.5
	Windows 2000 Server – Instalação, Configuração e Administração	1.5
	Gerir e Motivar Equipas	1.5
	Solução CT: Formação em Sala (Empresários)	1.5
	Gestão de Projectos de software	1.5
	CORELDRAW – Composição de Desenhos Vectoriais e Textos	1.5
	Windows 2000 Server – Instalação, Configuração e Administração	1.5
	Solução CT: Formação Personalizada p / Empresários Comércio Tradicional	1.5
	TCP/IP para *Windows NT 4.0 e Windows 2000*	1.5
	Inglês	1.5
	PIAME-CR: Formação para os Consultores Juniores	1.5
	PIAME-CR: Formação para os Consultores Seniores	1.5
	PIAME-CR: Formação em Sala	1.5
	PIAME-CR: Formação Personalizada	1.5
	Vendedores de automóveis	1.5
	Gestão do Stress	1.5
	Comunicação Não Defensiva e Negociação	1.5
	Gerir e Motivar Equipas 3	1.5
	Master em Gestão Hoteleira e Turística	1.5
	Adobe Photoshop – Tratamento Profissional de Imagens	1.5
	Preparar, Construir e Apresentar uma Exposição	1.5
	Introdução à Programação em Access 2000	1.5
	Estratégias e Tácticas de Negociação para Dirigentes	1.5
	Windows 2000 Advanced Server – Instalação, Configuração, Administração e Optimização	1.5
	Gestão e Manutenção de Equipamentos na Hotelaria	1.5
	Gerir e Motivar Equipas – Vencer o Desafio	1.5
	Inteligência Emocional.com – Pessoas, Organizações e o Futuro	1.5
	Parabéns pelo seu Atendimento – Desenvolver a Qualidade de Serviço ao Cliente	1.5
	Gestão do Stress + Tempo	1.5

Nome	Projecto	Medida
ACIPS – Associação Comercial e Industrial do Porto Santo	Criação de Empresas	1.5
	Aperfeiçoamento de Línguas para Comerciantes (Inglês - Iniciação)	1.5
	Aperfeiçoamento de Línguas para Comerciantes (Inglês - Avançado)	1.5
	Aperfeiçoamento de Línguas para Comerciantes (Alemão - Iniciação)	1.5
	Aperfeiçoamento de Línguas para Comerciantes (Alemão - Avançado)	1.5
	A Informática na Gestão Tele-trabalho e *e-Commerce*	1.5
	Ferramentas de Escritório Avançadas	1.5
	Atendimento	1.5
	Gestão para Empresários	1.5
	Motoristas de Turismo	1.5
	Guias Intérpretes Regionais	1.5
António Elogio & Vieira, Lda.	Criação da Empresa (2ª fase)	2.3
António Pereira, Lda.	Adaptação para nova unidade/estabelecimento (1ª Fase)	2.3
Associação de Agricultores das Fajãs do Cabo Girão	Regadio das Fajãs do Cabo Girão	2.1
	Teleférico misto para acesso às Fajãs do Cabo Girão	2.1
	Baixada – Fajã das Bebras, Pedreira e Asnos	2.1
Associação de Agricultores do Porto da Cruz	Caminho Agrícola entre os Sítios do Oleiro e da Achada	2.1
Associação de Jovens Empresários Madeirenses	Curso Integrado de Gestão 2000	1.5
	Diagnóstico Estratégico	1.5
	Gestão de Informação Comercial	1.5
	Instrumentos de Financiamento	1.5
Associação dos Jovens Agricultores da Madeira e P. Santo	Base de Informática	1.5
	Arranjos Florais	1.5
	Empresário Agrícola	1.5
	Base de Informática	1.5
	Internet	1.5
	Empresário Agrícola – Santana	1.5
	Empresário Agrícola – S. Vicente	1.5
	Empresário Agrícola – Santa Cruz	1.5
	Empresário Agrícola – Preces – Câmara Lobos	1.5
	EMPRESÁRIO AGRÍCOLA	1.5
Betamar Praia Dourada – Investimentos Turísticos, Lda.		
CAIRES – Móveis e Decorações, S.A.	Modernização estrutural e organizacional (2º fase)	2.3
Câmara Municipal de Câmara de Lobos	Construção da EM entre o Damasqueiro e Calvário – Estreito de Câmara de Lobos	2.4
	Construção do Caminho Municipal da Fajã	2.1
	Construção do Caminho Municipal das Preces à Ribeira da Caixa	2.1
	Construção do CM de ligação à E.M. Das Heras – Pedregal	2.1
Câmara Municipal do Funchal	Remodelação das Redes de Esgotos e Águas Pluviais na Zona Baixa do Funchal	1.4
	Renovação do Equip. de Remoção de RS e Limpeza Urbana – Ano 2001	1.5
	Renovação e Remodelação da Rede de Água na Zona Baixa do Funchal	1.6
	BaaN – Gestão Integrada nas Autarquias	1.7
	Curso para Ingresso na Carreira de Bombeiro Municipal	1.8
	Formação de Formadores	1.9
	Infra-estruturas de terrenos para Habitação Social – Conj. Habitacional Várzea	1.10
Câmara Municipal do Porto Moniz	Rede de Abastecimento de Água Potável à Freguesia do Seixal	1.4
	Teleférico de passageiros nas Achadas da Cruz	2.1
	Construção de um pontão metálico no Chão da Ribeira	2.1
	Caminho Agrícola da Fonte	2.1
Câmara Municipal do Porto Santo	Beneficiação da E.M 550 entre Lombas e a E.R. 111 (Campo de Baixo) – Porto Santo	2.6
Carlos Fernandes, Lda.	Modernização das instalações e equipamentos (2ª fase)	2.3
Carlos Henrique & Freitas, Lda.	Modernização da actividade (3ª Fase)	2.3
Centro de Segurança Social da Madeira – C. Polivalente do Funchal	Cozinheiro Nível II (2º Ano de Formação)	1.5
	Auxiliar das Indústrias de Madeira e do Mobiliário	1.5
	Cozinheiro Nível II – 3º ano de formação	1.5

Nome	Projecto	Medida
Centro Social e Paroquial Bom Jesus de Ponta Delgada		
CIMERTEX MADEIRA – Soc. de Rep. S.A		
CITMA – Centro de Ciência e Tecnologia da Madeira	7º Ciclo de Seminários de Economia e Gestão para Todos	1.5
	XIV Jornadas de Medicina Legal	1.5
	8º ciclo de Economia e Gestão para Todos	1.5
	1st. Latin – American Clay Conference	1.5
	Jornadas da Água	1.5
	3ª Conferência de Investigação em Enfermagem da RAM	1.5
	1ªs Jornadas em Enologia	1.5
	I Symposium "Island Ecosystems - A Conservation and Molecular Approach"	1.5
	Areias da Praia da Ilha do Porto Santo: Estudo da sua génese,...	1.5
	Formação Avançada de Recursos Humanos: Bolsas Pós-Graduação	1.5
	Formação Avançada de Recursos Humanos – Bolsas de Doutoramento	1.5
	Formação avançada de Recursos Humanos: Bolsas de Mestrado	1.5
	Formação avançada de Recursos Humanos: Bolsas de curta duração	1.5
	Formação Avançada de Recursos Humanos: Bolsa de Curta Duração II/2000	1.5
	Formação Avançada de Recursos Humanos: Bolsa Pós-Doutoramento	1.5
	Pós-Graduação em Direito Regional	1.5
	Formação Avançada Recursos Humanos: Bolsas Doutoramento II/2000	1.5
	Formação Avançada de Recursos Humanos: Bolsas de Pós-Graduação II/2000	1.5
	Formação Avançada Recursos Humanos: Bolsas de Mestrado II/2000	1.5
	Formação Avançada de Recursos Humanos: Bolsas de Curta Duração III/2000	1.5
	Formação Avançada de Recursos Humanos: Bolsas de Mestrado I/2001	1.5
	Formação Avançada de Recursos Humanos: Bolsas de Doutoramento I/ 2001	1.5
	Formação Avançada de Recursos Humanos: Bolsas de Pós-Graduação I/2001	1.5
	Formação Avançada de Recursos Humanos: Bolsas de Curta duração I/2001	1.5
	Pós-Graduação em Neuropsicologia	1.5
	Pós-Graduação em Consulta Psicológica	1.5
	Formação Avançada de Recursos Humanos: Bolsas de Doutoramentos II/2001	1.5
	Mestrado em Língua e Literatura Portuguesa	1.5
	Mestrado em Língua e Literatura Anglo-Americanas	1.5
	Formação Avançada de Recursos Humanos: Bolsas de Mestrados II/2001	1.5
	Formação Avançada de Recursos Humanos: Bolsas de Pós-graduação II/2001	1.5
	Pós-graduação em Gestão de Unidades de Saúde	1.5
	Formação Avançada de Recursos Humanos: Bolsas de Curta Duração II/2001	1.5
Conforturis – Consultoria e Formação Turística, Lda.		
Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação	Formação de Técnicos Profissionais de Educação Especial	1.5
	Auxiliar de Cabeleireiro	1.5
	Agricultura/Jardinagem	1.5
	Carpintaria/Embutidos	1.5
	Confecções – Corte e Costura	1.5
	Reparação de Automóveis	1.5
	Auxiliar de Limpeza	1.5
	Auxiliar de Cozinha	1.5
	Ajudante de Creche e Jardim-de-infância	1.5
	Electricidade/Electrónica	1.5
	Artes Gráficas/Serigrafia	1.5
	Artes Gráficas: Tipografia/Encadernação	1.5
	Serralharia Civil	1.5
	Tapeçarias/Bordados	1.5
	Auxiliar Técnico Administrativo	1.5
	Reparação de Calçado	1.5
	Construção Civil	1.5
	Caixilharia de Alumínios	1.5
	Auxiliar de Cabeleireiro	1.5
	Agricultura/Jardinagem	1.5
	Carpintaria/Embutidos	1.5

Nome	Projecto	Medida
Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação	Confecções – Corte e Costura	1.5
	Reparação de Automóveis	1.5
	Auxiliar de Limpeza	1.5
	Auxiliar de Cozinha	1.5
	Ajudante de Creche de Jardim-de-infância	1.5
	Electricidade/Electrónica	1.5
	Artes Gráficas: Serigrafia	1.5
	Artes Gráficas: Tipografia – Encadernação	1.5
	Serralharia Civil	1.5
	Tapeçarias/Bordado	1.5
	Auxiliar Técnico Administrativo	1.5
	Caixilharia de Alumínio	1.5
	Auxiliar de Cabeleireiro	1.5
	Agricultura/Jardinagem	1.5
	Carpintaria/Embutidos	1.5
	Confecções – Corte e Costura	1.5
	Reparação de Automóveis	1.5
	Auxiliar de Limpeza	1.5
	Auxiliar de Cozinha	1.5
	Artes Gráficas: Serigrafia	1.5
	Artes Gráficas: Tipografia/Encadernação	1.5
	Tapeçarias/Bordados	1.5
	Auxiliar Técnico Administrativo	1.5
	Serralharia Civil	1.5
	Caixilharia de Alumínios	1.5
	Qualificação em Educação Especial/Problemas Graves	1.5
	Integração Profissional de Deficientes	1.5
	Integração Profissional de Deficientes	1.5
	Integração Profissional de Deficientes	1.5
Direcção Regional de Estatística	Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População	1.4
Direcção Regional de Formação Profissional	Carpintaria de Construção Civil	1.5
	Desenhador de Construção Civil/Preparador de Obras	1.5
	Construções Metálicas/Soldaduras	1.5
	Electricidade de Instalações	1.5
	Empregado Administrativo – 2º Ano	1.5
	Técnico de Secretariado – 3º Ano	1.5
	Técnico de Contabilidade e Gestão – A – 3º Ano	1.5
	Técnico Comercial	1.5
	Técnico Comercial – 1º Ano	1.5
	Técnico Administrativo – 1º Ano	1.5
	Cabeleireiro – 1º Ano	1.5
	Jardineiro/Floricultor – 2º Ano	1.5
	Técnico de Contabilidade e Gestão – B – 2º Ano	1.5
	Auxiliar de Cabeleireiro	1.5
	Trabalhador Florestal	1.5
	Técnico Básico de Metalomecânica – 2º Ano	1.5
	Mecânico Automóvel – 1º Ano	1.5
	Concurso Regional de Formação Profissional	1.5
	Empregado Administrativo – 3º Ano	1.5
	Técnico Comercial – 2º Ano	1.5
	Técnico de Contabilidade e Gestão A – 1º Ano	1.5
	Electricidade de Instalações	1.5
	Desenhador de Construção Civil/Preparador de Obras	1.5
	Auxiliar de Metalomecânica (Orientação)	1.5
	Trabalhador de Jardinagem/Floricultura (Orientação)	1.5
	Técnico Administrativo – 2º Ano	1.5
	Cabeleireiro – 2º Ano	1.5
	Mecânico Automóvel – 2º Ano	1.5
	Técnico de Contabilidade e Gestão B – 3º Ano	1.5

Nome	Projecto	Medida
Direcção Regional de Formação Profissional	Jardineiro/Floricultor – 3º Ano	1.5
	Técnico Básico de Metalomecânica – 3º Ano	1.5
	Cabeleireiro – 1º Ano	1.5
	Operador Florestal – 1º Ano (Aprendizagem)	1.5
	Técnico de Informática – 1º ano	1.5
	Técnico Comercial – 3º Ano	1.5
	Técnico de Contabilidade e Gestão – A – 2º Ano	1.5
	Técnico Administrativo – 3º ano	1.5
	Secretariado de Direcção	1.5
	Técnico de Contabilidade e Gestão – B – 1º ano	1.5
	Cabeleireiro – 3º Ano	1.5
	Mecânico Automóvel	1.5
	Cabeleireiro – 2º ano	1.5
	Operador Florestal – 2º ano	1.5
	Técnico Básico de Metalomecânica – 1º ano	1.5
	Técnico Intermédio de Manutenção Mecânica – 1º ano	1.5
	Electricidade de Instalações	1.5
	Concurso Regional de Formação Profissional	1.5
	Carpintaria Construção Civil (currículos Alternativos)	1.5
	Construções Metálicas/Soldadura (Currículos Alternativos)	1.5
	Técnico de Informática – 2º ano	1.5
	Técnico de Contabilidade e Gestão – A – 3º ano	1.5
	Técnico Comercial – 1º ano	1.5
	Técnico Administrativo – 1º ano	1.5
	Auxiliar de Cabeleireiro	1.5
	Técnico de Contabilidade e Gestão – B – 2º ano	1.5
	Cabeleireiro – 3º ano	1.5
	Operador Florestal – 3º ano	1.5
	Técnico Administrativo – 1º ano	1.5
	Desenhador de Construção Civil / Preparador de Obras	1.5
	Mecânico Automóvel – 1º ano	1.5
	Técnico Básico de Metalomecânica – 2º ano	1.5
	Pastelaria/Panificação (Currículos Alternativos)	1.5
	Canalizações	1.5
	Alvenarias de Construção Civil	1.5
	Carpintaria de Construção Civil	1.5
	Construções Metálicas/Soldaduras	1.5
	Canalizações	1.5
	Alvenarias	1.5
	Ajudante de Cabeleireiro (Reciclagem)	1.5
	Praticamente de Cabeleireiro (Reciclagem)	1.5
	Oficial de Cabeleireiro (Reciclagem)	1.5
	Ajudante de Cabeleireiro (Reciclagem)	1.5
	Jardinagem (Aperfeiçoamento)	1.5
	Praticante de Cabeleireiro (Reciclagem)	1.5
	Afinação e Controlo dos Sistemas de Ignição e Injecção Electrónica	1.5
	Afinação e Controlo de Motores	1.5
	Praticante de Cabeleireiro (Reciclagem)	1.5
	Oficial de Cabeleireiro (Reciclagem)	1.5
	Ajudante de Cabeleireiro (Certificação)	1.5
Duplauto – Comércio de Automóveis, Lda.	Criação de empresa (2ª Fase)	2.3
ECAM – Empresa de Consul. e Assessoria Empresarial da Madeira	Modernização das instalações e/ou equipamentos (1ª fase)	2.3
Empresa Intermunicipal da RAM – EIM	Aquisição de Equip. de Recolha e Deposição de RS e Limp. Urbana – 2ª Fase	1.4
Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira	Cozinha/Pastelaria III	1.5
	Restaurante/Bar III	1.5
	Técnicas de Turismo Ambiental e Rural III	1.5
	Técnicas e Gestão Hoteleira II	1.5

Nome	Projecto	Medida
Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira	Recepção/Atendimento II	1.5
	Técnicas de Turismo para Agência de Viagens II	1.5
	Cozinha/Pastelaria II	1.5
	Cozinha/Pastelaria II	1.5
	Restaurante/Bar II	1.5
	Governanta de Andares	1.5
	Recepção / Portaria	1.5
	Técnicas e Gestão Hoteleira I	1.5
	Animador Turístico	1.5
	Cozinha/Pastelaria I	1.5
	Cozinha / Pastelaria I	1.5
	Restaurante / Bar	1.5
	Operador de Manutenção Hoteleira	1.5
	Cozinha/Pastelaria II	1.5
	Cozinha/Pastelaria III	1.5
	Restaurante/Bar III	1.5
	Cozinha/Pastelaria II	1.5
	Técnicas e Gestão Hoteleira II	1.5
	Restaurante / Bar II	1.5
	Restaurante / Bar II	1.5
	Cozinha/Pastelaria II	1.5
	Recepção/Atendimento II	1.5
	Cozinha / Pastelaria	1.5
	Técnicas Turismo para Agência de Viagens I	1.5
	Técnicas de Secretariado para Direcção Hoteleira	1.5
	Técnica Hoteleira – Alimentação e Bebidas	1.5
	Operador de Manutenção Hoteleira	1.5
	Restaurante / Bar I	1.5
	Restaurante / Bar I	1.5
	Cozinha/Pastelaria I	1.5
	Recepção/Atendimento I	1.5
	Cozinha/Pastelaria II	1.5
	Cozinha/Pastelaria I	1.5
	Cozinha/Pastelaria I	1.5
	Cozinha/Pastelaria II	1.5
	Cozinha/Pastelaria III	1.5
	Restaurante/Bar I	1.5
	Restaurante / Bar I	1.5
	Restaurante / Bar III	1.5
	Restaurante / Bar II	1.5
	Restaurante / Bar III	1.5
	Restaurante / Bar III	1.5
	Recepção / Atendimento II	1.5
	Técnicas de Turismo / Agência de Viagens	1.5
	Recepção / Portaria	1.5
	Técnica Hoteleira Alimentação E Bebidas	1.5
	Técnica e Gestão Hoteleira	1.5
	Técnica de Secretariado para Direcção Hoteleira	1.5
	Motoristas de Turismo	1.5
	Guias de Montanha	1.5
	Guias de Turismo de Montanha	1.5
	Motoristas de Turismo	1.5
	Bietápico em Direcção e Gestão Hoteleira	1.5
	Motoristas de Turismo	1.5
	Motorista de Turismo	1.5
	Guias de Montanha	1.5
	Complemento de Formação em Enfermagem	1.5
Escola Superior de Enfermagem da Madeira	Complemento de Formação em Enfermagem	1.5

Nome	Projecto	Medida
Escola Superior de Enfermagem de S. José de Cluny	Curso Superior Enfermagem 1996/99 -Outubro 1996 Ano Complementar	1.5
	Curso Superior Enfermagem 1997/2000 – Outubro 1997	1.5
	Curso Superior Enfermagem 1998/2001 – Outubro 1998	1.5
	Curso Superior Enfermagem 1999/2003 – Outubro 1999	1.5
	Curso Superior de Enfermagem 1997/00 – Março de 1997	1.5
	Curso Superior de Enfermagem 1998/01 – Março de 1998	1.5
	Curso Superior de Enfermagem 1999/02 – Março de 1999	1.5
	Curso Superior de Enfermagem 1997/00 – Outubro de 1997	1.5
	Curso Superior de Enfermagem 1998/01 – Outubro 1998	1.5
	Curso Superior de Enfermagem 1999/03 – Outubro de 1999	1.5
	Curso Superior de Enfermagem 2000/04 – Outubro de 2000	1.5
	Curso superior de Enfermagem 1998/01 – Março de 1998	1.5
	Curso Superior de Enfermagem 1999/02 – Março de 1999	1.5
	Curso Superior de Enfermagem 1998/01 – Outubro de 1998	1.5
	Curso Superior de Enfermagem 1999/03 – Outubro de 1999	1.5
	Curso Superior de Enfermagem 2000/04 – Outubro de 2000	1.5
	Curso Superior de Enfermagem 2001/05 – Outubro de2001	1.5
	Curso Superior de Enfermagem 1999/03 – Outubro 1999	1.5
	Curso Superior de Enfermagem 2000/04 – Outubro 2000	1.5
	Curso Superior de Enfermagem 2001/05 – Outubro 2001	1.5
	Curso Superior de Enfermagem 2002/06 – Outubro 2002	1.5
	Curso de Complemento de Formação em Enfermagem	1.5
	Doutoramento em Ciências da Educação	1.5
	Curso de Mestrado em Ciências de Enfermagem	1.5
	Curso de Mestrado em Ciências da Educação	1.5
	Curso de Mestrado em Comunicação em Saúde	1.5
Esquissarte – Projectos de Construção, Lda.	Modernização estrutural ou organizacional (2ª fase)	2.3
Estação de Serviço do Pilar, Lda.	Modernização das instalações ou equipamentos (2ª fase)	2.3
Estado-maior do Exército – Zona Militar da Madeira	Assessoria Administrativa	1.5
F.P.S. – Ferragens Porto Santo, Lda.		
Filipe Basílio, Lda.	Modernização das instalações ou equipamentos (1ª fase)	2.3
Freitas, Pedro & Pedro, Lda.	Criação duma empresa (3ª fase)	2.3
Fundação AMI – Porta Amiga do Funchal	Simpatia à Porta – Curso de Ajudantes Familiares	1.5
Helena & Eloi, Lda.	Modernização das instalações ou equipamentos (3ª fase)	2.3
HNS – Alumínios, Lda.	Criação de Empresa (2ª fase)	2.3
IBTAM – Instituto do Bordado, Tapeçarias e Artesanato da Madeira	As Tapeçarias e a Tela Bordada	1.5
	Curso Preliminar p / Técnicos Criadores de Desenhos p / o Bordado	1.5
	Embutidos	1.5
	As Tapeçarias e a Tela Bordada	1.5
Ilídio Mata Sociedade Restauração, Unip. Lda.	Criação de Empresa (2ª fase)	2.3
Indupizo – Ind. Metalomecânica Electricidade, Lda.	Modernização das instalações ou equipamentos (2ª Fase)	2.3
Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus	Reabilitar e formar para integrar	1.5
Instituto do Vinho da Madeira	Plano Promocional do Vinho Madeira – 2000-2003	2.3
Irmãos Freitas, Lda.	Modernização estrutural ou organizacional (2ª fase)	2.3
Irmãos Vieira, Lda.	Construção de nova unidade / estabelecimento (2ª fase)	2.3
J. Silva & A Andrade, Lda.	Criação de empresa (3ª Fase)	2.3
José Teixeira de Jesus, Lda.	Modernização das instalações ou equipamentos (3ª fase)	2.3
Laboratório Regional de Engenharia Civil	PAUER – Projecto da Avaliação e Utilização de Energia Renováveis	1.4
Lobosonda – Actividades Turístico-Recreativas, Lda.	Criação de empresa (2ª Fase)	2.3
Lotinha da Madeira, Lda.		
Lubripiso – Lubrificação dos Socorridos, Lda.	Expansão da Actividade (2ª Fase)	2.3

Nome	Projecto	Medida
Manchete, Publicações e Artes Gráficas, Lda.		
Nunes & Lira, Lda.	Criação de empresa (2ª Fase)	2.3
O Garfo do Lobo – *Snack-bar*, Lda.	Criação de empresa (1ª fase)	2.3
Padaria do Calhau, Lda.	Expansão da actividade (2ª Fase)	2.3
Pastelaria dos Socorridos, Lda.	Criação de Empresa (3ª fase)	2.3
Pedra, Diniz &Cª., Lda.	Modernização estrutural ou organizacional (2ª Fase)	2.3
Península, Investimentos Turísticos S.A		
Porto Santo Line – Transportes Marítimos, Lda.	Novo Navio de Ligação ao Porto Santo	1.3
SantanaPOC – Gabinete de Contabilidade, Lda.	Criação de Empresa (2ª fase)	2.3
Secretaria Regional de Educação	Rede Escolar Integrada Séc. XXI (REI XXI)	1.2
	Biblioteca Digital da História da Madeira	1.2
Secretaria Regional de Turismo e Cultura	Curso Básico de Conservação de Colecções de Fotografia	1.5
	Acções de Diversificação de Mercados em 2000 e 2001	1.1
	Campanha de Imagem de 2000 e 2001	1.1
	Material Promocional de 2000 e 2001	1.1
	Festas do Carnaval de 2000 e 2001	1.1
	Festas da Flor de 2000 e 2001	1.1
	Festas do Vinho Madeira de 2000 e 2001	1.1
	Festas do Fim de Ano de 2000 e 2001	1.1
	Festivais do Atlântico 2002 – 2003	1.1
	Festas do Carnaval de 2002 e 2003	1.1
	Festas da Flor de 2002 e 2003	1.1
	Festas do Vinho de 2002 e 2003	1.1
	Festas do Fim de Ano de 2002 e 2003	1.1
Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes	Complexo para Natação Desportiva da RAM	1.1
	Biblioteca e Arquivo da RAM	1.1
	Canalização da Ribeira de Machico	1.4
	Canalização da Ribeira dos Socorridos	1.4
	Protecção Marginal do Paúl do Mar	1.4
	Plataforma na Foz da Ribeira dos Socorridos	1.4
	Canalização da Ribeira do Faial	1.4
	Canalização da Ribeira da Boaventura	1.4
	Via Expresso Machico – Faial, 2ª Fase	2.4
	Construção de Acessos ao Túnel da Encumeada, 1ª e 2ª Fases	2.4
	Reconstrução da E.R. 101 São Vicente – Porto Moniz, 2ª Fase	2.4
	Reformulação do Nó da Cruz de Carvalho	2.4
	Construção da Variante à ER 104 na Vila da Ribeira Brava	2.4
	Nova Ligação Caniço – Camacha – 1º Fase	2.4
	ER 101 – Troço Calheta – Prazeres – 2ª Fase – Túneis	2.4
	Variante à Vila da Ponta do Sol	2.4
	Variante à Vila da Calheta – 1ª Fase	2.4
	Variante à ER 104 Rosário S. Vicente – 1ª Fase	2.4
	Via expresso Machico Faial – Troço Serrado/Longueira	2.4
	Ligação entre a Fajã da Murta e Lombo Galego – Faial	2.4
	Escola Básica do Galeão	2.5
	Equipamento Escolar 2000-2002	2.5
	Escola Básica do 1º Ciclo do Rochão	2.5
	Ampliação do Internato da Quinta do Leme	2.5
	Escola Básica das Covas	2.5
	Escola Básica do Campanário	2.5
	Escola Básica da Fajã da Ovelha	2.5
	Escola Básica do Lombo Salão – Calheta	2.5
	Centro de Saúde do Monte	2.5
	Ligação entre Estrada do Aeroporto e Estrada das Lombas – Porto Santo	2.6
	Reconstrução ER 111 entre Hotel do Porto Santo e Calheta – Porto Santo	2.6

Nome	Projecto	Medida
Sindicato Democrático dos Professores da Madeira	Pedagogia Diferenciada e Salas de Estudo	1.5
	Jogos Pedagógicos, Técnica de Sala de Aula – Tª 2	1.5
	Jogos Pedagógicos, Técnica de Animação de Sala de Aula – Tª 1	1.5
	Expressões Integradas. Dança e Teatro	1.5
	Deixa Contar. Era Uma Vez...	1.5
	Técnica e Comunicação vocal Turma 1	1.5
	Leitura Extensiva (Inglês)	1.5
	Comunicação e Aprendizagem	1.5
	Concepção e Produção de Materiais Didácticos – Tª 1	1.5
	Deixa Contar, Era Uma Vez – Tª 2	1.5
	Concepção e Produção de Materiais Didácticos – Tª 2	1.5
	Concepção e Produção de Materiais Didácticos – Tª 3	1.5
	Área-Projecto	1.5
	Autonomia, Administração e Gestão II – A Gestão da Diversidade	1.5
	Inclusão... Uma Estratégia ao Serviço do Todos	1.5
	Autonomia, Administração e Gestão I	1.5
	Técnica e Comunicação Vocal – Tª 2	1.5
	Expressão Plástica – A Prática Pedagógica	1.5
	Didáctica da Filosofia	1.5
	Pedagogia Diferenciada e Sala de Estudo – Tª 2	1.5
	Concepção e Produção de Materiais Didácticos – Tª $	1.5
	Contexto Social da Educação	1.5
	Avaliação das Aprendizagens dos Alunos	1.5
	O Projecto Educativo na Construção da Autonomia da Escola	1.5
	Técnica e Comunicação Vocal – Tª 3	1.5
	Investigação em Educação	1.5
	O Ensino da Gramática	1.5
	Desenv. do Vocabulário e Sucesso da Língua Portuguesa no Ensino Básico	1.5
	Expressões Integradas... Dança e Teatro Tª 2	1.5
	Família, Escola e Educação – Ens. Básico 2º e 3º Ciclos da Torre	1.5
	Formulação de perguntas e elaboração de questionários	1.5
	Relação Educador / Educando	1.5
	Concepção e produção de materiais didácticos – Tª 5	1.5
	Comunicação e Aprendizagem	1.5
	Jogos Pedagógicos – Técnica de Animação de Sala de Aula – Tª 2	1.5
	Jogos Pedagógicos – Técnica de Animação da Sala de Aula – Tª 1	1.5
	Área Projecto	1.5
	Concepção e Produção de Materiais Didácticos – Tª 2	1.5
	Concepção e Produção de Materiais Didácticos – Tª 1	1.5
	Aplicações Pedagógicas Multimédia	1.5
	Desportos Gímnicos na Escola	1.5
	Administração e Gestão das Escolas	1.5
	Inclusão... Uma Estratégia ao Serviço de Todos	1.5
	O Ensino da Gramática	1.5
	Concepção e Produção de Matérias Didácticas II Tª 1	1.5
	Curso de Técnica e Comunicação Vocal Tª 4	1.5
	Curso de Técnica e Comunicação Vocal Tª 2	1.5
	Curso de Técnica e Comunicação Vocal Tª 3	1.5
	Curso de Técnica e Comunicação Vocal Tª 1	1.5
	Autonomia Administração e Gestão II – A Gestão da Diversidade	1.5
	Concepção e Produção de Materiais Didácticos II Tª 2	1.5
	Expressão Plástica – A Prática Pedagógica I	1.5
	Técnica e Comunicação Vocal – Tª 5	1.5
	Dificuldades de Leitura e Escrita	1.5
	Vamos Educar para a Cidadania	1.5
	Linguística e Ensino do Inglês	1.5
	Adm. Educacional: Gestão Participada – Elaborar e Gerir Projectos em Educ.	1.5
	Publicações para o Ensino	1.5
	Concepção e Produção de Materiais Didácticos I – Tª 3	1.5

Nome	Projecto	Medida
Sindicato Democrático dos Professores da Madeira	Avaliação das Aprendizagens dos Alunos	1.5
	Investigação em Educação	1.5
	O Projecto Educativo na Construção da Autonomia da Escola	1.5
	Estudo Acompanhado	1.5
	Projecto Educativo na Escola	1.5
	Gestão Flexível do Currículo Área Projecto e Estudo Acompanhado T1	1.5
	Autonomia II – A Gestão da Diversidade	1.5
	Educação para a Cidadania	1.5
	Autonomia, Administração e Gestão das Escolas I	1.5
	Gestão Flexível dos Currículos Área Projecto e Estudo Acompanhado T2	1.5
	Inclusão... Uma Estratégia ao Serviço de Todos	1.5
	Vamos Educar para a Cidadania Tª 2	1.5
	A Escola em Rede Tª 2	1.5
	A Escola em Rede Tª 1	1.5
	Administração Educacional	1.5
	Exploração Pedagógica da Internet e Produção de Materiais Didácticos	1.5
	Processamento de Texto Aplicado à Prod. Mat. Didácticos NTIC 2 Tª 2	1.5
	Processamento de Texto Aplicado à Prod. De Mat. Didáctico NTIC Tª 1	1.5
	Iniciação às Novas Tecnologias de Informação NTIC Tª 3	1.5
	Iniciação às Novas Tecnologias de Informação NTIC 1Tª2	1.5
	Iniciação às Novas Tecnologias de Informação NTIC 1Tª1	1.5
	Publicações para o Ensino	1.5
	A Diferenciação Pedagógica como Motor da Flexibilização Curricular	1.5
	Papel da Expressão Plástica nas Novas Áreas Curriculares	1.5
	A Utilização das Novas Tecnologias no Trabalho de Projecto	1.5
	Desportos Gímnicos na Escola	1.5
	Área-Projecto – Tª 2	1.5
	Processamento de Texto Aplicado à Produção de Materiais Didácticos NTIC 2 Tª 3	1.5
	Área-Projecto – Tª 1	1.5
	Iniciação às novas Tecnologias de Informação NTIC Tª 4	1.5
	Educação Afectiva e Sexual	1.5
Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria, Turismo, Alimentação, Serviços e Similares RAM	Reparação dos Acidentes de Trabalho e das Doenças Profissionais	1.5
	Lei de Bases da Segurança Social e Situação Financeira	1.5
	Alemão e Relações Humanas	1.5
	Inglês, Relações Humanas, História da Madeira e Prevenção Técnica e Vocal	1.5
	Inglês e Relações Humanas	1.5
	Alemão, Relações Humanas, História da Madeira e Prevenção Técnica e Vocal	1.5
	Higiene Profissional e Alimentar	1.5
	Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho	1.5
	Seminário sobre os Similares de Hotelaria	1.5
	Curso de Alemão e História da Madeira	1.5
	Curso de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho	1.5
Sindicato Trabalhadores da Actividade Seguradora		
Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, SA	Centro de Congressos e Cultural do Porto Santo	2.6
	Promoção do Destino Porto Santo	2.6
SRARN – Direcção Regional de Pescas	Construção da lota do Caniçal	2.2
	Modernização do Entreposto Frigorífico do Porto Novo	2.2
	Modernização do Entreposto Frigorífico do Funchal	2.2
Steelaço – Estruturas e Perfilagem, S.A	Criação de empresa (3ªfase)	2.3
Táxis Caires – Sociedade Unipessoal, Lda.	Modernização estrutural ou organizacional (2ª fase)	2.3
Tubarão da Areia – Actividades Turísticas, Lda.	Criação de empresa (2ª fase)	2.3
Verónica Passos Vieira, Lda.	Expansão da actividade (1ª fase)	2.3
Vigmade – Materiais de Construção, Lda.	Modernização das instalações ou equipamentos (2ª fase)	2.3

4. MATRIZ PREENCHIDA PELOS PARTICIPANTES NO *FOCUS GROUP* CONHECEDORES DO TERRITÓRIO

Avaliação Intercalar do POPRAM III

FOCUS GROUP "CONHECEDORES DA RAM"

OBJECTIVO 1 – Reforçar a Competitividade e o Posicionamento Geoestratégico da Economia Madeirense

Nome: _____

- **Avalie a situação actual da RAM**, através de uma escala de 1 a 4, sendo que um é a situação pior e quatro a melhor *(assinale com um **X**)*.
- **Avalie a evolução da Região RAM** registada entre 2000 e 2003, através das três categorias valorativas expressas no quadro *(assinale com um **X**)*.

Temática	Questões	Situação Actual				Evolução 2000-2003		
		1	2	3	4	Melhorou	Manteve	Piorou
Competitividade Económica Local e Regional	Desenvolvimento ou valorização de áreas de localização industrial							
	Diversificação do tecido produtivo industrial							
	Promoção de circuitos de comercialização/distribuição							
	Reforço dos serviços de apoio à produção							
	Reforço da cooperação e parceria empresarial							
	Reforço de infra-estruturas de acolhimento a actividades económicas							
	Criação de bases de dados e de sistemas de intercâmbio e de difusão de informação							
	Reforço da internacionalização da actividade produtiva							
	Realização de estudos que facilitem o acesso a informação e à integração das empresas em redes							
	Criação de PME's e promoção da eficiência empresarial							
	Alterações nos impactes das missões empresariais e das participações em feiras internacionais							
	Acesso das empresas à inovação							
	Incremento da relação entre os Centros Tecnológicos, Centros de Excelência e de Transferência de Tecnologia, Institutos de Novas Tecnologias, Incubadoras e o meio empresarial							
	Integração de novas tecnologias de informação							
	Promoção de projectos integrados turísticos de natureza estruturante							
	Criação de novas unidades que valorizem o potencial turístico							
	Consolidação de outras infra-estruturas e equipamentos turísticos							
	Aumento do nível médio de qualificação da mão-de-obra							
	Outras:							
Acessibilidades e Transportes	Densidade da rede viária							
	Acessibilidade entre as sedes de concelho							
	Centros coordenadores de transporte rodoviário							
	Transportes aéreos							
	Emissões poluentes para a atmosfera pelos sistemas de transportes							
	Acesso a infra-estruturas e serviços de informação e comunicação em banda larga							
	Outras:							

Avaliação Intercalar do POPRAM III

Temática	Questões	Situação Actual				Evolução 2000-2003		
		1	2	3	4	Melhorou	Manteve	Piorou
Sociedade da Informação, Ciência e Tecnologia	Promoção das redes entre estabelecimentos do ensino superior, centros de formação e de outros meios para a melhoria da qualidade e eficácia do sistema educativo							
	Divulgação de projectos educativos multidisciplinares							
	Modernização da administração local através da automatização de processos							
	Promoção da imagem das cidades							
	Equidade no acesso à sociedade da informação (montras digitais, espaços públicos de acesso à NET, ...)							
	Modernização do tecido económico, nomeadamente pelo reforço do comércio electrónico							
	Crescimento da formação em tecnologias de informação e comunicação							
	Promoção da cultura científica e tecnológica							
	Outras:							
Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas	Produtividade Agrícola							
	Desenvolvimento e valorização dos produtos regionais de qualidade							
	Mecanização e modernização das unidades de produção agrícola							
	Desenvolvimento do associativismo/cooperação dos produtores agrícolas							
	Desenvolvimento dos circuitos de comercialização/ distribuição							
	Modernização, reconversão e desenvolvimento das explorações agrícolas							
	Evolução da produção de banana							
	Competitividade do sector vitivinícola							
	Prevenção dos riscos de incêndio							
	Melhoria das condições materiais/infra-estruturais de desenvolvimento do mundo rural (caminhos agrícolas e rurais, electrificação, recuperação e valorização do património, ambiente, paisagens e povoações em meio rural)							
	Valorização do património rural e das levadas							
	Melhoria das condições de diversificação da sustentação económica do mundo rural							
	Modernização da Frota Pesqueira							
	Modernização dos Equipamentos dos Portos de Pesca							
	Desenvolvimento da aquicultura							
	Outras:							

Avaliação Intercalar do POPRAM III

FOCUS GROUP "CONHECEDORES DA RAM"
OBJECTIVO 2 – Promover o Emprego e a Empregabilidade do Potencial Humano

Temática	Questões	Situação Actual				Evolução 2000-2003		
		1	2	3	4	Melhorou	Manteve	Piorou
Emprego, Formação e Educação	Promoção da empregabilidade dos desempregados (formação, apoio à criação de emprego, ...)							
	Inserção sócio-profissional de públicos desfavorecidos (pessoas com deficiência, beneficiários do RMG ...)							
	Qualificação de jovens fora do sistema de ensino							
	Formação qualificante para jovens preparatória da transição para a vida activa							
	Prevenção do abandono precoce da escola							
	Rede de educação pré-escolar							
	Rede do ensino básico e secundário							
	Qualificação (escolar e profissional) da população activa							
	Qualificação da população activa no domínio das TIC							
	Qualidade da formação (práticas pedagógicas e conteúdos)							
	Igualdade de situações das mulheres no trabalho (acesso a formação, acesso a cargos superiores, ...)							
	Participação das mulheres na criação de actividades sócio-económicas							
	Rentabilização de oportunidades de emprego em sectores emergentes "cultura, ambiente, lazer, ..."							
	Eficácia dos instrumentos de gestão regional/local dos problemas de emprego/desemprego							
	Outras:							

Avaliação Intercalar do POPRAM III

FOCUS GROUP "CONHECEDORES DA RAM"

OBJECTIVO 3 – Assegurar a Melhoria da Qualidade de Vida e Preservar os Valores Ambientais

Temática	Questões	Situação Actual				Evolução 2000-2003		
		1	2	3	4	Melhorou	Manteve	Piorou
Saúde	Situação sanitária global							
	Cobertura da rede pública de cuidados de saúde primários							
	Cobertura da rede pública de cuidados de saúde hospitalares							
	Qualidade e Funcionalidade das instalações da rede pública de cuidados de saúde primários							
	Qualidade e Funcionalidade das instalações da rede pública de cuidados de saúde hospitalares							
	Integração/articulação de toda a cadeia de cuidados de saúde							
	Reforço da rede de equipamentos de apoio à formação e diversificação profissional em saúde							
	Minimização dos factores de risco associados aos efluentes/águas residuais hospitalares							
	Capacidade de resposta em situações de emergência de cuidados de saúde							
	Capacidade de resposta às necessidades de saúde emergentes e continuadas, designadamente as relacionadas com os cuidados de saúde dos idosos							
	Condições materiais de apoio à promoção da saúde							
	Outras:							
Cultura e Lazer	Desenvolvimento geral da rede de equipamentos de apoio à animação cultural							
	Desenvolvimento geral das práticas culturais							
	Recuperação, revitalização e animação cultural de valores patrimoniais classificados (igrejas, estações arqueológicas,...)							
	Aproveitamento das recuperações urbanísticas de centros históricos urbanos para a animação cultural							
	Papel do associativismo local no desenvolvimento das políticas culturais							
	Nível de internacionalização dos equipamentos e eventos culturais							
	Assimetrias urbano/rurais da oferta de equipamentos e eventos culturais							
	Redes de cooperação inter-municipais e intra-regionais, tendo em vista a animação cultural e a visibilidade externa da RAM							
	Articulação/integração das políticas culturais regionais e locais com outras políticas e iniciativas sectoriais							
	Penetração das novas tecnologias de informação no sector da cultura							
	Igualdade de oportunidades homens/mulheres para as práticas culturais							
	Outras:							

Avaliação Intercalar do POPRAM III

Temática	Questões	Situação Actual				Evolução 2000-2003		
		1	2	3	4	Melhorou	Manteve	Piorou
Desporto e Lazer	Desenvolvimento da rede básica de equipamentos desportivos							
	Desenvolvimento da rede de equipamentos para alta competição e espectáculos desportivos (estádios, pavilhões desportivos,...)							
	Desenvolvimento da rede de equipamentos desportivos especializados (centros de estágio, pistas de ciclismo, ...)							
	Desenvolvimento generalizado das práticas desportivas							
	Desenvolvimento das práticas desportivas de alta competição e rendimento							
	Correspondência entre a rede de equipamentos para alta competição e espectáculos desportivos e a hierarquia da rede urbana							
	Desenvolvimento e fruição de parques urbanos de lazer							
	Força impulsionadora dos equipamentos desportivos e de lazer nos processos de requalificação e estruturação urbana							
	Papel do associativismo local no desenvolvimento das práticas desportivas							
	Assimetrias urbano/rurais na oferta de equipamentos e eventos desportivos							
	Igualdade de oportunidades homens/mulheres para as práticas desportivas							
	Outras:							
Inserção Social e Igualdade de Oportunidades	Promoção de condições de vida mais adaptadas às necessidades do cidadão, em particular as mulheres, como por exemplo a conciliação do trabalho com a vida familiar							
	Promoção da igualdade de situação das mulheres no trabalho, exemplificada pelo acesso a formação profissional ou o acesso a cargos superiores							
	Promoção da participação das mulheres na criação de actividades sociais e económicas							
	Reforço da acção local e comunitária para apoio a idosos							
	Reforço da acção local e comunitária com vista à diminuição da pobreza							
	Precarização das condições de vida (habitação e transportes) nas zonas urbanas							
	Outras:							

Avaliação Intercalar do POPRAM III

Temática		Questões	Situação Actual				Evolução 2000-2003		
			1	2	3	4	Melhorou	Manteve	Piorou
Ambiente	Sistemas de Saneamento Básico	Qualidade e regularidade do abastecimento público de água							
		Drenagem e tratamento de águas residuais domésticas							
		Drenagem e tratamento de águas residuais industriais ou agro-industriais							
		Integração de projectos e redes locais *vs.* multimunicipais							
		Número de origens/captações de água para abastecimento público							
		Sistemas de recolha e destino final de resíduos sólidos urbanos							
	Outros Sistemas Ambientais	Parques e reservas naturais							
		Qualidade das ribeiras e nascentes							
		Qualidade do ambiente urbano e da paisagem							
		Sensibilização e educação ambiental							
		Prevenção de riscos naturais							
		Utilização de energias renováveis							
		Sistemas de Informação e de Apoio à Gestão Ambiental							
		Ordenamento da Orla Costeira e de Cursos de Água							
		Outras:							
Qualificação Urbana e Valorização Territorial		Valorização integrada dos recursos patrimoniais (naturais, históricos, construídos e culturais), tendo em vista a revitalização de espaços territoriais específicos com apetência turística							
		Desenvolvimento de rotas culturais e turísticas regionais							
		Reforço da certificação de produtos locais							
		Promoção da imagem e identidade territorial							
		Valorização urbanística e comercial dos centros históricos							
		Qualificação do espaço público urbano (arruamentos, iluminação, mobiliário urbano,...)							
		Melhoria da circulação viária urbana e do estacionamento							
		Melhoria da qualidade ambiental das cidades							
		Criação de espaços urbanos e outros espaços verdes							
		Valorização de áreas ribeirinhas para as actividades comercial, turística e de lazer							
		Desenvolvimento das relações económicas e funcionais inter--municipais							
		Aumento das complementaridades entre espaços urbanos e rurais							
		Outras:							

5. VALIDAÇÃO DA MATRIZ SWOT PELOS PARTICIPANTES NO *FOCUS GROUP* CONHECEDORES DO TERRITÓRIO

Avaliação Intercalar do POPRAM III

VALIDAÇÃO DA MATRIZ SWOT DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA QUE INFORMOU A CONFIGURAÇÃO DO POPRAM III

- Assinale e hierarquize os cinco primeiros tópicos de cada uma das componentes da Matriz SWOT.
- Assinale, riscando, eventuais tópicos que em 2003 já terão pouca pertinência.
- Acrescente eventuais tópicos que em 2003 poderão retratar com pertinência as mudanças recentes ocorridas na Região Autónoma da Madeira.

PONTOS FORTES	
• Existência de um património natural e paisagístico muito valioso, diversificado e protegido.	
• Importância da Madeira como pólo turístico internacional inserido em redes de grandes operadores turísticos.	
• Existência de condições edafo-climáticas favoráveis à prática da maioria das culturas hortícolas, incluindo a floricultura, e frutícolas, quer temperadas, quer subtropicais.	
• Valorização de produtos regionais específicos (vinho, bordados, vimes, frutos subtropicais, flores).	
• Frota de pesca renovada e dimensionada em função dos recursos haliêuticos conhecidos e existência de recursos com qualificações melhoradas.	
• Forte dinâmica do sistema financeiro, associada, em parte, à existência da zona bancária *offshore*.	
• A universidade constituindo um pólo importante de recepção e difusão de informação científica.	
• Estrutura demográfica com taxa de juventude superior à média, quer nacional, quer comunitária.	
• Capacidades criadas a nível de estruturas de formação profissional (nomeadamente nas áreas do turismo e agricultura) e de escolas profissionais com uma melhoria gradual das qualificações intermédias e do nível de escolarização dos trabalhadores.	
• Progressos recentes a nível dos eixos viários principais, estruturantes do território.	
• Infra-estruturas aeroportuárias de qualidade, a partir do ano 2000.	
• Meios de grande capacidade, a nível de infra-estruturas de telecomunicações nas ligações com o continente europeu e o resto do mundo (via cabo submarino e via satélite) e rede interna de telecomunicações e TV por cabo modernas.	
• Gestão estratégica dos recursos hídricos na Ilha da Madeira (em contraste com a escassez desses recursos no Porto Santo).	
• Ligações privilegiadas às comunidades de ex-emigrantes (vide África do Sul e Américas).	
• Governo próprio, abrindo a possibilidade de melhor adequação de políticas.	
Outros	

Avaliação Intercalar do POPRAM III

PONTOS FRACOS		
• Situação insular, localização distanciada das regiões centrais e exiguidade do mercado regional.		
• Grande dependência do Continente nas ligações à União Europeia e ao resto do Mundo e custos acrescidos de transporte.		
• Fortes constrangimentos estruturais de carácter permanente decorrentes de características adversas da estrutura física do território.		
• Grande sensibilidade e vulnerabilidade em termos ambientais.		
• Pequena dimensão do território, dificultando a obtenção de níveis de eficiência de alguns equipamentos e serviços.		
• Padrão de especialização produtiva muito vulnerável e pouco diversificado, fraco desenvolvimento da cadeia de valor num contexto de grande abertura ao exterior e fraco domínio dos circuitos de comercialização.		
• Estrutura agrária de "microfúndio".		
• Desajustamentos entre a procura e a oferta de qualificações e persistência de uma grande debilidade da estrutura qualitativa da mão-de-obra.		
• Insuficiência de infra-estruturas e equipamentos de ensino, nos vários níveis, particularmente no ensino tecnológico e profissionalizante.		
• Deficientes condições de acessibilidade intra-regional, particularmente a nível local e inter-ilhas.		
• Deficiência a nível de infra-estruturas portuárias e de apoio às actividades associadas ao mar.		
• Insuficiências a nível de infra-estruturas e serviços em áreas ligadas às tecnologias de produção, à qualidade e certificação.		
• Padrão de povoamento muito diferenciado no espaço regional, ocorrendo paralelamente um tipo de povoamento muito disperso e fragmentado e uma excessiva concentração no litoral sul e, mais acentuadamente, no espaço central polarizado pelo Funchal.		
• Deficiente estruturação da rede urbana, verificando-se a existência de áreas urbanas degradadas e debilidades na relação urbano-rural.		
• Actividade da pesca centrada num reduzido número de espécies e vulnerabilidades às flutuações das capturas de espécies migratórias (nomeadamente tunídeos).		
• Carência de infra-estruturas de saneamento básico ambiental e custos acrescidos para cumprimento de padrões de qualidade ambiental (vide resíduos sólidos).		
Outros		

Avaliação Intercalar do POPRAM III

OPORTUNIDADES	
• Valorização da posição privilegiada no espaço atlântico e condições para uma participação no conhecimento e exploração dos oceanos.	
• Oportunidades comerciais propiciadas pela abertura de novas vias para os produtos tradicionais e certificados num determinado âmbito geográfico, bem como pela existência de um segmento de procura que valoriza alimentos saudáveis.	
• Possibilidades abertas pela reforma da PAC (reforço da importância das medidas agro-ambientais) para valorizar a função da agricultura na manutenção e conservação da paisagem humanizada característica da Região e no equilíbrio ecológico e social.	
• Renovação das vantagens competitivas da oferta turística, diversificando o produto turístico oferecido (congressos e incentivos, turismo desportivo, golfe e desportos náuticos, turismo activo, eco-turismo, turismo de cruzeiros e de grupos com interesses científicos ligados ao ambiente).	
• Consolidação da procura turística, na sequência do prolongamento da pista do aeroporto do Funchal.	
• Condições favoráveis, no âmbito da Zona Franca, para o desenvolvimento de actividades industriais e actividades de serviços, envolvendo a área financeira internacional e outros serviços internacionais.	
• Alargar as cadeias de valor nas actividades económicas: racionalização dos circuitos de comercialização, integração de produções e serviços avançados.	
• Vantagens comparativas, relativamente às regiões continentais, no domínio do aproveitamento de recursos energéticos renováveis (nomeadamente de origem hídrica, solar, eólica e da biomassa) e da utilização racional de energia, através de sistemas de gestão e equipamentos mais eficientes.	
• Reforço das estruturas científicas e tecnológicas, de criação recente (Universidade da Madeira e Complexo Científico e Tecnológico), do interface com as actividades económicas e da participação em redes de I&D.	
• Condições de desenvolvimento e utilização de diversos serviços associados às telecomunicações e às tecnologias da informação, abrindo perspectivas para a redução das desvantagens no atraso de desenvolvimento e da situação ultraperiférica.	
• Desenvolvimento da fileira da construção (segmento habitação, recuperação urbano-patrimonial e conservação/beneficiação de infra-estruturas, nomeadamente rodoviárias).	
• Condições privilegiadas (reconhecidas por organizações internacionais) para o conhecimento, conservação e valorização da biodiversidade.	
Outros	

Avaliação Intercalar do POPRAM III

AMEAÇAS		
• Aumento de focos de dissonância paisagística devido a situações de intervenção desregrada e de pressões sobre o frágil meio natural.		
• Descaracterização da paisagem e aumento de riscos associados a factores de natureza geológica e a fenómenos de erosão, por dificuldade de manutenção da actividade agrícola, face à liberalização e mundialização das trocas comerciais.		
• Degradação das condições de recarga dos aquíferos.		
• Perda da competitividade do produto turístico e do destino, se não for mantida a imagem tradicional de qualidade.		
• Perda de vantagens competitivas (face às mudanças que se processam no cenário internacional) que possam comprometer a estratégia de captação de investimento estrangeiro e de desenvolvimento de serviços internacionais.		
• Risco de desaparecimento de empresas, particularmente em actividades tradicionais.		
• Risco de não vir a beneficiar das vantagens da liberalização dos transportes e telecomunicações, devido ao reforço da tendência para a exploração das redes mais lucrativas.		
• Riscos de maior marginalização decorrentes de insuficiente capacidade de adaptação dos sistemas educativo, de formação e de ciência e tecnologia, às novas exigências da Sociedade da Informação e do mercado de trabalho.		
Outros		

6. INQUÉRITO ÀS EQUIPAS TÉCNICAS DO POPRAM III – FICHA DE INQUIRIÇÃO DE RESPONSÁVEIS E ELEMENTOS INTEGRANTES DO *STAFF* DAS ESTRUTURAS TÉCNICAS COM INTERVENÇÃO NA GESTÃO DO POPRAM III

ESTUDO DE AVALIAÇÃO INTERCALAR DO
PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (2000-2006)

COMPONENTE DE AVALIAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO
FICHA DE INQUIRIÇÃO DE RESPONSÁVEIS E ELEMENTOS INTEGRANTES DO STAFF DAS ESTRUTURAS TÉCNICAS COM INTERVENÇÃO NA GESTÃO DO POPRAM III

NOTA:

Esta ficha deverá ser preenchida por:

- Chefias do IGFC com intervenção na gestão, controle e avaliação do POPRAM III e elementos das equipas de apoio técnico que trabalham sob a sua coordenação;
- Chefias da DRFP com intervenção na gestão, controle e avaliação do POPRAM III e elementos das equipas de apoio técnico que trabalham sob a sua coordenação;
- Chefias da DRA com intervenção na gestão, controle e avaliação do POPRAM III e elementos das equipas de apoio técnico que trabalham sob a sua coordenação;
- Chefias da DRP com intervenção na gestão, controle e avaliação do POPRAM III e elementos das equipas de apoio técnico que trabalham sob a sua coordenação;
- Chefias do IDE com intervenção na gestão, controle e avaliação do POPRAM III e elementos das equipas de apoio técnico que trabalham sob a sua coordenação;
- Chefias do IRE com intervenção na gestão, controle e avaliação do POPRAM III e elementos das equipas de apoio técnico que trabalham sob a sua coordenação;
- Chefias do IFADAP com intervenção contratualizada na gestão e controle do POPRAM III (FEOGA-O e IFOP) e elementos das equipas de apoio técnico que trabalham sob a sua coordenação.

1

ESTUDO DE AVALIAÇÃO INTERCALAR DO
PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (2000-2006)

COMPONENTE DE AVALIAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO

FICHA DE INQUIRIÇÃO DE RESPONSÁVEIS E ELEMENTOS INTEGRANTES DO STAFF DAS ESTRUTURAS TÉCNICAS COM INTERVENÇÃO NA GESTÃO DO POPRAM III

1. Identificação e entidade a que pertence:

2. Eixo do POPRAM III e Medida(s) sobre os quais incide a sua intervenção:

EIXO _____

Medida _____

3. Intervenção no POPRAM III

Assinale a função a que corresponde a sua intervenção no Programa:

Gestão de Fundo Estrutural ☐

Coordenação Técnica de Medidas ☐

Elemento integrante de estruturas de apoio técnico ☐

Gestão e/ou alimentação do Sistema de Informação ☐

Actividades de controle ☐

Comunicação do Programa ☐

Especifique o(s) outro tipo (s) de intervenção na gestão do PO

_____

4. Articulação com outras funções

4.1. As funções exercidas na gestão do PO correspondem a uma função

A tempo inteiro ☐;

A tempo parcial ☐ ; a que percentagem de tempo corresponde _____

4.2. As funções complementares são exercidas

No mesmo serviço responsável pela gestão da medida ☐

Noutro serviço ☐ Qual _____

5. Experiência de gestão de Fundos Estruturais

A sua participação na gestão do PO 2000-2006 beneficiou de experiência anterior de

gestão de Fundos Estruturais Não ☐ Sim ☐ Anos de experiência _____

No mesmo Fundo Estrutural Não ☐ Sim ☐ Qual _____

6. Valências académicas e profissionais e sua relação com a actividade de gestão

Licenciatura _____

Mestrado _____

Doutoramento _____

Como classifica a articulação entre as suas valências académicas e profissionais e a intervenção que realiza na gestão do PO/medida

Forte ☐ Fraca ☐ Nula ☐

2

ESTUDO DE AVALIAÇÃO INTERCALAR DO
PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (2000-2006)

COMPONENTE DE AVALIAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO
FICHA DE INQUIRIÇÃO DE RESPONSÁVEIS E ELEMENTOS INTEGRANTES DO STAFF DAS ESTRUTURAS TÉCNICAS COM INTERVENÇÃO NA GESTÃO DO POPRAM III

7. Funções exercidas no âmbito da intervenção na medida

(A ser preenchida exclusivamente por elementos das estruturas de apoio técnico sem responsabilidades de gestão e/ou coordenação)

Estime o mais rigorosamente possível a percentagem do seu tempo de trabalho afectada a cada uma das seguintes funções:

Análise técnica de candidaturas	
Contactos com promotores a partir do local de trabalho	
Preparação de Unidades de Gestão	
Preparação de relatórios anuais de execução	
Preparação de reuniões da Comissão de Acompanhamento	
Resposta a pontos de situação requeridos pela tutela ministerial respectiva ou pelo Gestor do PO	
Resposta a exigências do sistema de controlo	
Alimentação do sistema de informação do PO	
Preparação e lançamento de medidas	
Acompanhamento de projectos realizado junto de promotores	
Acções de comunicação e divulgação do PO/medida	
Acompanhamento de processos de contratualização	

8. Regulamentos e critérios de selecção como instrumentos de gestão

(A ser preenchida exclusivamente por elementos das estruturas de apoio técnico sem responsabilidades de gestão e/ou coordenação)

Considera que os regulamentos e critérios de selecção disponíveis são ajustados ao exercício da sua intervenção na(s) medida(s) em questão:

Sim ☐ Não ☐

Especifique as principais limitações

_____

_____

_____

_____

3

7. INQUÉRITO ÀS EQUIPAS TÉCNICAS DO POPRAM III – FICHA DE INQUIRIÇÃO AOS GESTORES DO POPRAM III E AOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS POR MEDIDA (S)

ESTUDO DE AVALIAÇÃO INTERCALAR DO
PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (2000-2006)

COMPONENTE DE AVALIAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO
FICHA DE INQUIRIÇÃO AOS GESTORES DO POPRAM III E AOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS POR MEDIDA(S)

NOTA:

Esta ficha deverá ser preenchida pelo Gestor FEDER; Gestor do FSE; Gestor do FEOGA; Gestor do IFOP; Gestor do SIPPE e pelos responsáveis técnicos de Medida(s)

1. Identificação e entidade a que pertence:

2. Eixo do POPRAM III e/ou Medida(s) sobre os quais incide a sua intervenção:

EIXO _____

Medida _____

3. Intervenção no POPRAM III

Assinale a função a que corresponde a sua intervenção no Programa:

Gestão de Fundo Estrutural ☐

Coordenação Técnica de Medidas ☐

Especifique o(s) outro tipo(s) de intervenção na gestão do PO

_____

4. As funções exercidas na gestão do PO correspondem a uma função

A tempo inteiro ☐;

A tempo parcial ☐ ; a que percentagem de tempo corresponde _____

5. Experiência de gestão de Fundos Estruturais

A sua participação na gestão do PO 2000-2006 beneficiou de experiência anterior de gestão de Fundos Estruturais Não ☐ Sim ☐ Anos de experiência _____

No mesmo Fundo Estrutural Não ☐ Sim ☐ Qual _____

6. Valências académicas e profissionais e sua relação com a actividade de gestão

Licenciatura _____

Mestrado _____

Doutoramento _____

Como classifica a articulação entre as suas valências académicas e profissionais e a intervenção que realiza na gestão do PO/medida

Forte ☐ Fraca ☐ Nula ☐

7. A eficácia da sua acção como gestor ou responsável de medida(s) foi potenciada pela existência de documentos de enquadramento estratégico claramente explicitadores das prioridades a estabelecer em termos de projectos a seleccionar?

Sim ☐ Não ☐

1

ESTUDO DE AVALIAÇÃO INTERCALAR DO
PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (2000-2006)

COMPONENTE DE AVALIAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO

FICHA DE INQUIRIÇÃO AOS GESTORES DO POPRAM III E AOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS POR MEDIDA(S)

8. Os regulamentos e os critérios de selecção estabelecidos para cada uma das medidas foram elaborados como extensão e aplicação dos documentos de enquadramento estratégico existentes?

   Sim ☐ Parcialmente ☐ Não ☐

9. No caso da inexistência de documentos de enquadramento estratégico, os regulamentos e critérios de selecção permitem ultrapassar esse facto?

   Sim ☐ Parcialmente ☐ Não ☐

10. Que projectos ilustrativos e DEMONSTRADORES DA RESPOSTA AO QUADRO DE OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS recomendaria que a equipa de avaliação estudasse em pormenor?

    _____

    _____

11. Como classifica o grau de integração conseguido entre projectos FEDER e FSE no quadro do eixo e/ou medida(s) em que intervém:

    Exemplar ☐ Forte ☐ Fraco ☐ Nulo ☐

12. Indique dois projectos que possam ser estudados como exemplo de boas práticas de integração entre diferentes serviços do Governo Regional

    _____

    _____

13. Indique dois projectos que possam ser estudados como ilustrativos das dificuldades de integração inter Fundos Estruturais

    _____

    _____

14. Indique dois projectos que possam ser analisados como elemento de articulação do POPRAM III com Programas Operacionais Sectoriais do QCA III

    _____

    _____

15. Qual a composição da equipa técnica que coordena? (Indique entre parêntesis a percentagem de afectação de tempo à medida em causa dos colaboradores que não o façam a tempo inteiro)

    Quadros técnicos _____

    Apoio administrativo e secretariado _____

16. Considera suficiente em termos de dimensão a estrutura técnica de que dispõe para exercer a sua função de coordenação?

    Sim ☐ Não ☐

17. Considera adequada em termos de valências técnicas a estrutura técnica de que dispõe para exercer a sua função de coordenação?

    Sim ☐ Não ☐

2

8. DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÓMICO

A definição da situação de referência relativamente à qual foi projectada a intervenção operacional do POPRAM III baseou-se no diagnóstico prospectivo da Região Autónoma da Madeira elaborado no âmbito da preparação do Programa, assim como numa série de indicadores de contexto que incidiam num amplo leque de domínios estruturais, tais como a demografia, a economia, as redes de infra-estruturas e os equipamentos sociais, entre outros, extraídos de diversas fontes estatísticas oficiais nacionais.

Porém, embora estes indicadores de contexto tenham ilustrado o diagnóstico da RAM em 2000, na realidade os dados disponíveis mais recentes reportavam-se a 1998 e, na sua grande maioria, a 1997. As Estimativas da População Residente, do INE, datadas precisamente de 1997, serviram, por sua vez, de base ao cálculo de outros indicadores compostos, reduzindo a verosimilhança global do quadro de indicadores apresentado.

Esta questão analítica faz-se sentir também presentemente. Com efeito, apesar da publicação dos resultados definitivos dos Censos 2001, no final de 2002 e da edição do Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira 2001, a par de outras estatísticas entretanto actualizadas, que permitem uma leitura mais actual e precisa da situação regional, observa-se ainda um desfasamento temporal que para alguns indicadores poder-se-á considerar relevante, tanto no que se refere à caracterização da situação de partida, em 2000, como no diagnóstico da situação actual, em 2003, em virtude da informação publicada mais recente não corresponder ao período em causa.

Porém, embora a leitura dos indicadores de forma evolutiva não permita ainda inferir os primeiros resultados e *impactes* do POPRAM III, a comparação do período abrangido pelos quadros de indicadores de contexto com o segundo triénio de programação do POPRAM II (1997-1999) poderá fornecer uma perspectiva relevante para a estimativa dos resultados do POPRAM III. Em conjunto com os retratos estatísticos anteriores, este novo quadro de indicadores procurará validar os pressupostos assumidos para a intervenção comunitária no período 2000-2006 e, por outro lado, projectar as tendências da Região, para o segundo triénio de execução do POPRAM III, em diversos domínios da sua realidade sócio-económica.

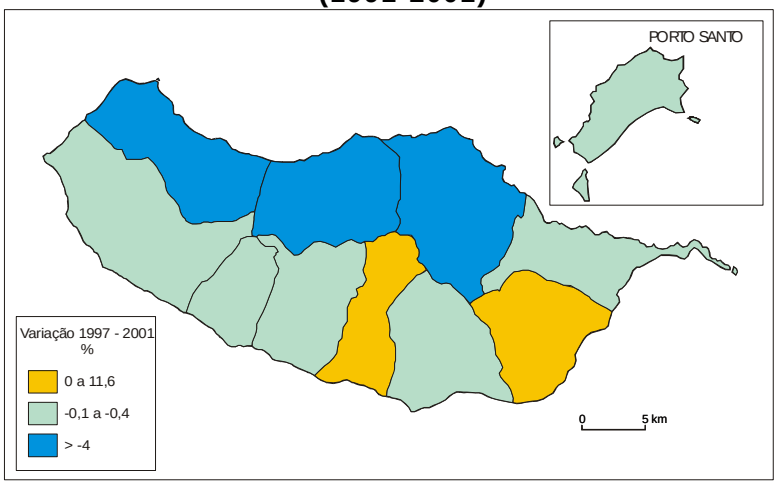
O diagnóstico prospectivo da situação económica e social elaborado pela Direcção Regional do Planeamento, em 1998, com o objectivo de enformar a elaboração do POPRAM III destacou nove questões essenciais, ainda que não exclusivas, para o processo de desenvolvimento regional: (i) Potencial Humano; (ii) Dinâmica das Actividades e do Emprego; (iii) Investigação, Desenvolvimento e Sociedade de Informação; (iv) Energia; (vi) Transportes e Comunicações; (vi) Dinâmica Urbana e Organização do Território; (vii) Ambiente; (viii) Condições de Vida e Desenvolvimento Social; (ix) Caracterização da Ilha de Porto Santo.

Para a Equipa de Avaliação, tais questões essenciais permanecem pertinentes e relevantes para a orientação estratégica do POPRAM III e, como tal, devem constituir um pano de fundo referencial para a análise da evolução territorial e sectorial da Região. Deste modo, o diagnóstico seguidamente apresentado abarca oito domínios principais que permitem retratar as principais alterações recentes no desenvolvimento regional madeirense, considerando também a análise e a estrutura adoptada aquando da realização do POPRAM III: (i) Dinamismo Demográfico; (ii) Competitividade Económica Regional; (iii) Emprego, Educação e Qualificação Profissional; (iv) Transportes e Comunicações; (v) Inovação e Sociedade de Informação; (vi) Ambiente e Saneamento Básico; (vii) Vertebração do Sistema Urbano e Organização do Território; (viii) Condições de Vida e Desenvolvimento Social.

8.1 Dinamismo Demográfico

A Região Autónoma da Madeira apresentava em 2001 (resultados definitivos dos censos do mesmo ano) uma população de 245.011 habitantes. Entre 1991 e 2001, a Região registou um decréscimo populacional (-3,3%), não acompanhando a tendência observada no decénio anterior (período que se caracterizou por uma relativa estagnação) e o observado, em termos globais, no território nacional, que conheceu um crescimento na ordem dos 4%. Esta evolução recente foi diferentemente sentida no contexto intra-regional, observando-se os maiores decréscimos relativos na costa norte da Ilha da Madeira, sendo apenas dois os concelhos onde é registado um aumento efectivo da população (Câmara de Lobos e Santa Cruz). A densidade populacional vai, consequentemente, diminuir no mesmo período de 326,2 hab./Km^2, em 1991, para 315,4 hab./Km^2, em 2001.

Figura 2 – Variação da população na RAM por concelho (1991-2001)



Fonte: INE, Censos Populacionais, 1991 e 2001

A taxa de natalidade diminui, no mesmo período, em 0,5‰ (de 13,6 para 13,1‰, respectivamente) e a taxa de mortalidade aumenta 0,7‰ (de 10,1 para 10,8‰, respectivamente). A estrutura etária da população conhece, também, importantes alterações, diminuindo a população jovem (de 24,5% para 19,1%, respectivamente) e aumentando a população idosa (de 11,6% para 13,7%, respectivamente), o que não contraria o observado no restante país. Ainda assim, refira-se que a Madeira é caracterizada por apresentar uma população bastante jovem, com um índice de envelhecimento, de dependência de idosos e dependência total dos mais baixos a nível nacional. Por outro lado, não se verificaram alterações significativas do estrato populacional em idade activa, mantendo-se, igualmente, a tendência que aponta para um aumento da idade média deste grupo etário, em virtude de em simultâneo registar-se um acréscimo dos estratos de idades mais avançadas e uma diminuição do estrato etário que assegura a renovação da população em idade activa.

Considerando que o diagnóstico prospectivo da Região elaborado em 1998 e que informou a elaboração do POPRAM III foi estruturado com base nas estimativas populacionais do INE para 1997, torna-se particularmente importante destacar (tendo por base a informação actualizada disponibilizada pelos Censos de 2001) a discordância entre a situação actual e a análise efectuada no diagnóstico de referência em alguns dos principais indicadores demográficos. Saliente-se, desde logo, a população regional, que conhece um decréscimo real superior a 3%, quando as estimativas apontavam para um crescimento na ordem dos 2%, explicada em parte por um aumento da taxa de mortalidade e diminuição da taxa de natalidade durante o último período inter-censitário. A estrutura etária regional tendeu a envelhecer mais significativamente entre 1991 e 2001 face ao enunciado no diagnóstico de referência, tanto na base como no topo da pirâmide. A diminuição dos jovens (-5,4%) e o

aumento dos idosos (2,1%) foi consideravelmente superior aos valores de referência (-2,2% e 0,3%, respectivamente). Em consequência, o Índice de Envelhecimento aumenta de 49,3% para 71,6%, quando as previsões do diagnóstico prospectivo apontavam, para 1997, um crescimento bastante mais ligeiro (55,9%). Conclusivamente, observa-se uma discordância em alguns indicadores entre o diagnóstico realizado em 1998 e que serviu de base à definição das linhas estratégicas do POPRAM III e a actualização presentemente realizada, tendo por base a informação estatística entretanto disponibilizada (designadamente os Censos Populacionais de 2001).

8.2 Competitividade Económica Regional

Antes de realizar uma análise à dinâmica recente da competitividade económica regional importa, desde logo, sublinhar que os últimos anos têm sido marcados por um contexto internacional particularmente desfavorável e com contornos de incerteza para o desempenho da economia portuguesa e para o processo de desenvolvimento das suas regiões.

Vários factores têm concorrido para tal, valendo a pena destacar os efeitos dos sucessivos aumentos do preço do petróleo e as consequências objectivas e subjectivas dos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001. Na sequência, assistiu-se a uma retracção da procura interna e externa conduzindo a um abrandamento da economia nacional, marcada por um crescimento do défice público, aumentos da taxa de inflação, enfraquecimento das exportações, e endividamento financeiro das famílias e empresas.

Quadro 6 – Síntese dos Principais Factores Externos de Mudança

	Negativos	Positivos
Internacionais	ü Conjuntura internacional recessiva; ü Aumento do preço do petróleo; ü Alterações nas relações comerciais e financeiras tradicionais; ü Acontecimentos de 11 de Setembro de 2001; ü Desaceleração do dinamismo das tecnologias de informação; ü Instabilidade no Médio Oriente.	ü Redução das taxas de juro; ü Recuperação cambial do Euro.
Nacionais	ü Menor crescimento do PIB; ü Desaceleração da Formação Bruta de Capital Fixo; ü Desaceleração do investimento directo estrangeiro; ü Aumento do défice público; ü Enfraquecimento do crescimento das exportações; ü Deterioração de expectativas e redução do consumo e investimentos privados; ü Aumento da taxa de inflação; ü Endividamento financeiro das famílias, das empresas e da banca; ü Desfasamento entre os ciclos do emprego e do produto; ü Aumento do défice da balança comercial; ü Reformas estruturais para fazer face a concorrência acrescida; ü Aumento progressivo da taxa de desemprego.	ü Aumento da capacidade financeira das autarquias decorrente de alterações na Lei das Finanças Locais; ü Manutenção da taxa de desemprego, em valores ainda mais baixos do que os verificados em outros países da União Europeia; ü Reforço dos processos de imigração estrangeira e de retorno de emigrantes portugueses; ü Aumento da capacidade financeira das autarquias decorrente de alterações na Lei das Finanças Locais; ü Ganhos de quotas de exportação nalguns sectores; ü Moderação salarial; ü Implementação do III Quadro Comunitário de Apoio.

De entre os aspectos positivos de alavanca do processo de desenvolvimento que ocorreram nos últimos anos há que sublinhar, sobretudo, o abaixamento das taxas de juro, o reforço das capacidades financeiras das autarquias locais decorrentes de alterações na Lei das Finanças Locais e a contratualização do QCA III.

Contudo, no cômputo geral, tais alterações no contexto do espectro económico internacional têm-se reflectido negativamente de forma significativa na estrutura económica portuguesa.

Quadro 7 – Alguns Indicadores de Mudança da Economia Portuguesa (%)

Taxas de Variação	1999	2000	2001
Crescimento do PIB	3,8	3,7	1,9
Consumo Privado	5,3	2,8	0,8
Consumo Público	5,7	4,0	3,2
Formação Bruta de Capital Fixo	4,6	4,8	-0,5
Rendimento Disponível dos Particulares	4,5	4,5	1,8
Exportação de Bens e Serviços	3,4	8,5	3,3
Emprego por conta de outrem	3,3	2,5	1,7
Taxa de desemprego	4,4	4,0	4,1
Inflação	1,7	2,2	4,2

Fonte: Banco de Portugal – Relatório do Conselho de Administração, 2001

Ao nível regional, os indicadores disponíveis apontam para um elevado crescimento do VAB regional, na ordem dos 44%, não se observando alterações muito significativas em termos sectoriais para a sua formação. Uma análise mais fina (por ramo de actividade) permite verificar algumas variações mais significativas, designadamente o decréscimo apresentado ao nível dos transportes, armazenagens e comunicações (-1,6%). Entre 1995 e 1999, as actividades da agricultura e pescas registam uma ligeira diminuição, enquanto que, pelo contrário, as actividades do comércio, hotelaria e restauração e da construção aumentam a sua importância na distribuição do VAB regional, nestes dois últimos casos contrariando a tendência verificada na primeira metade da década de noventa.

O PIB regional tem apresentado taxas de crescimento muito significativas, resultando num importante aumento *per capita* entre 1995 e 1999, na ordem dos 47%, correspondendo neste último ano a 72% do valor médio comunitário, quando em 1995 apenas representaria 63,1%. A partir de 1997, a RAM ultrapassa a média nacional do PIB *per capita*, tornando-se, em conjunto com a Grande Lisboa, Grande Porto e Alentejo Litoral, numa das quatro regiões NUTES III do país nesta situação privilegiada.

A economia regional madeirense, em virtude das suas especificidades sócio-económicas, histórico-culturais e factores de ordem natural, manteve a tendência para o aprofundamento da sua dependência face ao sector turístico. As condições naturais favoráveis (clima, paisagem, flora e mar), associadas à qualidade da oferta, a importantes e constantes investimentos no sector, a par, também, de uma aposta significativa em infra-estruturas de apoio directo e indirecto à actividade (designadamente o Aeroporto do Funchal), contribuíram para um crescimento da procura muito importante nos últimos anos. Em 2000, as receitas geradas pelo conjunto dos estabelecimentos hoteleiros da Região, no total de sensivelmente 201 milhões de Euros, registaram um aumento de perto de 11% face a 1999.

O crescimento da procura entre 1998 e 2001 foi muito significativo, superior ao crescimento médio nacional (as dormidas aumentaram mais de 10,6%, ultrapassando em 2001 os 5,5 milhões, na sua esmagadora maioria de turistas estrangeiros), acompanhando a tendência registada ao longo de toda a década de noventa. A taxa de ocupação, bastante elevada, tem vindo, porém, a diminuir (de 63,3%, em 1998, para 60,4%, em 2001), resultando na diminuição da estada média dos turistas.

Este aumento significativo da procura é também o resultado da forte expansão da oferta hoteleira regional durante o mesmo período. Com efeito, o número de estabelecimentos cresce 18%, o número de quartos 30% e a capacidade de alojamento aumenta 29,8%, reflectindo, claramente, a assunção da actividade turística como a de maior importância no tecido económico regional. O pessoal ao serviço no sector acompanha este crescimento,

aumentando em cerca de 26,2%, pautando-se por uma melhoria, em simultâneo, dos níveis de formação e qualificação profissional, possibilitado pela aposta relevante que o POPRAM III e o Fundo Social Europeu permitiram nesta área, apesar das dificuldades ainda existentes ao nível da formação no espaço regional.

A oferta encontra-se, porém, excessivamente concentrada na costa sul, particularmente no concelho do Funchal e espaço circundante, situação que se tem vindo a aprofundar nos últimos anos, concorrendo para o crescimento de debilidades ao nível da estruturação e enquadramento da oferta e para o correcto aproveitamento das potencialidades turísticas neste território. Apesar das insuficiências ainda existentes, designadamente no que se refere a equipamentos e serviços de apoio ao desenvolvimento e ancoragem de produtos associados ao TER, Natureza e Paisagem e Sol e Mar, a oferta de equipamentos e actividades de apoio ao turismo tem-se vindo a cimentar paulatinamente na Região, acompanhando o crescimento observado na procura.

Torna-se também importante salientar os efeitos multiplicadores gerados pela actividade em vários sectores do terciário, particularmente na restauração e prestação de serviços pessoais, entre outros, contribuindo decisivamente para a formação de emprego e para a dinamização socio-económica regional.

Ainda neste domínio, e durante o primeiro triénio de execução do POPRAM III, deve ser dado particular destaque para o esforço desenvolvido pelo Governo e pelas autoridades regionais na definição de um conjunto de instrumentos territoriais e sectoriais com o objectivo de ordenar e planear, directa ou indirectamente, a actividade turística, destacando-se naturalmente o Plano de Ordenamento do Turismo da Região Autónoma da Madeira.

O sector dos serviços tem apresentando um crescimento constante nos últimos anos, sobretudo nos serviços pessoais, nos serviços prestados às empresas e nos serviços financeiros (para além das actividades ligadas ao turismo).

Na estrutura industrial regional não se observam alterações significativas, predominando os sectores tradicionais, designadamente dos ramos alimentares, bebidas e tabacos, das actividades ligadas à construção civil e também de cariz artesanal, sustentadas em parte pela importante dinâmica turística anteriormente analisada. Tratam-se de sectores com uma mão-de-obra geralmente pouco qualificada, pouco competitivos e com níveis de produtividade relativamente baixos, quando comparados com os valores médios comunitários.

O sector da construção civil, mercê sobretudo de um constante crescimento do investimento público municipal e regional, a par dos investimentos privados efectuados no sector turístico (designadamente na construção de novas unidades hoteleiras e infra-estruturas de apoio ao sector), manteve, nos últimos anos, a tendência já observada em inícios da década de noventa, apresentando um crescimento dos mais significativos para o VAB regional entre 1995 e 1999.

A agricultura é uma actividade com importância decrescente no tecido económico madeirense. Com efeito, o recenseamento agrícola de 1999 veio a comprovar a tendência dominante nos dois últimos decénios, de diminuição do número de explorações com SAU, dos hectares com SAU e da mão-de-obra dedicada a esta actividade.

No caso da Madeira, pelas suas características físicas muito particulares (factores físicos adversos, designadamente o declive dos terrenos cultivados e a orografia), a agricultura desempenha um papel de extrema importância na manutenção e conservação da paisagem. A sua rentabilidade é, no entanto, afectada pela organização da estrutura fundiária

(fragmentação das explorações em vários blocos) e orografia (uma elevada percentagem do território, cerca de 35%, situa-se acima dos 1.000 metros de altitude), em virtude dos níveis de mecanização serem bastante reduzidos, predominando os motocultivadores e as motoenxadas, que correspondem, aliás, e de acordo com a informação disponibilizada, a uma parte significativa do número de pedidos de apoio aos fundos comunitários (FEOGA) no primeiro biénio do POPRAM III.

Tendo por base a informação disponibilizada pelos dois últimos Recenseamentos Gerais Agrícolas (1989 e 1999), é possível verificar uma diminuição muito significativa das explorações com SAU (-37,4%) enquanto que a Superfície Agrícola Utilizada decresce sensivelmente 19,5%. Os agregados cujo rendimento é exclusivamente dependente da exploração agrícola diminuíram em 5,1%.

Ao analisar-se a evolução da produção agrícola por cultura durante o último período inter-censitário agrícola (1989-1999), verificamos importantes alterações nas culturas predominantes que devem ser realçadas. Grande destaque deve ser dado à diminuição significativa da produção de banana, que decresce durante este período em cerca de 45,6%, observando-se também quebras na produção de batata (6,4%) e vinha (16,6%). Pelo contrário, regista-se um aumento na produção de culturas florícolas (79,1%) e hortícolas (1,4%). No caso da banana, a adopção de novas regras de produção e comercialização deste produto, num mercado cada vez mais concorrencial (com destaque para os países produtores da América do Sul), tem contribuindo para uma forte diminuição das exportações, de grande impacte para a economia agrícola regional.

A produção de efectivos animais conhece igualmente alterações importantes, diminuindo no caso dos bovinos (54,6%), ovinos (31,0%) e caprinos (21,3%) e aumentando nos suínos (29,6%) e, principalmente, nas aves (44,3%), acompanhando a tendência observada no continente.

Refira-se ainda, neste domínio, a realização do Plano de Desenvolvimento Rural 2000-2006 da Região Autónoma da Madeira durante o primeiro triénio de execução do POPRAM III (finalizado em 2001) que, através das suas quatro intervenções (Agro-Ambientais, Indemnizações Compensatórias, Florestação de Terras Agrícolas e Reforma Antecipada), tem por objectivo a definição de directrizes para o desenvolvimento da actividade no período concordante com o POPRAM III.

As actividades piscatórias, desempenhando uma importância acrescida em termos sócio-económicos no contexto regional, particularmente em comunidades piscatórias como Câmara de Lobos e Caniçal, têm-se caracterizado nos últimos anos por uma diminuição da descarga de pescado, designadamente de atum e similares (62,3%) e cavala (73,2%), contrariando a tendência observada nos anos anteriores, mas que, segundo as estatísticas do INE, não se tem reflectido em termos financeiros. Os primeiros anos de execução do POPRAM III foram marcados pelo abate significativo de embarcações para pesca e reconversão dos activos para outras actividades profissionais, pelo que a actividade parece estar a perder alguma importância na estrutura económica regional, invertendo o dinamismo que o diagnóstico prospectivo socio-económico que informou o POPRAM III identificou.

A aquacultura, não sendo uma alternativa de viabilidade económica à pesca tradicional, e que apenas na década de noventa dá os primeiros passos na Região, tem apresentado um aumento da produção considerável (a única espécie produzida na Região é a dourada).

Apesar de algumas alterações positivas observadas nos últimos anos, o tecido empresarial é ainda constituído maioritariamente por micro-empresas, pouco competitivas e de gestão familiar, sendo escassas as unidades com mais de 100 trabalhadores.

Refira-se, por último, que a visão dos promotores de projectos[1] relativamente às questões relacionadas com a competitividade económica regional aponta no sentido de se observar uma melhoria durante o primeiro triénio de execução do POPRAM III, classificando a situação actual como sendo favorável. As questões relacionadas com a produtividade agrícola e a captação de investimento estrangeiro são as mais preocupantes na óptica dos inquiridos, visto serem os únicos parâmetros onde não reconhece, no cômputo geral, uma evolução positiva entre 2000 e 2003 e onde a situação actual é ponderada como abaixo dos valores médios regionais neste domínio. Pelo contrário, a dinâmica do tecido empresarial e a integração de novas tecnologias de informação são as vertentes onde se registaram as mais significantes melhorias durante o período em análise.

Quadro 8 – Avaliação Qualitativa da Situação Actual e Evolução 2000-2003 do Domínio Competitividade Económica Regional, Segundo os Executores do Programa Inquiridos

COMPETITIVIDADE ECONÓMICA REGIONAL	Situação Actual				Evolução 2000/2003		
	1	2	3	4	Melhorou	Manteve	Piorou
Produtividade agrícola							
Valorização e ordenamento das zonas industriais							
Dinâmica do tecido empresarial							
Circuitos de comercialização/distribuição							
Serviços de apoio à actividade económica							
Cooperação e parceria empresarial							
Associativismo para o desenvolvimento local							
Internacionalização da actividade produtiva							
Captação de investimento estrangeiro							
Inovação tecnológica na actividade produtiva							
Integração de novas tecnologias de informação							

Fonte: Inquérito aos Executores do POPRAM III, CEDRU/QP, 2003

Respostas (%) 0% 1-20% 21%-40% 41%-60% > 60%

1 – Situação Pior 4 – Situação Melhor

8.3. Emprego, Educação e Qualificação Profissional

De acordo com os últimos indicadores estatísticos disponíveis, a diminuição do emprego por sector de actividade tem acompanhado a tendência observada ao nível do VAB regional, que se caracteriza por uma perda de importância dos sectores primário e secundário, mais acentuada no primeiro caso, e por um crescimento no sector terciário. Uma análise por ramo de actividade permite verificar que, no caso do secundário, a diminuição é devida a um decréscimo das indústrias transformadoras para o emprego, confirmando o observado durante os primeiros anos da década de noventa e que, no caso do terciário, o crescimento deve-se à hotelaria e restauração.

A taxa de actividade, inferior aos valores médios nacionais, conhece um ligeiro acréscimo entre 1997 e 2001, que se deve aos activos masculinos, visto ter diminuído nos activos

[1] Tal análise teve por base a primeira parte do inquérito postal lançado aos executores de projectos de todas as componentes do POPRAM III (FEDER, FSE, FEOGA e IFOP) em Fevereiro de 2003, preparada com o objectivo de enriquecer a análise quantitativa da evolução do contexto territorial e sectorial, tendo em consideração os objectivos estratégicos desenhados pelo POPRAM III e os domínios que foram designados como mais relevantes para que, de forma sintética, se pudesse retratar as principais características sócio-económicas da RAM e a sua evolução recente. O questionário lançado aos executores de projectos, no que se refere à análise das alterações ocorridas na RAM, focalizou-se na "situação actual" (em que foi solicitada uma avaliação numa escala de um a quatro, sendo que um é a situação pior e quatro a situação melhor) e na "Evolução 2000-2003" (em que foi solicitada uma apreciação através de três categorias valorativas: melhorou, manteve e piorou). Foram privilegiados os domínios e sub-domínios relacionados com a competitividade económica local e regional; o emprego e formação; acessibilidades e transportes; equipamentos sociais e culturais e ambiente.

femininos. Refira-se, neste domínio, que a Madeira é ainda caracterizada pela dimensão significativa que o "emprego não formal" (trabalho por conta própria, trabalho ao domicílio e trabalho a tempo parcial) representa, configurando situações de subemprego, geralmente em actividades com um baixo nível de remuneração, não reflectindo verdadeiramente a taxa de actividade regional.

A taxa de desemprego diminui, ligeiramente, entre 1997 e 2001, mantendo, em ambos os anos de análise, valores inferiores aos apresentados a nível nacional (6,4% e 6,8%, respectivamente). Aliás, durante o mesmo período, torna-se imperioso realçar que o decréscimo observado na Madeira não acompanha o crescimento que o país conhece, aumentando, deste modo, o fosso existente (em 2001, de 2,2%, quando em 1997 era de 1,2%).

Contudo, verificamos que o desemprego feminino, durante o mesmo período, aumenta em perto de 1%, representando sensivelmente, dois terços da população desempregada. Tal facto decorre sobretudo do acréscimo anormal do emprego entre 1993 e 1998 observado na Zona Franca do Caniçal, que resultou da implementação de unidades industriais com uma utilização intensiva de mão-de-obra feminina e pouco qualificada. O fim da actividade destas unidades, após 1998, contribuiu consideravelmente para que o saldo entre 1997 e 2001 se apresentasse negativo. Refira-se ainda que a proporção de mulheres desempregadas não se altera face ao observado nos primeiros anos da década de noventa.

À transversalidade do desemprego feminino nas várias categorias de desempregados (jovens, adultos, de longa duração, procura de primeiro emprego), acresce o facto das remunerações médias auferidas pelas mulheres serem substancialmente inferiores às dos homens (segundo valores de 1999, do INE, o ganho médio mensal é inferior em 192 euros), bem como o desempenho de funções pouco qualificadas.

O desemprego juvenil acentuou-se significativamente, crescendo 4,3% durante o mesmo período, atingindo particularmente os candidatos a emprego do sexo feminino. Trata-se de um problema preocupante que urge ultrapassar rapidamente.

As maiores dificuldades neste domínio, identificadas já no diagnóstico prospectivo socio-económico que informou o POPRAM III, prendem-se com a inserção profissional de grupos de desempregados menos favorecidos no acesso ao emprego, designadamente os jovens, as mulheres e os adultos desempregados de longa duração e dos activos ocupados no passado recente em actividades tradicionais, que têm vindo a perder peso no tecido económico regional. Tal é também a percepção dos promotores de projectos. Com efeito, apesar de no cômputo geral se observar uma melhoria nesta vertente durante o primeiro triénio de execução do POPRAM III, verifica-se que, nas questões relacionadas com o emprego e a formação, a maioria das respostas dos executores se encontra abaixo do nível médio regional nas classificações atribuídas neste domínio.

A qualificação dos recursos humanos da Região tem apresentado melhorias ao nível do ensino, tendo a taxa de analfabetismo diminuindo 2,6% durante o último período inter-censitário e aumentado significativamente a população madeirense que atingiu o ensino superior, designadamente do sexo feminino. Contudo, a Região ainda se encontra presentemente numa situação desfavorável face aos valores médios nacionais e comunitários. O nível de instrução da população adulta (25 a 59 anos) conheceu uma evolução favorável entre 1997 e 2001, diminuindo a população com um nível de instrução baixo (até ao 3º ciclo do ensino básico), de 85% para 83,4% e aumentando a população com um nível elevado (ensino superior), de 5% para 5,5%, aproximando-se dos valores

médios nacionais (neste último caso, 9,7% em 2001), mas ainda a grande distância da média comunitária (34,2% e 22,3% em 2001, respectivamente).

Quadro 9 – Avaliação Qualitativa da Situação Actual e Evolução 2000-2003 do Domínio Emprego e Formação, Segundo os Executores do Programa Inquiridos

EMPREGO E FORMAÇÃO	Situação Actual				Evolução 2000/2003		
	1	2	3	4	Melhorou	Manteve	Piorou
Criação de novas empresas							
Integração das TIC nas empresas							
Qualificação da população activa no domínio das TIC							
Igualdade de oportunidades entre homens e mulheres							
Inserção de jovens no mercado de trabalho							
Desemprego							
Qualificação (escolar e profissional) dos activos							
Relação formação/ necessidades das empresas							
Inserção sócio-profissional grupos desfavorecidos							

Fonte: Inquérito aos Executores do POPRAM III, CEDRU/QP, 2003

Respostas (%) 0% 1-20% 21%-40% 41%-60% > 60%

1 – Situação Pior 4 – Situação Melhor

Destaque-se para uma redução do número de alunos matriculados no ensino básico (38.708 para 35.337) numa taxa inferior (-9,7%) à do decréscimo populacional do escalão etário correspondente, de 6 a 15 anos (-12,1%), o que, aliado a uma melhoria das taxas de insucesso escolar pressupõe uma redução ainda mais significativa do abandono escolar, tal como é confirmado pelos estudos sobre a matéria baseados nos resultados definitivos dos Censos 2001, encontrando-se, igualmente, em linha com a tendência enunciada no diagnóstico socio-económico realizado para o POPRAM III.

Relativamente ao sistema formativo, o primeiro triénio de execução do POPRAM III é marcado pelo aumento significativo de acções de formação dirigidas para colmatar algumas das necessidades do mercado de emprego regional, observando um esforço positivo no desenvolvimento de infra-estruturas de apoio à formação. O reforço das acções com o objectivo de melhorar as competências profissionais da população activa madeirense, no sentido de ultrapassar os baixos níveis de qualificação e de escolarização tem sido significativo e dirigido a vários escalões etários, sociais e profissionais.

Também no domínio da formação e emprego devem ser destacados um conjunto de documentos regionais, nacionais e comunitários, elaborados no período preparatório do POPRAM III e durante a vigência do primeiro triénio de execução do mesmo, com incidência na Região Autónoma da Madeira, designadamente o Plano Regional de Emprego, a Estratégia Nacional para a Aprendizagem ao Longo da Vida e a Estratégia Europeia para o Emprego. Estas estratégias visam não só a diminuição da taxa de desemprego, particularmente das mulheres e dos jovens, mas também a necessária valorização dos recursos humanos, através da elevação dos níveis escolares (incluindo a diminuição do abandono escolar) e da formação e experiência profissional, políticas que necessitam de uma implementação regional a curto prazo.

8.4 Transportes e Comunicações

A Região tem sido marcada por uma aposta muito forte no desenvolvimento das acessibilidades rodoviárias desde a integração de Portugal na União Europeia,

particularmente durante o QCA II. O primeiro triénio de execução do POPRAM III continuou a estratégia de reforço e melhoramento neste domínio, tendo-se assistido a investimentos significativos em toda a Ilha da Madeira, o que tem contribuindo para uma diminuição clara da distância-tempo entre a generalidade das sedes de concelho e para a construção de uma rede hierarquizada e estruturadora das acessibilidades a nível intra-regional.

Com efeito, neste domínio, os últimos anos reforçaram a tendência enunciada no diagnóstico prospectivo que informou a realização do POPRAM III, na construção de novas vias com características de vias rápidas e respectiva articulação com a rede viária envolvente e pontos de ligação ao exterior, na construção de ligações mais rápidas ao norte da Ilha da Madeira, na melhoria das acessibilidades às zonas mais isoladas e na requalificação da rede viária. Tais investimentos têm permitido também minimizar ou ultrapassar carências ao nível das acessibilidades locais, apesar de neste domínio se observarem as maiores dificuldades presentemente.

Pelas suas características muito particulares, resultantes da sua localização geográfica, os serviços de transporte marítimo assumem uma importância relevante na Madeira, sobretudo os de passageiros, constituídos, em grande medida, pelas ligações intra-regionais entre a Ilha da Madeira e a Ilha de Porto Santo e por viagens turísticas (cruzeiros). Entre 1995 e 2000, observa-se um crescimento extremamente significativo do número de passageiros embarcados e desembarcados, tanto no Funchal como em Porto Santo. Relativamente ao transporte de mercadorias, que desempenha um papel importante no que se refere às trocas comerciais com o exterior, não se registaram alterações significativas.

O transporte aéreo, assumindo também uma importância central para a Região pela sua condição insular, conheceu um crescimento ao nível de passageiros transportados muito significativo. Com efeito, entre 1996 e 2001, o Aeroporto do Funchal, fruto também dos importantes investimentos recentemente efectuados (salientando-se o prolongamento da pista, que permite presentemente a realização de voos intercontinentais sem escalas técnicas e a utilização de qualquer tipo de aeronave), tem um aumento de 41,6% nos passageiros embarcados e desembarcados, enquanto que em Porto Santo o acréscimo é de 60% (A pista e a aerogare deste aeroporto foram também alvo de intervenções visando o seu melhoramento e modernização).

Relativamente aos transportes terrestres, os passageiros transportados em carreiras urbanas e suburbanas do Funchal diminuem, ligeiramente, durante o mesmo período, não sendo visível, de acordo com as estatísticas, o incremento das políticas de promoção de transporte público nos últimos anos, uma das necessidades assumidas no diagnóstico prospectivo anteriormente realizado.

O diagnóstico realizado neste domínio encontra paralelo na visão dos executores. Com efeito, as acessibilidades e transportes são encarados pelos promotores dos projectos como um dos aspectos mais positivos das alterações recentes visíveis na RAM. A informação apurada no inquérito permite verificar que nos últimos três anos verificou-se, globalmente, uma evolução positiva no que diz respeito à rede viária regional, às acessibilidades entre sedes de concelho, à melhoria dos transportes aéreos e da qualidade das telecomunicações. As vertentes em que os executores consideram ter-se observado uma evolução menos favorável, no cômputo geral, prendem-se com os transportes públicos rodoviários e com o controle da poluição de tráfego.

Quadro 10 – Avaliação Qualitativa da Situação Actual e Evolução 2000-2003 do Domínio Acessibilidades e Transportes, Segundo os Executores do Programa Inquiridos

ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES	Situação Actual				Evolução 2000/2003		
	1	2	3	4	Melhorou	Manteve	Piorou
Rede viária regional							
Rede viária municipal							
Acessibilidade entre as sedes de concelho							
Transportes públicos rodoviários							
Controle da poluição de tráfego							
Transportes aéreos							
Qualidade das telecomunicações							

Fonte: Inquérito aos Executores do POPRAM III, CEDRU/QP, 2003

Respostas (%) 0% 1-20% 21%-40% 41%-60% > 60%

1 – Situação Pior 4 – Situação Melhor

No domínio dos equipamentos e das infra-estruturas básicas de telecomunicações, poder-se-á referir, sinteticamente, que a Região se encontra presentemente bem apetrechada ao nível da rede interna de telecomunicações e de TV Cabo; da rede de telecomunicações externa; da estação terrena de satélites; rede nacional de operadores de GSM e rede RDIS, tendo conhecido melhorias significativas nos últimos anos. Por outro lado, a Região assume uma posição geoestratégica ao nível da rede de cabos submarinos de ligação inter-continental, designadamente entre a Europa, África e América (cabo Madeira-Portugal continental; cabo Atlantis 2, que liga Portugal continental, Espanha, Senegal, Cabo Verde, Brasil, Argentina e Madeira; cabo Columbus II, que efectua a ligação a Sicília, Sardenha, St. Thomas, Florida, México e Madeira; cabo Eurafrica, que liga Portugal continental, França, Marrocos e Madeira e cabo SAT 2, que liga as Canárias, África do Sul e Madeira).

A mais recente informação estatística disponível aponta para um crescimento importante das telecomunicações, nos últimos anos, na Madeira, designadamente de linhas telefónicas residenciais e telefones públicos (com taxas de crescimento bastante superiores às apresentadas pelo continente, aproximando-se assim das taxas de penetração do serviço em Portugal continental). Os acessos RDIS (tanto o básico como o primário) aumentam, também, significativamente. Este conjunto de alterações positivas é, igualmente, identificado pelos promotores de projectos, que consideram ter existido uma melhoria significativa na qualidade das telecomunicações durante o primeiro triénio de execução do POPRAM III.

A rede de televisão por cabo conhece um acréscimo igualmente importante, entre 1996 e 2000, aumentando a taxa de penetração do serviço de 22% para 43%, durante o mesmo período, valor consideravelmente superior ao registado no continente (18% em 2000).

Durante o primeiro triénio de execução do POPRAM III, deve-se também destacar a utilização da Ilha da Madeira para testar novos serviços e tecnologias por parte da Portugal Telecom. Este facto constitui uma vantagem importante para a Região, designadamente ao nível do cabo, com a primeira rede de Portugal e com os ensaios do cabo sem fios (MMDS) e do cabo digital.

8.5. Inovação e Sociedade de Informação

Trata-se de um domínio que registou alterações interessantes nos últimos anos da década de noventa (a informação mais recente refere-se a 1999). A despesa em I&D regista, entre 1995 e 1999, um ligeiro decréscimo (0,47%), depois de um crescimento bastante

significativo observado nos primeiros anos da década de noventa. Ao analisar-se o volume de gastos por sector institucional, verifica-se que a maior parcela de investimento corresponde a um esforço público, representando perto de dois terços dos valores totais da Região. O Ensino Superior e as Empresas representam cada um cerca de 15% do esforço regional em I&D.

Da evolução recente deve-se destacar o crescimento significativo que as empresas conhecem durante este período (de 2,9% para 15,3%, entre 1995 e 1999, respectivamente), o que reflecte um importante despertar dos empresários para a importância que as questões da inovação desempenham para a economia e desenvolvimento regional, e a diminuição significativa do investimento de instituições privadas sem fins lucrativos.

A criação relativamente recente da Universidade da Madeira, de um Centro de Ciência e Tecnologia, de um Parque Tecnológico e de um Centro de Inovação Empresarial revelam-se mais valias importantes para o aprofundamento da I&D na Madeira, visto estarem reunidas as condições necessárias para o desenvolvimento destas actividades.

Destaque deve ainda ser dado para um estudo elaborado para a Comissão Europeia (DG Recherche) – *Mieux connaître la place de la recherche et développement technologique dans les regions ultrapériphériques (RUP) de l'Europe et mieux les intégrer dans l'espace européen de la recherche, pela Louis Lengrand & Associés* e o Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto, cujo relatório regional da Madeira foi finalizado em Julho de 2002, onde são afloradas, de forma pormenorizada, a situação actual e as grandes questões para o desenvolvimento da I&D no arquipélago. Ainda assim, trata-se de uma área com atrasos estruturais significativos face aos valores médios comunitários, designadamente ao nível das despesas e recursos humanos afectos à I&D.

Ao nível da sociedade de informação, deve-se destacar um conjunto de iniciativas recentes, algumas das quais enquadradas no âmbito do POPRAM III e do POSI (Programa Operacional Sociedade de Informação). Saliente-se, assim, durante o primeiro triénio de execução do POPRAM III, o Programa Madeira Digital, recentemente aprovado pelo POSI, o PRAI – Programa Regional de Acções Inovadoras (2000), o MDS – Modelo Estratégico de Desenvolvimento Sustentável e PDS – Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (2002), do Madeira Tecnopólo e o Programa Empreender – Edição Madeira, concebido pelo IFEA – Instituto de Formação Profissional Avançada em cooperação/associação com a UMa a AJEM e o CEIM.

A criação do Núcleo Estratégico da Sociedade de Informação (NESI) veio, igualmente, potenciar a utilização de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC), tendo vindo a dinamizar, desde a sua criação, acções concretas neste domínio de grande importância para a Madeira, minimizando os efeitos decorrentes da sua posição insular e ultraperiférica.

Destaque-se, também, a utilização de NTIC na gestão do sistema regional de saúde, através de uma rede telemática que apoia as actividades desenvolvidas no que se refere a estes serviços, contribuindo para um acréscimo da sua eficiência.

Refira-se, por fim, o estudo sobre o impacto das TIC nas regiões ultra-periféricas da Europa, cujo relatório regional da Madeira foi apresentado em Setembro de 2001 e que, a partir da realização de um diagnóstico exaustivo tendo por base a situação presente, procura definir e contextualizar um conjunto de estratégias, políticas e iniciativas para o desenvolvimento da sociedade da informação na Madeira para os próximos anos.

8.6. Ambiente e Saneamento Básico

A Madeira possui um considerável património ambiental, reflectido numa rica e diversificada variedade de paisagens e ecossistemas, onze dos quais com estatuto de protecção no âmbito da Rede Natura 2000, sendo a Região do país com os valores relativos mais elevados de superfície abrangida por áreas classificadas no que diz respeito à conservação da natureza.

A sua evolução natural e a sua condição insular determinaram um quadro em alguns casos único em termos mundiais, designadamente no que se refere à paisagem, mas sobretudo ao nível de habitats e biodiversidade. Obviamente, é imperioso referir a Laurissilva, que ocupando presentemente cerca de 20% do território da ilha da Madeira, constitui a maior mancha deste tipo de floresta entre todas as ilhas da Macaronésia. Esta floresta está classificada pela UNESCO, desde Dezembro de 1999, como Património Mundial Natural, é Reserva Biogenética do Conselho da Europa e Zona de Protecção Especial da Rede Natura 2000.

Contudo, é igualmente reconhecido que as pressões e alterações sobre ou no território são múltiplas e diversas, desde o rápido alastramento da ocupação humana, de forma dispersa, ao desenvolvimento de várias actividades económicas e ao incremento do sector turístico e do lazer, mas também à introdução de espécies animais e vegetais estranhas aos ecossistemas insulares. Os problemas são assim vários, complexos e persistentes, e colocam-se em diferentes níveis e contextos temporais e, por isso, alguns dos quais dificilmente equacionáveis no quadro de intervenção do POPRAM III.

A qualidade visual da paisagem, constituindo simultaneamente um valor do património natural, do património histórico e uma mais valia para o turismo, degradou-se nos últimos anos, resultado fundamentalmente da proliferação da ocupação humana do território.

Ao nível do ambiente e do saneamento básico foram desenvolvidos vários planos regionais durante os últimos anos, destacando-se o Plano Estratégico de Resíduos da RAM, o Plano de Ordenamento do Território da RAM, o Plano Regional da Política Energética, o Plano Regional da Política de Ambiente e o Plano Regional da Água da Madeira, os três últimos durante o primeiro triénio de execução do POPRAM III (o Plano Regional da Água foi apresentado muito recentemente, encontrando-se ainda em fase de consulta pública).

As questões relacionadas com o saneamento básico revelaram-se, desde sempre, bastante difíceis, especialmente na ilha da Madeira. Com efeito, as suas características físicas, a fragilidade dos seus ecossistemas e o tipo de povoamento disperso desde a beira-mar até à cota 600 são aspectos que dificultam e encarecem, significativamente, a obtenção de níveis quantitativos e qualitativos elevados na prestação destes serviços à população da Região. Por outro lado, devem-se salientar as dificuldades acrescidas com que a Madeira se depara na gestão de resíduos sólidos urbanos face ao continente, devido aos elevados custos do transporte marítimo dos produtos provenientes das recolhas selectivas para as unidades recicladoras localizadas fora da Região.

Trata-se de um sector que tem sido alvo de importantes investimentos, principalmente ao longo da década de noventa, em que os apoios possibilitados pela entrada de Portugal na União Europeia tiveram um papel decisivo para o acelerar da superação das necessidades regionais. O primeiro triénio de execução do POPRAM III não foi excepção e, conjuntamente com as acessibilidades rodoviárias, foi o sector com os mais significativos investimentos realizados ao abrigo do Programa, designadamente da drenagem e tratamento de águas residuais urbanas.

Neste domínio, as actuais taxas de cobertura revelam a necessidade de continuar a apostar em infra-estruturas que reforcem os sistemas de captação, transporte, tratamento, drenagem e armazenagem de água porque, pese embora as melhorias verificadas nos últimos anos, estas ainda são inferiores à média nacional (as situações mais problemáticas encontram-se nos concelhos rurais e nas zonas super-altas do Funchal). De facto, a taxa de cobertura com sistemas de drenagem de águas residuais era, em 2001, da ordem dos 48% (enquanto a média nacional atingia os 70%) e a taxa de cobertura com tratamento de águas residuais era de 47,8% (sendo a média nacional de 50%). Em consequência, vários troços de cursos de água e mesmo algumas praias continuam a apresentar níveis de poluição que agravam os contextos de risco para a saúde pública.

No que se refere aos sistemas de abastecimento de água, a situação apresenta-se bem mais favorável, sendo de assinalar que, entre 1996 e 2001, a Madeira passou de uma taxa de cobertura de 92% para 97,1%, uma dinâmica semelhante à observada a nível nacional. Neste capítulo, a cobertura é claramente superior à média do continente, que rondava no mesmo ano os 90%.

Nos últimos anos, a recolha e tratamento de resíduos sólidos na Região, a exemplo das restantes regiões do país, experimentou mudanças qualitativas e quantitativas de grande expressão, encontrando-se em 2001 com um nível de cobertura bastante elevado (97,6%), muito próxima da média nacional (98,4%). A recolha selectiva de resíduos sólidos na Madeira apresenta-se como um bom exemplo a seguir no continente, em virtude dos níveis de reciclagem resultantes da recolha selectiva serem de 100%, enquanto que a média nacional se fica pelos 98,2%. Se considerarmos o total dos resíduos sólidos recolhidos, a Região apresenta níveis de reciclagem na ordem dos 10,5%, enquanto que os valores médios do país não ultrapassam os 4,4%.

No domínio das energias renováveis deve-se destacar o elevado potencial apresentado pela RAM, designadamente na biomassa florestal, hidroelectricidade, energias eólica e solar. Os últimos anos têm sido marcados por um crescimento na utilização destas fontes energéticas, principalmente da energia solar (maior utilização de painéis solares por parte de privados, sobretudo em habitações) e da energia eólica, salientando-se a construção de um parque na Ponta de São Lourenço.

Ao analisar-se, complementarmente, a percepção dos executores de projectos neste domínio, verificamos que a mesma é concordante com o diagnóstico realizado. Com efeito, considera-se ter existido uma evolução positiva durante o primeiro triénio de execução do POPRAM III, correspondendo aos importantes investimentos efectuados durante este período, designadamente em sistemas de saneamento básico. De facto, uma leitura em linha põe em clara evidência estes sistemas como sendo aqueles onde os promotores consideram ter-se verificado uma clara melhoria entre 2000 e 2003, principalmente no que se refere ao sistema de esgotos e ao abastecimento de água. Pelo contrário, a qualidade da paisagem destaca-se como sendo o domínio em que a evolução foi menos favorável, sendo o único em que mais de 20% dos executores de projectos consideram ter existido um retrocesso durante este período.

Quadro 11 – Avaliação Qualitativa da Situação Actual e Evolução 2000-2003 do Domínio Ambiente, Segundo os Executores do Programa Inquiridos

AMBIENTE		Situação Actual				Evolução 2000/2003		
		1	2	3	4	Melhorou	Manteve	Piorou
Sistemas de Saneamento Básico	Sistemas de abastecimento de água							
	Sistemas de esgotos							
	Sistemas de recolha e tratamento de lixos							
Outros Sistemas Ambientais	Parques e reservas naturais							
	Qualidade das ribeiras e nascentes							
	Qualidade da paisagem							
	Sensibilização e educação ambiental							
	Prevenção de riscos naturais							
	Utilização de energias renováveis							

Fonte: Inquérito aos Executores do POPRAM III, CEDRU/QP, 2003

Respostas (%) 0% 1-20% 21%-40% 41%-60% > 60%

1 – Situação Pior 4 – Situação Melhor

8.7. Vertebração do Sistema Urbano e Organização do Território

Apesar do decréscimo populacional observado durante o último período inter-censitário, a RAM apresenta ainda uma densidade populacional muito elevada (315,4 hab. /km^2 em 2001), quando comparada com Portugal continental ou com os valores médios europeus. Contudo, o padrão de ocupação do território é caracterizado por uma distribuição muito irregular da população, observando-se, em simultâneo, uma tipologia de povoamento muito disperso e fragmentado por toda a ilha e uma acentuada concentração populacional na vertente sul da Ilha da Madeira, designadamente na área central (Funchal e concelhos limítrofes).

Durante a década de noventa, não se observam alterações significativas no tipo de povoamento do arquipélago, verificando-se um ligeiro aumento relativo da população urbana, que decorre sobretudo da diminuição populacional que se faz sentir na Região durante o mesmo período.

O concelho do Funchal, que em 1991 representaria 45,5% da população regional, em 2001 correspondia a 42,4% (diminuição de 3,1%), o que reflecte também o desenvolvimento da rede de acessibilidades rodoviárias, permitindo diminuir, em alguns casos, consideravelmente, a distância-tempo de muitas localidades à capital da RAM. Aliás, os únicos concelhos a registarem um aumento dos seus efectivos populacionais durante o último período inter-censitário são contínuos ao Funchal (Câmara de Lobos e Santa Cruz), o que parece indiciar uma migração populacional deste para espaços próximos da sua área de influência. Porém, as áreas rurais parecem prosseguir uma trajectória de despovoamento, visível sobretudo nos concelhos do norte da Ilha da Madeira, onde se observaram os maiores decréscimos populacionais (Porto Moniz, São Vicente e Santana).

As assimetrias regionais não se observam apenas no capítulo demográfico. Com efeito, a vertebração e distribuição das actividades económicas é, também, bastante irregular, encontrando-se a maior parte das empresas no litoral sul da Ilha da Madeira, designadamente na faixa compreendida entre Câmara de Lobos e Machico e a grande maioria da capacidade do alojamento hoteleiro nos concelhos do Funchal e Santa Cruz. O

centro de decisão, inovação e estruturação económica encontra-se, de facto, concentrado no Funchal e concelhos limítrofes.

Saliente-se, porém, que os investimentos estruturantes recentes nas acessibilidades rodoviárias, na zona franca industrial, no aeroporto e em zonas de localização de actividades económicas no exterior do Funchal, já identificados no diagnóstico prospectivo, são elementos que enformam uma nova e importante dinâmica territorial na zona leste da Ilha, revelando-se como a alteração de maior destaque neste domínio nos últimos anos. Contudo, deve ser realçado o esforço continuado de melhoria da infra-estruturação e equipamento ao nível regional, sendo de relevar os investimentos realizados em três domínios fundamentais com um contributo importante para o robustecimento e qualificação do sistema urbano: acessibilidades, equipamentos sociais e saneamento básico.

8.8. Condições de Vida e Desenvolvimento Social

Trata-se de um domínio que, na globalidade, é marcado por uma melhoria relevante nos últimos anos, se bem que sentida de forma diferente no contexto intra-regional, persistindo ainda algumas situações mais problemáticas a ultrapassar.

Recorde-se que o PIB regional apresentou taxas de crescimento muito significativas, resultando num importante aumento *per capita*, entre 1995 e 1999, na ordem dos 47% e aproximando-se dos valores médios comunitários (72%, em 1999, quando em 1995 era de 63,1%).

Por outro lado, os vários indicadores de conforto disponíveis apontam para um salto recente muito positivo, resultante da melhoria das condições de vida e de importantes investimentos realizados na Madeira, em infra-estruturas, equipamentos e serviços, focados anteriormente. Ao nível das condições básicas dos alojamentos (água, electricidade e instalações sanitárias), tal crescimento permitiu que em 2001 se registassem taxas de cobertura próximas dos 100% (um pouco mais reduzida no que se refere a alojamentos com Banho/Duche). Os principais equipamentos associados a níveis de bem-estar apresentam uma evolução igualmente favorável, destacando-se, durante este período, o acréscimo de agregados com telefone, máquinas de lavar roupa e loiça, automóvel e computador pessoal.

No que se refere à protecção e coesão social, a Madeira depara-se com uma realidade de assimetrias sócio-económicas significativas, existindo várias comunidades e grupos populacionais com problemas muito específicos, conducentes à sua exclusão social. Os últimos anos conhecem um crescimento significativo de indivíduos beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido (RMG). Em 2002, corresponderiam a cerca de 3,5% da população total da Região, um valor consideravelmente mais elevado que o da média nacional.

A saúde é uma das áreas melhor apetrechadas ao nível dos equipamentos sociais na Madeira, tendo conhecido uma evolução favorável nos últimos anos, visível sobretudo nos serviços e recursos humanos, assistindo-se ao aumento do número de médicos, enfermeiros e técnicos de diagnóstico e terapêutica e do número de farmácias. As unidades hospitalares reforçaram e melhoraram a dotação de equipamentos e, como referido anteriormente, a utilização de NTIC na gestão do sistema regional de saúde, através de uma rede telemática que apoia as actividades desenvolvidas no que se refere a estes serviços, contribuiu para um acréscimo da sua eficiência.

Contudo, torna-se forçoso salientar a elevada taxa de mortalidade infantil apresentada pela Região, em 2000, que, contrariando a tendência dos primeiros anos da década de noventa,

conhece um aumento relevante após 1997. A Madeira é claramente a Região do país com os valores mais elevados (a média do continente é de 4,8 ‰).

No domínio da cultura e recreio têm sido desenvolvidas acções no sentido de dotar e qualificar a oferta de infra-estruturas na Região, apostando-se também no reforço da dinamização de iniciativas culturais. Trata-se uma área de grande importância para a Madeira, não só no que se refere à participação da população nesta tipologia de iniciativas, mas também como actividade de apoio para potenciar dinamismo turístico regional. Os indicadores disponíveis apontam para um crescimento do número de museus, bibliotecas e espectáculos públicos realizados, bem como um crescimento da tiragem anual da imprensa periódica regional.

A preservação, recuperação e valorização do vasto património histórico-cultural da Madeira, de grande riqueza, prefigura-se como uma vertente onde se torna imperativo desenvolver esforços no sentido de minimizar os efeitos de degradação patentes em alguns monumentos.

A dotação e qualificação de instalações desportivas registou um notável progresso ao longo de toda a década de noventa, sendo um domínio em que a Madeira se encontra bem infra-estruturada face às necessidades da população regional, existindo equipamentos em todos os concelhos. Com efeito, trata-se de um domínio em que o número de habitantes servido pelos equipamentos existentes é bastante inferior face aos valores médios nacionais.

Quadro 12 – Avaliação Qualitativa da Situação Actual e Evolução 2000-2003 do Domínio Equipamentos Sociais e Culturais, Segundo os Executores do Programa Inquiridos

EQUIPAMENTOS SOCIAIS E CULTURAIS	Situação Actual				Evolução 2000/2003		
	1	2	3	4	Melhorou	Manteve	Piorou
Ensino pré-escolar							
Ensino básico e secundário							
Ensino superior							
Ensino profissional							
Hospitais							
Centros de saúde							
Equipamentos de apoio à infância e juventude							
Equipamentos de apoio à terceira idade							
Desporto e lazer							
Cultura							
Promoção da ciência							

Fonte: Inquérito aos Executores do POPRAM III, CEDRU/QP, 2003

Respostas (%) 0% 1-20% 21%-40% 41%-60% > 60%

1 – Situação Pior 4 – Situação Melhor

Para os promotores de projectos inquiridos, o ensino pré-escolar, os equipamentos de apoio à terceira idade e os equipamentos de desporto e lazer apresentam-se como as áreas que registaram maiores progressos durante o período 2000-2003. Refira-se, ainda, que os equipamentos de desporto e lazer se destacam, presentemente, dos restantes equipamentos sociais e culturais, apresentando-se como o sector em que a Região se encontra melhor apetrechada na actualidade.

9. INDICADORES DE EVOLUÇÃO DO CONTEXTO TERRITORIAL E SECTORIAL

Demografia	1991	2001
Área (km^2)	776,9(a)	
População Residente (n.º)	253.426	245.011
Taxa de Variação da População, 1991/2001 (%)	-3,3	
Densidade Populacional (hab/km^2)	326,2	315,4
Taxa de Natalidade (‰)	13,6	13,1
Taxa de Mortalidade (‰)	10,1	10,8
Taxa de Crescimento Natural (‰)	3,6	2,3
Saldo Migratório (%)	-4,4	1,6(b)
População Residente por Grandes Grupos Etários, 0-14 anos (%)	24,5	19,1
População Residente por Grandes Grupos Etários, 15-64 anos (%)	63,9	67,2
População Residente por Grandes Grupos Etários,> 65 anos (%)	11,6	13,7
Índice de Dependência Total (%)	54,7	48,9
Índice de Dependência Jovens (%)	36,6	28,5
Índice de Dependência Idosos (%)	18,1	20,4
Índice de Envelhecimento (%)	49,3	71,6
Indicadores Económicos	**1995**	**1999**
VAB pb (10^6 €)	1.696	2.426
Distribuição do VAB por Sectores - Primário (%)	3,53	3,00
Distribuição do VAB por Sectores – Secundário (%)	18,51	18,79
Distribuição do VAB por Sectores – Terciário (%)	77,96	78,21
Distribuição do VAB por Ramo – Agricultura e Pesca (%)	3,53	3,00
Distribuição do VAB por Ramo – Energia (%)	2,18	1,85
Distribuição do VAB por Ramo – Indústria (%)	5,60	5,44
Distribuição do VAB por Ramo – Construção (%)	10,73	11,50
Distribuição do VAB por Ramo – Alojamento e Restauração (%)	8,66	9,07
Distribuição do VAB por Ramo – Comércio (%)	12,20	11,25
Distribuição do VAB por Ramo – Transportes, Armazenagens e Comunicações (%)	10,38	8,78
Distribuição do VAB por Ramo – Administração Pública (%)	12,91	13,15
Distribuição do VAB por Ramo – Educação, Saúde e Acção Social (%)	9,20	8,95
Distribuição do VAB por Ramo – Outros (%)	24,61	27,01
PIB pm (10^6€)	1.950	2.824
PIB/hab (€)	7.828	11.506
PIB/hab (PPC) EUR 15 =100% (10^6€)	63,1	72,0
Turismo	**1998**	**2001**
Estabelecimentos (n.º)	150	177
Pessoal ao Serviço (n.º)	5.391	6.801
Capacidade de Alojamento: Quartos (n.º)	9.670	12.575
Capacidade de Alojamento: Camas (n.º)	19.837	25.739
Hóspedes Estrangeiros (n.º)	501.199	638.614
Hóspedes Nacionais (n.º)	130.662	204.091
Dormidas de Estrangeiros (n.º)	3.950.626	4.742.230
Dormidas de Nacionais (n.º)	520.693	774.167
Taxa de Ocupação (%)	63,3	60,4
Estada Média (dias)	7,1	6,5
Estada Média Estrangeiros (dias)	7,9	7,4
Estada Média Nacionais (dias)	4,0	3,8
TER – Índices de Ocupação/Cama	20,3	26,8
TER – Número de Estabelecimentos	17	33
Dimensão Média dos Estabelecimentos Hoteleiros	132,2	145,4
Agricultura	**1989**	**1999**
Explorações com SAU (n.º)	23.148	14.502
SAU (ha)	7.012	5.645
Dimensão Média da Exploração (ha)	0,32	0,39
Blocos com SAU/ Exploração (n.º)	3,6	3,99
Rendimento do Agregado, Exclusivamente da Exploração (%)	11,1	6,0
Mão-de-obra Familiar Permanente 0-49% (%)	77,1	53,7

Agricultura (Continuação)	1989	1999
Mão-de-obra Familiar Permanente 100% (%)	3,4	2,6
Mão-de-obra Não Familiar: Permanente 0-49% (%)	33,9	45,9
Mão-de-obra Não Familiar: Permanente 100% (%)	47,9	37,8
Principais Culturas: Batata (ares)	111.263	104.194
Principais Culturas: Culturas Hortícolas (ares)	49.428	50.105
Principais Culturas: Culturas Florícolas (ares)	2.316	4.149
Principais Culturas: Bananeiras (ares)	117.821	64.114
Principais Culturas: Anoneiras (ares)	n.d	5.812
Principais Culturas: Vinha (ares)	182.162	151.975
Principais Grupos de Efectivos Animais: Bovinos (n.º)	9594	4.355
Principais Grupos de Efectivos Animais: Suínos (n.º)	18.268	23.668
Principais Grupos de Efectivos Animais: Caprinos (n.º)	11.636	9.160
Principais Grupos de Efectivos Animais: Ovinos (n.º)	10.283	7.095
Principais Grupos de Efectivos Animais: Aves (n.º)	386.120	557.167
Explorações com Sistema de Rega (%)	n.d	96,3
Pescas	**1997**	**2001**
Descarga de Pescado Atum e Similares (ton.)	4.178	1.574
Descarga de Pescado Peixe-espada Preto (ton.)	4.023	4.008
Descarga de Pescado Cavala (ton.)	1.663	446
Descarga de Pescado Chicharro (ton.)	792	385
Descarga de Pescado Outras Espécies (ton.)	411	273
Descarga de Pescado (€)	11.327.829	13.068.420
Tonelagem Média (TAB/embarcações)	10,52	10,00
Potência Média (KW/embarcações)	79,8	86,7(c)
Aquacultura – Produção de dourada (kg)	15.257	84.634(d)
Emprego	**1997**	**2001**
Emprego por Sector de Actividade: Primário (%)	14,8(c)	12,6
Emprego por Sector de actividade: Secundário (%)	31,6(c)	30,4
Emprego por Sector de actividade: Terciário (%)	53,6(c)	57,0
Emprego por Ramo de Actividade: Agricultura (%)	10,4	n.d
Emprego por Ramo de Actividade: Indústria (%)	15,8	13,1(d)
Emprego por Ramo de Actividade: Construção (%)	11,8	19,5(d)
Emprego por Ramo de Actividade: Comércio (%)	12,1	11,1(d)
Emprego por Ramo de Actividade: Hotelaria e Restauração (%)	9,0	11,6(d)
Taxa de Actividade (%)	44,3	45,1
Taxa de Actividade, Mulheres (%)	38,4	37,6
Taxa de Actividade, Homens (%)	51,3	53,9
Desemprego	**1997**	**2001**
Taxa de Desemprego (%)	5,2	4,6
Taxa de Desemprego Mulheres (%)	5,4	6,3
Taxa de Desemprego Homens (%)	5,2	3,3
Taxa de Desemprego Jovens (%)	9,1	13,4
Taxa de Desemprego Jovens, Mulheres (%)	13,3	16,5
Taxa de Desemprego Jovens, Homens (%)	6,3	11,6
Educação	**1998**	**2001**
Alunos no Ensino Básico (n.º)	41.682	35.759
Alunos no Ensino Secundário (n.º)	10.677	8.165
Alunos no Ensino Superior (n.º)	2.308	3.180
Estabelecimentos de Ensino Básico (n.º)	275	203
Estabelecimentos de Ensino Secundário (n.º)	13	15
Estabelecimentos de Ensino Superior (n.º)	2	3
Alunos do Ensino Profissional (n.º)	n.d	1.355
Tx. de Variação da Pop. que Atingiu Nível de Ens. Superior, 1991/2001 (%)	196,2	
Tx. de Variação da Pop. que Atingiu Nível de Ens. Superior Mulheres, 1991/2001 (%)	251,1	
Tx. de Variação da Pop. que Atingiu Nível de Ens. Superior Homens, 1991/2001 (%)	135,2	
Taxa de Analfabetismo (%)	15,3(e)	12,7

Acessibilidades e Transportes	1996	2001
Rede de Estradas (km)	531,4	n.d
Passageiros Transportados, Transportes Terrestres – Funchal (carreiras urbanas e suburbanas)	39.177	38.797
Passageiros Transportados, Transporte Marítimo (embarcados e desembarcados) – Funchal	129.686(f)	229.775(d)
Passageiros Transportados, Transporte Marítimo (embarcados e desembarcados) – Porto Santo	127.470(f)	226.878(d)
Passageiros Transportados, Transporte Aéreo (embarcados e desembarcados) – Funchal	1.553.877	2.200.210
Passageiros Transportados, Transporte Aéreo (embarcados e desembarcados) – Porto Santo	108.816	174.131
Telecomunicações	**1996**	**1999**
Linhas telefónicas (n.º)	60.100	64.500
Linhas telefónicas de empresas (n.º)	15.700	14.100
Telefones públicos (n.º)	800	1.100
TV por cabo – Assinantes (n.º)	18.607	40.127(d)
TV por cabo – Habitações cabladas (n.º)	34.186	73.714(d)
Acesso RDIS Básico (n.º)	500	6.000
Acesso RDIS Primário (n.º)	200	3.100
Inovação	**1995**	**1999**
Despesa em I&D, Total (10^6 Esc.)	1.947,5	1.938,3
Despesa em I&D, por Sector de Execução – Estado (%)	62,8	62,1
Despesa em I&D, por Sector de Execução – Ensino Superior (%)	13,3	15,5
Despesa em I&D, por Sector de Execução – Instit. Privadas sem Fins Lucrativos (%)	21,0	7,1
Despesa em I&D, por Sector de Execução – Empresas (%)	2,9	15,3
Ambiente – níveis de atendimento globais	**1996**	**2001**
Abastecimento de Água (%)	92,0	97,1
Drenagem de Águas Residuais (%)	42,0	48,0
Tratamento de Águas Residuais Urbanas (%)	n.d	47,8
Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (%)	n.d	97,6
Recolha selectiva de Resíduos Sólidos Urbanos/Reciclagem (%)	n.d	100
Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos/Reciclagem (%)	n.d	10,5
Sistema Territorial	**1991**	**2001**
População Urbana (n.º)	135.411	136.307
População Urbana/ População Total (%)	0,53	0,56
Indicadores de Conforto	**1997**	**2001**
Alojamentos com Água Canalizada no Interior (%)	94,0	99,0
Alojamentos com Instalações Fixas Banho/Duche (%)	91,2	93,3
Alojamentos com Electricidade (n.º)	99,4	99,8
Alojamentos sem Ligação à Rede de Esgotos (n.º)	n.d	1425
Agregados com Televisão (%)	87,0(g)	97,5(h)
Agregados com Telefone (%)	50,7(g)	84,3(h)
Agregados com Máquina de Lavar Roupa (%)	39,2(g)	75,7(h)
Agregados com Máquina de Lavar Loiça (%)	3,6(g)	15,3(h)
Agregados com Computador Pessoal (%)	0,5(g)	9,6(h)
Agregados com Automóvel (%)	25,0(g)	49,0(h)
Coesão Social	**1997**	**2002**
Indivíduos Beneficiários do RMG (variação 1997/2001 %)	17,9	
Requerimentos Entrados RMG (variação 1997/2001 %)	0,1	
Requerimentos Deferidos, RMG (variação 1997/2001 %)	0,1	
Beneficiários do RMG (n.º)	7.352	8.669
Saúde	**1997**	**2000**
Hospitais (n.º)	8	8
Centros de Saúde e Extensões de Centros de Saúde (n.º)	51	50
Médicos por 1000 hab. (‰)	1,6	1,9
Camas por 1000 hab. (‰)	7,5	7,5
Enfermeiros por 1000 hab. (‰)	3,5	3,9
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica por 1000 hab. (‰)	0,64	0,73(b)
Taxa de Mortalidade Infantil (‰)	6,7	8,4
Farmácias por 10000 hab. (n.º)	1,5	1,6

Cultura e Recreio	1995	1998
Imprensa Periódica, Tiragem Anual (10^3)	8.288	9.331
Museus (n.º)	14	19
Museus, Visitantes (n.º)	n.d	599.900
Bibliotecas (n.º)	32(h)	53
Espectáculos Públicos, Sessões (n.º)	4.745	5.810
Galerias de Arte e Espaços de Exposição Temporária (n.º)	n.d	17

Desporto	2001
Instalações Desportivas Artificiais (n.º)	371
Instalações Desportivas Artificiais (m^2)	402.923
Piscina Coberta (n.º)	10
Piscina Descoberta (n.º)	11
Campo de Pequenos Jogos (n.º)	208
Campo de Grandes Jogos (n.º)	31
Salas de Desporto (pavilhão/ginásio) (n.º)	75
Percursos a Pé/Trilhos Recomendados (n.º)	17

(a) Área habitada (não inclui as Ilhas Selvagens, Ilhas Desertas e Ilhéus)
(b) Valor relativo a 1999
(c) Valor relativo a 1998
(d) Valor relativo a 2000
(e) Valor relativo a 1991
(f) Valor relativo a 1995
(g) Valor relativo a 1990
(h) Valor relativo a 1997

Fontes

Demografia: INE, Anuário Estatístico da RAM, 1998 e Censos Populacionais, 2001
Indicadores Económicos: INE, Direcção Regional de Estatística da RAM, 2001
Turismo: INE, Anuário Estatístico da RAM, 1998 e 2001; Direcção Geral do Turismo, 2001
Agricultura: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 1989 e 1999
Pescas: Direcção Regional de Estatística da RAM, 1998 e 2001 e Direcção Regional das Pescas, 2001
Emprego: INE, Censos Populacionais 2001, Direcção Regional de Estatística da RAM, 1998 e 2001
Desemprego: Direcção Regional de Estatística da RAM, 1998 e 2001
Educação: INE, Censos Populacionais 2001 e Direcção Regional de Estatística da RAM, 1998 e 2001
Acessibilidades e Transportes: INE, Censos Populacionais 2001 e Direcção Regional de Estatística da RAM, 1998 e 2001
Telecomunicações: LOUIS LEGRAND & ASSOCIÉS, SEMA GROUP SAE e IESC Porto (Estudo sobre o impacto das TIC nas regiões ultra-periféricas da Europa – Madeira), 2001
Inovação: Observatório das Ciências e Tecnologias, 1998
Ambiente: Direcção Regional de Estatística da RAM, 1998 e 2001
Sistema Territorial: Atlas das Cidades Portuguesas/IUC, 2002
Indicadores de Conforto: Direcção Regional de Estatística da RAM, 1998 e 2001
Coesão Social: Centro de Segurança Social da Madeira, 2003
Saúde: Direcção Regional de Estatística da RAM, 1998 e 2001
Desporto: Secretaria de Estado do Desporto/Instituto de Desporto da RAM/CEFD, 2002

10. ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS (REGIONAIS, NACIONAIS E COMUNITÁRIAS) COM *IMPACTE* NA ESTRATÉGIA DO POPRAM III

Grandes objectivos **estratégicos** do POPRAM III:	*** forte ** médio * fraco
1. Reforçar a competitividade e fortalecer o posicionamento geo-estratégico da economia madeirense; **2**. Promover o emprego e a empregabilidade do potencial humano; **3**. Assegurar a melhoria da qualidade de vida e preservar os valores ambientais.	

Alterações de Políticas Públicas	Objectivos Específicos	Nível de impacte na estratégia do POPRAM III
Plano de Desenvolvimento Rural da RAM – PDRu – M (DLR n.º23/2001/M) Objectivos: ü Preservar a paisagem natural e humanizada; ü Valorizar as características tradicionais de gestão e manutenção das explorações agrícolas; ü Contribuir para a correcção gradual das pressões sobre os recursos naturais (terra/solo, água, paisagem); ü Melhorar as condições de formação do rendimento dos produtores e famílias que sustentam as explorações agrícolas; ü Renovar o tecido empresarial agrícola através do rejuvenescimento dos chefes de exploração.	Fortalecer e Promover a Eficiência da Base Empresarial e Produtiva	***
POSEIMA – Decisão 91/315/CEE (JO L 171 de 29.6.1991, p. 10). O Conselho da União Europeia adoptou este Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade da Madeira e dos Açores, integrando-se na política da Comunidade a favor das regiões ultraperiféricas, tendo por objectivo favorecer o desenvolvimento económico e social das duas regiões. O Programa alude à aplicação da PAC nas regiões em causa e prevê a adopção de medidas específicas, nomeadamente destinadas a melhorar as condições de produção e comercialização dos seus produtos agrícolas e a minorar os efeitos da sua situação geográfica excepcional e dos seus condicionalismos, conforme reconhecidos no n.º 2 do artigo 299º do Tratado que institui a Comunidade Europeia. **Regulamento (CE) N.º 1453/2001** do Conselho de 28 de Junho de 2001 – Estabelece medidas específicas relativas a determinados produtos agrícolas a favor dos Açores e da Madeira e revoga o Regulamento (CEE) n.º 1600/92 (POSEIMA).		***
Decreto-lei n.º 244/2001, de 8 de Setembro de 2001 – LEADER+ Objectivos: ü Mobilizar, reforçar e aperfeiçoar a iniciativa, a organização e as competências locais; ü Incentivar e melhorar a cooperação entre os territórios rurais; ü Promover a valorização e a qualificação dos espaços rurais transformando estes em espaços de oportunidades; ü Garantir novas abordagens de desenvolvimento, integradas e sustentáveis; ü Dinamizar e assegurar a divulgação de saberes e conhecimentos e a transferência de experiências; ü Reconhecer e afirmar a originalidade e a inovação da abordagem "LEADER+".		***
DL n.º 40/2001, de 9 de Fevereiro – Revê as taxas contributivas aplicáveis aos produtos agrícolas e aos trabalhadores por conta própria das actividades artesanais e subsidiárias do sector primário da RAM.		***
Resolução n.º151/2003, da Presidência do Governo Regional, de 6 de Fevereiro de 2003. O Conselho do Governo (ao abrigo do disposto nos termos da alínea l) do artigo 69.º do Estatuto Político-Administrativo da RAM aprovado pela Lei n.º 13/91, de 5 de Junho, na redacção e numeração da Lei n.º 130/99, de 21 de Agosto e da Lei n.º 12/2000, de 21 de Junho) aprovou a proposta de Decreto Legislativo Regional que cria a Linha de Crédito para Financiamento do Investimento Próprio dos Jovens Empresários Agrícolas, a enviar à Assembleia Legislativa Regional, com carácter de urgência.		***
Revisão Intercalar da Política Agrícola Comum e da Política Comum das Pescas da União Europeia – A revisão em curso das estratégias da União Europeia para os sectores da Agricultura e das Pescas constitui uma oportunidade decisiva para o futuro destes sectores económicos e para a sustentabilidade do desenvolvimento das zonas rurais no espaço comunitário, em particular das regiões mais desfavorecidas.		**
Decreto-lei n.º 248/2002, de 8 de Novembro – **Altera o Registo Internacional de Navios da Madeira (MAR)** integrado na Conservatória do Registo Comercial Privativa da Zona Franca da Madeira.		**
Programa de Acção Florestal. Adoptado pelo Governo, em 19 Março 2003, para preservar e desenvolver o sector florestal, com o objectivo de corrigir os defeitos dos instrumentos de enquadramento e apoio em vigor, simplificar procedimentos, eliminar obstáculos, proteger o potencial produtivo e potenciar os investimentos geradores de riqueza.		**
Decreto-lei Regional n.º17/2002/M, de 29 de Agosto **– Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira** Eixos estratégicos de desenvolvimento: ü Consolidação do produto dominante, acompanhado de medidas para minimizar os bloqueamentos existentes, decorrentes de um modelo concentrado e de crescimento rápido, nomeadamente através da franca abertura do Funchal ao mar; ü Desenvolvimento da segmentação turística, através do reforço de produtos turísticos, com benefício pela consequente introdução de novos canais de contratação, novas formas de gestão, maior diversificação de produtos complementares, maior distribuição territorial e maior distribuição dos efeitos directos; ü Desenvolvimento da formatação da rede de oferta complementar, explorando a diversidade dos recursos e requalificando a oferta existente.		***

Alterações de Políticas Públicas	Objectivos Específicos	Nível de impacte na estratégia do POPRAM III
Plano de Política Energética da RAM (Setembro de 2002) – Segunda actualização do PERAM aprovado pelo Conselho do Governo Regional em 1990, através da Resolução n.º 804/90. Grandes objectivos da Política Energética Regional: ü Competitividade Económica ü Protecção do Ambiente ü Garantia de Aprovisionamento Eixos estratégicos da Política Energética Regional: ü Minimização dos estrangulamentos da insularidade ü Utilização racional da energia ü Valorização dos recursos energéticos regionais ü Gestão da procura de energia eléctrica e adequação da oferta ü Inovação e cooperação inter-regional	Fortalecer e Promover a Eficiência da Base Empresarial e Produtiva	* * *
Resolução do Conselho de Ministros N.º 56/2001, DR N.º 121, Série I-B, de 25 de Maio. Adopta medidas tendentes à atracção de investimento estrangeiro de base tecnológica. O seu Plano de Acção deve valorizar: ü A competência cientifica e tecnológica nacional; ü A sua articulação em redes científicas e a participação em organizações de I&D internacionais; ü Os resultados de projectos de I&D em curso, apoiando a sua valorização no mercado internacional; ü Os recursos humanos de maior nível de formação, graduados nos últimos anos, nomeadamente aqueles com redes de contactos internacionais; ü O papel das empresas de maior nível tecnológico que possam funcionar como factores de atracção de novos investimentos; ü Os "*clusters*" existentes, captando de forma selectiva investimentos que funcionem como "nós" de modernização e melhoria de competitividade, aumentando o seu conteúdo em tecnologia e design; ü O potencial de mercado, decorrente das tendências tecnológicas e dos investimentos em curso e em particular da inserção de Portugal no Mercado Único da União Europeia; ü Os recursos naturais que possam ser objecto de uma maior valorização com a utilização de novas soluções tecnológicas.		* *
RCM 103/2002, de 26 de Julho, Programa para a Produtividade e Crescimento da Economia. Assenta em sete grandes linhas de actuação: Fomento do Investimento Produtivo; Reforço da Concorrência Saudável; Promoção de Empresas e Produtos Portugueses e do Turismo; Desburocratização e Desregulamentação; Consolidação e Revitalização do Tecido Empresarial; Inovação; Investigação e Desenvolvimento; Privatização. Objectivos: 1. Reforço da Concorrência 2. Fomento do Investimento Produtivo 3. Revitalização do Tecido Empresarial 4. Inovação, I&D Aplicado 5. Desburocratização		* *
Resolução da Assembleia da República n.º 7/2003, de 25 de Janeiro, Programa de Estabilidade e Crescimento (revisão para o período 2003-2006) – visa acelerar o processo de convergência real com a média da UE e preparar a economia (e em particular as contas públicas) para as transformações demográficas de longo prazo.		* *
DL n.º50/VIII – Reforma Fiscal 2000. Reforma a tributação do rendimento e adopta medidas destinadas a combater a evasão e fraude fiscais, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, o Estatuto dos Benefícios Fiscais, a Lei Geral Tributária, o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Código de Procedimento e de Processo Tributário e Legislação avulsa.		* *
Código do Trabalho (Anteprojecto) ü Relançamento da negociação colectiva; ü Agilização das relações laborais; ü Combate ao absentismo; ü Incentivos à assiduidade.		* *
Declaração de rectificação n.º 1-I/2003, de 31 de Janeiro (rectifica a Portaria 1502/2002, de 14 de Dezembro), que aprova o regulamento do Programa Quadros, em que o Estado financia parcialmente postos de trabalho para técnicos licenciados em áreas técnicas (Engenharia, Economia, Gestão, Física, Química, Informática, etc.)		* *
DL nº107/2001, de 6 de Abril – Trabalho de menores. Regulamenta os trabalhos que os menores (com idade inferior a 16 anos) que concluíram a escolaridade obrigatória podem efectuar, bem como as actividades e trabalhos que são proibidos a todos os menores ou condicionados aos trabalhos que têm pelo menos 16 anos de idade.		* *
DL n.º 41/2001, de 9 de Fevereiro – Certificação profissional. Aprova o estatuto do artesão e da unidade produtiva artesanal e define o respectivo processo de acreditação.		* *
Portaria n.º 229/2001, de 19 de Março – Qualificação profissional. Aprova o regulamento específico dos apoios à qualificação dos recursos humanos para os novos desafios.		* *
Portaria n.º 316/2001, de 2 de Abril – Classificação Nacional de Áreas de Formação. Aprova esta Classificação Nacional, a adoptar na recolha e tratamento de dados sobre a formação profissional, nomeadamente no âmbito do FSE, dos inquéritos e estudos e da identificação da oferta formativa.		* *

Alterações de Políticas Públicas	Objectivos Específicos	Nível de impacte na estratégia do POPRAM III
Programa EMPREENDER – Edição MADEIRA. A extensão regional do Programa Empreender, concebido pelo IFEA – Instituto de Formação Empresarial Avançada associa em cooperação a UMa, a AJEM, o CEIM e o IFEA, tendo por objectivo promover na Região Autónoma da Madeira um Programa Integrado de Dinamização do Empreendedorismo, no qual se integram várias actividades, com especial destaque para a Formação para Empreendedores. Apoia todos aqueles que se encontram num processo de desenvolvimento de projectos, sejam de novos negócios no seio de estruturas já existentes, sejam de desenvolvimento de novas organizações e/ou criação de novas empresas. O Programa Empreender prevê diversas actividades a desenvolver de forma integrada: a Formação para Empreendedores, a Sensibilização para o Empreendedorismo, Tutoragem e Estudos.	Fortalecer e Promover a Eficiência da Base Empresarial e Produtiva	* * *
DL n.º46/2001, de 10 de Fevereiro – Aprovação do Regime Jurídico de Licenciamento das Áreas de Localização Empresarial. Estabelece o regime de licenciamento das instalações das áreas de localização empresarial, bem como os princípios gerais relativos à sua gestão.		* *
Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos, aprovado pelo Conselho de Ministros de 20 de Fevereiro. É uma iniciativa conjunta dos Ministérios da Economia e do Trabalho e Segurança Social, que pretende dar resposta e oferecer soluções duradouras para as regiões debilitadas pelas consequências do modelo tradicional de crescimento. O Programa desenvolver-se-á em cinco vectores: ü Identificação e diagnóstico das regiões em declínio económico efectivo e potencial; ü Apuramento de possíveis vocações económicas, recursos específicos e vantagens relativas por Região (indústrias, serviços, turismo, etc.); ü Identificação de âncoras de desenvolvimento (universidades, politécnicos, áreas de localização empresarial, médias/grandes empresas, etc.); ü Adopção consequente de recomendações estratégicas por área analisada; ü Definição de políticas de apoio que suportem as recomendações formuladas.		* * *
Projecto "Marcas Portuguesas". Constitui a segunda fase do projecto "Marca Portugal" e visa promover, apoiar e incentivar a criação de marcas de produtos e serviços portugueses de qualidade e de prestígio.		* *
Decreto-lei 225/2002, de 30 de Outubro – Criação da **Agência Portuguesa de Investimento** e aprovação dos respectivos estatutos. A API promoverá condições e apoios à realização de grandes projectos de investimento, nacionais e de origem estrangeira. Atribuições da API: ü Contribuir para um contexto de eficiência propício e adequado ao investimento; ü Gerir e negociar, caso a caso, sistemas de incentivos ao investimento; ü Gerir e negociar, caso a caso, apoios de capital de risco; ü Participar, directa ou indirectamente, na gestão de Parques Industriais e Áreas de Localização Empresarial; ü Acompanhar grandes projectos de investimento já realizados ou em curso de realização.		* * *
Decreto-Lei 10/2003, de 18 de Janeiro **–** Criação da **Autoridade da Concorrência**, extinção do Conselho da Concorrência e reestruturação da DGCC.		* *
Decreto-Lei n.º 4/2002, de 4 de Janeiro, regula o **Sistema Português de Qualidade**. O Sistema Português da Qualidade (SPQ) é a estrutura organizacional que engloba as entidades envolvidas na qualidade e que assegura a coordenação dos três subsistemas – da Normalização, da Qualificação e da Metrologia. O SPQ tem por objectivo "a garantia e o desenvolvimento da qualidade através das entidades que, voluntariamente ou por inerência de funções, congregam esforços para estabelecer princípios e meios, bem como para desenvolver acções que permitam de forma credível o alcance de padrões da qualidade adequados e a demonstração da sua obtenção efectiva, tendo em vista o universo das actividades, seus agentes e resultados nos vários sectores da sociedade".		* *
Programa Regional de Acções Inovadoras – PRAI Madeira (Dezembro 2002) – Desenvolvimento Sustentável		* * *
Decreto-lei n.º 36/2003, de 5 de Março – Aprova o novo **Código da Propriedade Industrial.** Este pretende ser um código da propriedade industrial moderno, no que diz respeito tanto à ordem jurídica internacional como aos imperativos de eficiência administrativa nacional, e associado ao reforço da cidadania e à eficácia das estratégias empresariais. As normas deste Código aplicam-se aos pedidos de patentes, de modelos de utilidade e de registo de modelos e desenhos industriais.		* *
Plano Nacional de Emprego 2002 Objectivos: ü Promover uma transição adequada dos jovens para a vida activa; ü Promover a inserção sócio-profissional e combater o desemprego de longa duração e a exclusão; ü Melhorar a qualificação de base e profissional da população activa, numa perspectiva de formação ao longo da vida, com particular atenção à formação profissional permanente e ao combate às situações de inadequação tecnológica; ü Promover a qualidade do emprego, nomeadamente através do reforço das condições de protecção do trabalho, designadamente ao nível da segurança no trabalho.	Reforçar a Valorização dos Recursos Humanos e a Capacidade de Inovação	* * *
Plano Regional de Emprego Domínios de acção: ü Combater o desemprego juvenil e facilitar a transição dos jovens para a vida activa; ü Promover a reinserção profissional dos adultos desempregados e prevenir e combater o desemprego de longa duração e a exclusão; ü Elevar o nível de qualificação da população activa, numa óptica de formação ao longo da vida, nomeadamente como factor de prevenção do desemprego; ü Promover o diálogo social e o envolvimento dos parceiros sociais no desenvolvimento de parcerias, que fomentem a qualificação, o emprego e a competitividade; ü Fomentar o espírito empresarial e promover e facilitar o processo de criação de empresas e de empregos; ü Defender a igualdade de oportunidades no trabalho e no emprego.		* * *

Alterações de Políticas Públicas	Objectivos Específicos	Nível de impacte na estratégia do POPRAM III
2000/C 127/02, de 14 de Abril de 2000 – Comunicação da Comissão aos Estados-Membros que estabelece as directrizes para a iniciativa comunitária EQUAL relativa à cooperação transnacional para a promoção de novas práticas de luta contra as discriminações (ligadas ao sexo, à raça, à origem étnica, à religião ou às convicções, à deficiência, à idade, à orientação sexual) e desigualdades de qualquer natureza relacionadas com o mercado do trabalho. **EQUAL** (aprovado pela Decisão da Comissão, em 29 de Maio de 2001) visa contribuir para acções que apoiem a Estratégia Europeia de Emprego/ Plano Nacional de Emprego, através de projectos desenvolvidos no âmbito das seguintes áreas de intervenção: ü Empregabilidade ü Espírito Empresarial ü Capacidade de Adaptação ü Igualdade de Oportunidades entre homens e mulheres ü Requerentes de Asilo	Reforçar a Valorização dos Recursos Humanos e a Capacidade de Inovação	* * *
Dec. Reg. N.º 6/2001 de 5 de Maio – Aprova a lista das doenças profissionais e o respectivo índice codificado. **Dec. Reg. N.º 15/2001/M** de 9 de Julho – Licenciamento da actividade industrial		*
Acordo sobre Política de Emprego, Mercado de Trabalho, Educação e Formação celebrado entre o Governo e os Parceiros Sociais, em 9 de Fevereiro de 2001, cf. DL n.º 58/2002 e DR n.º 16/2002, ambos de 15 de Março. Objectivos: ü O desenvolvimento da formação contínua de activos, de modo que, em cada ano e a partir de 2002, pelo menos 10% dos trabalhadores de cada empresa participem em acções de formação contínua e que todos tenham um número mínimo de 20 horas de formação certificada em cada ano em 2003 e de 35 horas, em 2006; ü Inclusão de uma cláusula no contrato de trabalho de menores com idade igual ou superior a 16 anos, que garanta um período horário de trabalho destinado à formação.		* *
Programa Emprego e Protecção Social, apresentado pelo Ministro da Solidariedade Social e do Trabalho, em 13 de Fevereiro de 2003. Objectivos: ü Reforçar os incentivos à criação de novos postos de trabalho e à mobilidade; ü Aumentar a empregabilidade; ü Reforçar os mecanismos de incentivo à formação profissional; ü Consagrar mecanismos de incentivo à conversão de contratos a termo em contratos sem termo; ü Combater a desigualdade existente na contratação de certas categorias de trabalhadores; ü Simplificar os procedimentos em vigor por forma a permitir um melhor e mais fácil acesso às medidas de política de emprego e de formação profissional.		* * *
Estratégia para a Criação de Emprego no Sector dos Serviços. O objectivo desta estratégia é explorar o potencial de crescimento deste sector e potenciar a criação de postos de trabalho de qualificação média e superior em quatro áreas prioritárias: ü Serviços às empresas; ü Serviços de apoio à família; ü Serviços de higiene, segurança e saúde no trabalho; ü E serviços no sector do turismo.		* *
Portaria n.º 196-A/2001, de 10 de Março – Programa de Estímulo à Oferta de Emprego. Abrangendo as modalidades específicas de apoio à contratação, iniciativas locais de emprego e projectos de emprego promovidos por beneficiários das prestações de desemprego, tem como finalidade estimular e tornar mais fácil o acesso ao emprego por parte daqueles que, dada a sua situação de desvantagem relativa têm mais problemas para aceder ao mercado de trabalho: jovens à procura do 1.º emprego, desempregados de longa duração, pessoas com deficiência e pessoas em situação de desvantagem social, designadamente os beneficiários do rendimento mínimo garantido.		* *
Despacho Normativo n.º 1/2003 da Secretaria Regional da Educação. Regulamenta o **Programa Eurodisseia**, promovido pela Assembleia das Regiões, tendo como objectivo estabelecer o intercâmbio de jovens das diferentes Regiões da Europa através da frequência de um estágio profissional.		* *
Portaria n.º 37/2003 da Secretaria Regional dos Recursos Humanos. Aprova o regulamento do Programa "**Jovem em Formação 2003**".		* *
DL n.º 6/2001, de 18 de Janeiro – Reorganização curricular do ensino básico. **DL n.º 7/2001**, de 18 de Janeiro – Revisão curricular do ensino secundário, que se encontra suspensa. **Lei n.º 1/2003**, de 6 de Janeiro – Regime jurídico do desenvolvimento e qualidade do ensino superior.		* * *
Estratégia de Aprendizagem ao Longo da Vida, que consigna uma abordagem integrada das principais dimensões da política de educação e formação (Ensino Básico, Transição para a Vida Activa, Educação e Formação de Adultos e Sociedade da Informação), definindo metas nas diferentes áreas e enunciando as principais medidas e actores envolvidos na sua operacionalização.		* *
Portaria n.º 316/2001 – Classificação Nacional de Áreas de Formação, de 2 de Abril. Esta classificação será adoptada na recolha e tratamento dos dados sobre formação profissional, nomeadamente no âmbito do Fundo Social Europeu, dos inquéritos e estudos e da identificação da oferta formativa		*
Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2001 – PROINOV – Programa Integrado de Apoio à Inovação, de 24 de Maio. Objectivos gerais: ü Promover a inovação e a iniciativa empresarial para a globalização; ü Reforçar a formação e a qualificação da população portuguesa; ü Impulsionar o enquadramento geral favorável à inovação; ü Dinamizar o funcionamento do sistema de inovação em Portugal.		* *

Alterações de Políticas Públicas	Objectivos Específicos	Nível de impacte na estratégia do POPRAM III
Programa Especial de Reordenamento da Rede de Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico. Este Programa resulta de parcerias entre os Ministérios da Educação e das Cidades, Ordenamento do Território e do Ambiente, Comissões de Coordenação Regional, Direcções Regionais de Educação e Associações de Municípios. Previamente lançado nas Regiões do Alentejo e do Algarve é objectivo do Governo, a médio prazo, estendê-lo a outras regiões. O tipo de escolas a privilegiar nesta intervenção serão as escolas básicas que associem a educação Pré-Escolar ao 1.º ciclo. Vertentes de intervenção: ü A ampliação e requalificação dos edifícios criando novos espaços além das salas de aula; ü A construção de raiz de novas escolas com capacidade de acolhimento da população em idade escolar anteriormente servida por escolas desqualificadas bem como de oferta de serviços complementares; ü A requalificação do espaço de recreio inserido no lote escolares; ü A aquisição de mobiliário e equipamento informático para as novas escolas ou renovadas.	Reforçar o Desenvolvimento das Infra-estruturas e Serviços Associados à Sociedade de Informação	* * *
Lei N.º 31/2002 – Lei do Sistema de Avaliação da Educação e do Ensino Não Superior, de 20 de Dezembro. O presente diploma visa suprir essa lacuna, transferindo competências relativamente aos conselhos municipais de educação, um órgão essencial de institucionalização da intervenção das comunidades educativas a nível do concelho, e relativamente à elaboração da carta educativa, um instrumento fundamental de ordenamento da rede de ofertas de educação e de ensino. O presente diploma regulamenta, igualmente, competências na área da realização de investimentos por parte dos municípios, nos domínios da construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos da educação pré-escolar e do ensino básico, referindo-se, ainda, à gestão do pessoal não docente dos estabelecimentos de educação e ensino. **Lei n.º 1/2003**, de 6 de Janeiro – **Regime Jurídico do Desenvolvimento e da Qualidade do Ensino Superior**		* *
***e*Europe 2005** (28.05.2002) –Este plano de acção apresentado com vista ao Conselho Europeu de Sevilha, 21-22 de Junho de 2002, vem na continuação do plano de acção *e*Europe 2002, aprovado pelo Conselho Europeu da Feira em Junho de 2000, e faz parte da estratégia de Lisboa que visa tornar a União Europeia, até 2010, na economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica, com melhoria no emprego e na coesão social. Em 2005, a Europa deverá ter: ü Serviços públicos modernos em linha; administração pública em linha; serviços de ensino em linha; serviços de saúde em linha; ü Um ambiente dinâmico de negócios electrónicos; e, como elementos determinantes para estes: ü Disponibilidade generalizada de acesso em banda larga a preços competitivos; ü Uma infra-estrutura da informação segura.		* *
Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/2002, de 20 de Novembro, estabelece o novo enquadramento institucional da actividade do Governo em matéria da sociedade da informação, da inovação e do governo electrónico. O Conselho de Ministros incumbe o Ministro-adjunto do Primeiro-ministro de promover a dinamização, a coordenação e o acompanhamento da actuação governativa em matéria da inovação, nomeadamente o Programa Integrado de Apoio à Inovação (PROINOV), da sociedade da informação e do governo electrónico, de acordo com o Programa do Governo e com as metas impostas pela União Europeia.		* *
6º Programa Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (Comissão Europeia) – É o principal instrumento de financiamento de investigação científica e tecnológica na União Europeia. Para este Programa Quadro foram alocados mais de 12000 milhões de Euros, sem quotas nacionais, a repartir por sete áreas de intervenção: ü Genética e biotecnologias da saúde; ü Tecnologias para a sociedade de informação; ü Nano tecnologias e nanociências; ü Espaço e aeronáutica; ü Segurança alimentar; ü Desenvolvimento sustentável; ü Ciências sociais e económicas.		* * *
Portaria 1518/2002, de 19 de Dezembro – Programa NEST – Novas Empresas de Suporte Tecnológico. Tem por objectivo a criação, instalação, dinamização e arranque de empresas de suporte tecnológico, com uma estrutura societária de sociedade anónima (SA), que criem ou desenvolvam um relacionamento estreito com entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e/ou venham a deter um nível tecnológico reconhecidamente avançado, em termos nacionais ou internacionais.		* * *
Portaria 16/2003, de 9 de Janeiro – cria o **Programa IDEIA – Investigação e Desenvolvimento Empresarial Aplicado** e aprova respectivo regulamento. Este Programa apoia o estabelecimento de consórcios entre pelo menos uma empresa e uma entidade do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, no sentido de estimular as transferências de tecnologias, a investigação empresarial e pré-concorrencial e o desenvolvimento de novos produtos, tecnologias e competências.		* *
Decreto-Lei N.º 140/2001, DR N.º 96, Série I-A, de 24 de Abril. Cria o **Diploma de Competências Básicas em Tecnologias da Informação**. Este projecto de formação e validação de competências básicas em tecnologias de informação foi, primeiramente, lançado na Região Autónoma dos Açores, por iniciativa do Ministério da Ciência e da Tecnologia e sob a coordenação local da Assessoria para a Ciência e Tecnologia da Presidência do Governo regional, com o objectivo de preparar, de forma controlada e avaliada, o processo à escala nacional. Com base na experiência adquirida é possível lançar a nível nacional um sistema de reconhecimento e validação formal de competências básicas de cidadania em tecnologias da informação. Trata-se de criar um sistema de validação de competências básicas cujo principal objectivo é favorecer a mais rápida familiarização da população portuguesa com as tecnologias de informação e o incremento acelerado e generalizado do uso da *Internet* na óptica do exercício da cidadania e na prossecução de uma estratégia de maior coesão social e de combate à info-exclusão.		* *

Alterações de Políticas Públicas	Objectivos Específicos	Nível de impacte na estratégia do POPRAM III
Resolução de Conselho de Ministros N.º 110/2000, DR N.º 193**,** Série I-B, de 22 de Agosto, relativa à **Iniciativa *Internet*.** **Metas:** ü Atingir em 2003 taxas médias de penetração da *Internet* na população de 50%; **Pelo menos metade das casas portuguesas com computadores ligados à Internet em 2003 através de:** ü Acessos em banda larga e tarifas únicas ("flat rate") disponíveis por três meios concorrenciais: cable-modem (tv por cabo), adsl, *Internet* móvel (umts); ü Acessos a baixa velocidade gratuitos ou a preço simbólico (acesso de cidadania); ü Postos públicos de acesso à *Internet* em todas as freguesias, em 2003; ü Todas as escolas com ligação à *Internet* no final de 2001; ü Todos os professores com acesso a computadores individuais em casa em 2004; ü Todos os estudantes do ensino secundário e superior com acesso a computadores individuais em 2003; ü Multiplicar pelo menos por 10 vezes ao ano os conteúdos portugueses na *Internet* nos próximos três anos; ü Multiplicar por 100 o volume do comércio electrónico das empresas portuguesas nos próximos 3 anos; ü Todos os formulários oficiais na *Internet* em 2002. Possibilidade de submissão electrónica generalizada em 2003.Todos os serviços públicos estarão *on line* na *Internet* até 2005; ü Competências básicas de uso das tecnologias de informação: dois milhões de Euros em 2006;	Reforçar o Desenvolvimento das Infra-Estruturas e Serviços Associados à Sociedade de Informação	* * *
Livro Branco sobre Políticas Comunitárias dos Transportes – este documento eleva o reequilibro modal a primeira prioridade, designadamente, propondo a dinamização do transporte ferroviário, fluvial e marítimo, promovendo um sistema ambientalmente sustentável, eficiente, de qualidade e seguro para os cidadãos.	Melhorar As Acessibilidades Externas E Promover Uma Utilização Eficiente Das Capacidades Existentes Em Termos De Infra-Estruturas Físicas E De Serviços De Transportes E Comunicações	* * *
Portaria n.º 1358/2002, de 16 de Outubro, aplica as regras comunitárias em matéria de procedimentos de celebração de contratos de direito público às entidades que operam nos sectores da água, da energia, dos transportes e das telecomunicações		*
Plano Nacional de Acção para a Inclusão. Este Plano Nacional tem um carácter intersectorial e transversal, com objectivos no âmbito do acesso ao emprego, no acesso à educação, na prevenção dos riscos de exclusão, actuação em favor dos mais vulneráveis, o desenvolvimento dos territórios rurais, a mobilização dos actores sociais. <u>Linhas de actuação:</u> ü Promoção do desenvolvimento socio-económico, dando particular atenção ao combate das formas de pobreza tradicional ainda existentes; ü Actuação de prevenção dos riscos que enfrentam os grupos e categorias sociais mais vulneráveis à pobreza e à exclusão; ü Actuação com vista à inclusão dos grupos e categorias sociais em situação de exclusão social.	Promover a Coesão Interna e a Melhoria da Qualidade de Vida	* * *
Lei nº27/2002, de 8 de Novembro, nova Lei de Gestão Hospitalar. O novo modelo de gestão hospitalar constitui a primeira alteração à Lei de Bases da Saúde e aplica-se aos estabelecimentos hospitalares que integram a Rede de Prestação de Cuidados de Saúde. São modelos de gestão próprios de uma gestão de tipo empresarial, consagrando-se e consolidando-se linhas de força de formas inovadoras de gestão, até agora adoptadas apenas ao abrigo do regime experimental previsto na Lei de Bases da Saúde, e a que os hospitais devem obedecer para, no respeito da sua natureza de estabelecimentos de carácter social, orientados e abertos para a prestação ao público de cuidados diferenciados de saúde, optimizarem a sua actividade. Relativamente às alterações à lei de bases da Saúde esta nova lei vem alargar a abrangência conferida ao Estatuto dos profissionais de saúde do Serviço Nacional de Saúde, prevendo-se o alargamento do regime laboral à lei do contrato individual de trabalho. Além disso, prevê-se a contratualização do financiamento em função das actividades a prosseguir, mediante a incorporação, nas receitas próprias dos hospitais, do pagamento dos actos e das actividades por estes efectivamente realizados. Quanto à gestão dos hospitais e centros de saúde, a lei prevê a criação de unidades de saúde com a natureza de sociedades anónimas de capitais públicos.		* * *
Lei n.º32/2002, de 20 de Dezembro – Aprova as Bases da Segurança Social. Esta define as bases gerais em que assenta o sistema de segurança social, bem como as atribuições prosseguidas pelas instituições de segurança social e a articulação com entidades particulares de fins análogos.		* *
Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2002/M, de 25 de Junho, cria o Serviço Regional de Prevenção da Toxicodependência		* *
RCM nº162/2001, de 16 de Novembro, que cria a Estrutura de Missão "Parcerias. Saúde", destinada a desenvolver e implementar no sector da saúde experiências inovadoras de gestão, designadamente parcerias público-públicas e público-privadas, aplicando-as aos estabelecimentos hospitalares e ao universo de unidades de prestação de cuidados de saúde primários e cuidados continuados de saúde.		* *

Alterações de Políticas Públicas	Objectivos Específicos	Nível de impacte na estratégia do POPRAM III
Portaria nº380/2001, de 11 de Abril, que define o Regime de Incentivos à Criação e Adaptação de Unidades de Prestação de Cuidados de Saúde da responsabilidade de pequenas e médias empresas e cooperativas até 50 trabalhadores.	Promover a Coesão Interna e a Melhoria da Qualidade de Vida	**
Portaria nº381/2001, de 11 de Abril, que define o Regime de Incentivos à Criação e Adaptação de Unidades de Prestação de Cuidados de Saúde da responsabilidade das Instituições Privadas de Solidariedade Social.		**
DL n.º 4/2001 – Altera o Decreto-lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, que regula as condições de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional. Este diploma é aplicável às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. (rectificado o n.º2 do art.º 56º do anexo pela Declaração de Rectificação n.º3-A/2001 – D. R., I S-A, de 31 de Janeiro de 2001).		**
Resolução n.º 130/2003 da Presidência do Governo Regional, Aprova a Proposta de Decreto Legislativo Regional que "Cria o Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão da Madeira".		***
Programa de Iniciativa Comunitária INTERREG III – (Comunicação da Comissão aos Estados Membros de 28 de Abril de 2000) que estabelece as orientações para uma iniciativa comunitária relativa à cooperação transeuropeia e destinada a favorecer um desenvolvimento harmonioso e equilibrado do território europeu. Na vertente B do INTERREG (INTERRREG III – B), o Programa Operacional apresentado conjuntamente pela Espanha, França, Irlanda, Portugal, Reino Unido, sob a designação de «Espaço Atlântico», visa reforçar a «cooperação transnacional entre autoridades nacionais, regionais e locais a fim de promover um nível mais elevado de integração territorial no seio de vastos agrupamentos de regiões europeias, com o objectivo de alcançar um desenvolvimento sustentável, harmonioso e equilibrado na Comunidade, e uma melhor integração territorial com os países candidatos e os outros países vizinhos».		***
Resolução n.º 603/2001 da Presidência do Governo Regional da Madeira **–** Aprova o **Plano Regional para a Igualdade de Oportunidades – PRIO,** com o objectivo de promover a igualdade de oportunidades e de participação entre homens e mulheres na RAM. **Decreto-Lei n.º 70/2000**, de 4 de Maio – D.R., IS-A, n.º 103, 4/5/2000 – Altera a Lei n.º 4/84, de 5 de Abril, sobre a protecção da maternidade e paternidade, e procede à sua republicação rectificada **Decretou Lei n.º 230/2000**, de 23 de Setembro – D.R., IS-A, n.º 221, 23/9/2000 – Regulamenta a Lei n.º 4/84, de 5 de Abril, sobre a protecção da maternidade e da paternidade no que se refere à protecção de trabalhadores abrangidos pelo regime do contrato individual de trabalho, incluindo os trabalhadores agrícolas e do serviço doméstico **Decreto-Lei n.º 77/2000**, de 9 de Maio – D.R., IS-A, n.º 107, 9/5/2000 – Altera o Decretou Lei n.º 154/88, de 29 de Abril, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis nºs 333/95, de 23 de Dezembro e 347/98, de 9 de Novembro (define o quadro da protecção social do regime geral da segurança social decorrente da lei da protecção da maternidade e da paternidade) **Lei n.º 9/2001**, de 21 de Maio – D.R., IS-A, n.º 117, 21/05/2001 Reforça os mecanismos de fiscalização e punição de práticas laborais discriminatórias em função do sexo **Decreto-Lei n.º 170/2001**, de 25 de Maio – D.R., IS-A, n.º 121, 25/05/2001 Prevê as contra-ordenações correspondentes à violação das novas disposições legais aplicáveis ao trabalho de menores e à dispensa de horários de trabalho com adaptabilidade para os trabalhadores que se encontrem em situação de particular vulnerabilidade **Lei n.º 90/2001**, de 20 de Agosto – D.R., IS-A, n.º 192, 20/08/2001 – Define medidas de apoio social às mães e pais estudantes **Directiva 2002/73/CE** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Setembro de 2002, que altera a Directiva 76/207/CEE do Conselho relativa à concretização do princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres no que se refere ao acesso ao emprego, à formação e promoção profissionais e às condições de trabalho. J.O. n.º L 269 de 05-10-2002 **Decisão 2000/750/CE do Conselho**, de 27-11-2000, que estabelece um programa de acção comunitário de luta contra a discriminação (2002-2006) J.O. n.º L 303 de 02-12-2000 **Decisão 2001/51/CE do Conselho**, de 20-12-2000, que estabelece um programa de acção comunitária relativo à estratégia comunitária para a igualdade entre mulheres e homens (2001-2005). J. O. n.º L 017 de 19-01-2001 **Resolução do Conselho e dos Ministros do Emprego e da Política Social**, reunidos no seio do Conselho, de 29-06-2000, relativa à participação equilibrada das mulheres e dos homens na actividade profissional e na vida familiar J.O n.º C 218 de 31-07-2000 **Comunicação da Comissão aos Estados Membros de 07-07-2000**, sobre a decisão relativa ao equilíbrio de géneros nos comités e grupos de peritos por si criados. J.O. N.º C 203 de 18-07-2000		**

Alterações de Políticas Públicas	Objectivos Específicos	Nível de impacte na estratégia do POPRAM III
Plano Regional da Política de Ambiente, Maio de 2000 Objectivos: ü Bem-estar sustentável da população, com padrões elevados de qualidade de vida; ü Adequação ambiental das actividades económicas; ü Valorização do património natural e da paisagem humanizada. Linhas de orientação: ü Consciencializar a população, os decisores políticos e os agentes económicos para a importância estratégica do ambiente e estimular a participação activa da sociedade; ü Qualificar o ambiente urbano, resolver as carências de infraestruturação básica e corrigir os problemas ambientais existentes; ü Prevenir e minimizar riscos ambientais naturais e induzidos pelo Homem; ü Promover a valorização das áreas protegidas, das zonas sensíveis e de outros elementos do património natural e paisagístico; ü Integrar os valores ambientais nos modelos de desenvolvimento socio-económico e potenciar oportunidades económicas e sociais que valorizem o ambiente e contribuam para a sua preservação; ü Reforçar a aplicação do princípio da responsabilidade partilhada e os mecanismos de protecção do direito ao ambiente, adequando e qualificando a Administração ambiental.	Preservar e Valorizar o Ambiente e o Património Natural, Urbano e Cultural	* * *
Plano Estratégico de Resíduos da RAM (1999) – surge no espírito da Directiva Quadro dos Resíduos (75/442/CEE, de 15 de Julho de 1975). Objectivos: ü Prevenir a produção de resíduos, actuando quer junto dos produtores, embaladores, importadores e responsáveis pela comercialização dos produtos, quer junto das populações; ü Reduzir a quantidade de resíduos a confinar, recuperando, reutilizando e/ou reciclando as componentes susceptíveis de valorização; ü Promover a sensibilização das populações e educação ambiental, procurando ampliar progressivamente a base social de apoio do sistema de gestão de resíduos; ü Promover a aplicação programada do princípio da responsabilidade partilhada; ü Privilegiar soluções de tratamento fiáveis, eficazes e eficientes, tecnologicamente testadas, financeiramente sustentáveis, que, directa ou indirectamente, não potenciem impactes ambientais significativos e que permitam a valorização dos resíduos, quer pela obtenção de um subproduto, quer pela produção de energia; ü Criar condições institucionais que assegurem a viabilidade sócio-económica do sistema de gestão de resíduos, procurando que pela sua implementação progressiva se minimizem as actuais disfunções ambientais.		* * *
Plano Regional da Água da Madeira (Dezembro de 2000 **-** Foi apresentado para consulta pública a 24 de Março de 2003) Objectivos: ü Assegurar o abastecimento de água a toda a população; ü Assegurar a disponibilidade de água para os diferentes sectores de actividade sócio-económicas; ü Recuperar a qualidade das águas superficiais e subterrâneas e prevenir a respectiva degradação; ü Prevenir e mitigar os efeitos das cheias, das secas e dos efeitos dos acidentes de poluição.		* * *
Decreto Legislativo Regional n.º 1/2002/M de 28 de Fevereiro, procede a adaptações do Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro, alterado pelos Decretos-Lei n.º 218/94, de 20 de Agosto, 151/95, de 24 de Junho, 113/97, de 10 de Maio, e 380/99, de 22 de Setembro, relativo à elaboração e aprovação dos planos de ordenamento da orla costeira (POOC). **Decreto Legislativo Regional n.º 7/2002/M** – Revoga o DLR n.º 1/2002/M, de 28 de Fevereiro, que procede a adaptações do Decreto-Lei n.º 309/93, de 2 de Setembro, alterado pelos Decretos-lei n.º 218/94, de 20 de Agosto, 151/95, de 24 de Junho, 113/97, de 10 de Maio, e 380/99, de 22 de Setembro, relativo à elaboração e aprovação dos planos de ordenamento da orla costeira (POOC). **Resolução n.º 344/2002 –** Aprova a proposta de Decreto Legislativo Regional que revoga o DLR n.º 1/2002/M, de 28 de Fevereiro, que procede a adaptações do Decreto-Lei n.º309/93, de 2 de Setembro, alterado pelos Decretos-Lei n.os 218/94, de 20 de Agosto, 151/95, de 24 de Junho, 113/97, de 10 de Maio e 380/99, de 22 de Setembro, relativo à elaboração e aprovação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC).		* *
Encontra-se, presentemente em elaboração o **Plano de Ordenamento do Parque Natural da Madeira**.		* *
DL n.º69/2000 de 3 de Maio – Avaliação de Impacte Ambiental. Aprova o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 85/337/CEE, com as alterações introduzidas pela Directiva n.º 97/11/CE, do Conselho, de 3 de Março de 1997. **Declaração de Rectificação n.º 7-D/2000, de 30 de Junho.** É rectificado o Decreto-lei n.º 69/2000, do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, que aprova o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 85/337/CEE, com as alterações introduzidas pela Directiva n.º 97/11/CE, do Conselho, de 3 de Março de 1997, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 102, de 3 de Maio de 2000. **Decreto-Lei n.º 74/2001, de 26 de Fevereiro**. Revoga o n.º 3 do artigo 46.º do Decreto-lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, que institui o novo regime jurídico de avaliação de impacte ambiental. **Portaria n.º 330/2001, de 2 de Abril**. Fixa as normas técnicas para a estrutura da proposta de definição do âmbito do EIA (PDA) e normas técnicas para a estrutura do estudo do impacte ambiental (EIA).		* *

Alterações de Políticas Públicas	Objectivos Específicos	Nível de impacte na estratégia do POPRAM III
Lei n.º 107/2001 – Lei de Bases do Património Cultural. Estabelece as bases da política e regime de protecção e valorização do património cultural, abrangendo as acções promovidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas, pelas autarquias locais e pela restante Administração Pública.	Preservar e Valorizar o Ambiente e o Património Natural, Urbano e Cultural	* * *
Regulamentos de Apoio à Qualificação dos Museus (DN nº28/2001, de 7 de Junho), à Produção Fotográfica Contemporânea (DN nº27/2001, de 31 de Maio), à produção cinematográfica (animação – Portaria nº1165/2001; produção documentários – Portaria 1166/2001; pesquisa e desenvolvimento de documentários – Portaria 167/2001; produção de curtas metragens – Portaria 1668/2001).		* *
2000/60/CE – Directiva Quadro da Água, adaptada pelo Parlamento Europeu e Conselho em Setembro de 2000, e publicada no jornal Oficial das Comunidades Europeias de 22 de Dezembro de 2000 – o objectivo da directiva é estabelecer um enquadramento para a protecção das águas de superfície interiores, das águas de transição, das águas costeiras e das águas subterrâneas.		* * *
RCM 152/2001, de 11/10 – Adopção da Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.		* * *
RCM 66/2001 de 06/07 – Determinação da elaboração do **Plano Sectorial de Implementação da Rede Natura 2000**		* * *
RCM n.º 76/2002 – Elaboração do PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. Estabelecerá as directrizes e orientações da política de ordenamento do território em Portugal, de acordo com o estipulado na Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território. Este documento, a ser produzido pela DGOTDU, deverá servir de referência para a elaboração da segunda geração de PDM, bem como para a elaboração ou revisão de Planos Regionais de Ordenamento do Território.		* *
2001 – Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da União Europeia **2002 – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável** Domínios Estratégicos: ü O território como um bem a preservar; ü Melhorar a qualidade do ambiente; ü Produção e consumo sustentáveis das actividades económicas; ü Em direcção a uma sociedade solidária e do conhecimento.		* *
2000 – **Programa Europeu para as Alterações Climáticas** 2001 – **Programa Nacional para as Alterações Climáticas** Para controlar e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, bem como antecipar e propor medidas de adaptação que visem reduzir os aspectos negativos dos impactes das alterações climáticas, no âmbito do protocolo de Quioto.		* *
6º Programa de Acção Comunitário em matéria de Ambiente Áreas de acção: ü Alterações climáticas; ü Protecção da natureza e vida selvagem; ü O ambiente e a saúde; ü Utilização sustentável dos recursos naturais e gestão de resíduos.		* *

11. AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA SITUAÇÃO ACTUAL E EVOLUÇÃO 2000-2003, SEGUNDO OS ESPECIALISTAS CONHECEDORES DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

DOMÍNIO DE AVALIAÇÃO	Situação Actual	Evolução 2000-2003
COMPETITIVIDADE ECONÓMICA LOCAL E REGIONAL		
Desenvolvimento ou valorização de áreas de localização industrial		
Diversificação do tecido produtivo industrial		
Promoção de circuitos de comercialização/distribuição		
Reforço dos serviços de apoio à produção		
Reforço da cooperação e parceria empresarial		
Reforço de infra-estruturas de acolhimento a actividades económicas		
Criação de bases de dados e de sistemas de intercâmbio e de difusão de informação		
Reforço da internacionalização da actividade produtiva		
Realização de estudos que facilitem o acesso a informação e à integração das empresas em redes		
Criação de PME's e promoção da eficiência empresarial		
Alterações nos impactes das missões empresariais e das participações em feiras internacionais		
Acesso das empresas à inovação		
Incremento da relação entre os Centros Tecnológicos, Centros de Excelência e de Transferência de Tecnologia, Institutos de Novas Tecnologias, Incubadoras e o meio empresarial		
Integração de novas tecnologias de informação		
Promoção de projectos integrados turísticos de natureza estruturante		
Criação de novas unidades que valorizem o potencial turístico		
Consolidação de outras infra-estruturas e equipamentos turísticos		
Aumento do nível médio de qualificação da mão-de-obra		
Instrumentos de financiamento às PME's		
EMPREGO, FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO		
Promoção da empregabilidade dos desempregados (formação, apoio à criação de emprego, ...)		
Inserção sócio-profissional de públicos desfavorecidos (pessoas com deficiência, beneficiários do RMG ...)		
Qualificação de jovens fora do sistema de ensino		
Formação qualificante para jovens preparatória da transição para a vida activa		
Articulação formação profissional/mercado de trabalho		
Prevenção do abandono precoce da escola		
Rede de educação pré-escolar		
Rede do ensino básico e secundário		
Qualificação (escolar e profissional) da população activa		
Qualificação da população activa no domínio das TIC		
Qualidade da formação (práticas pedagógicas e conteúdos)		
Igualdade de situações das mulheres no trabalho (acesso a formação, acesso a cargos superiores, ...)		
Participação das mulheres na criação de actividades sócio-económicas		
Rentabilização de oportunidades de emprego em sectores emergentes "cultura, ambiente, lazer,..."		
Eficácia dos instrumentos de gestão regional/local dos problemas de emprego/desemprego		
AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS		
Produtividade Agrícola		
Desenvolvimento e valorização dos produtos regionais de qualidade		
Mecanização e modernização das unidades de produção agrícola		
Desenvolvimento do associativismo/cooperação dos produtores agrícolas		
Desenvolvimento dos circuitos de comercialização/ distribuição		
Modernização, reconversão e desenvolvimento das explorações agrícolas		
Evolução da produção de banana		
Competitividade do sector vitivinícola		
Prevenção dos riscos de incêndio		
Melhoria das condições materiais/infra-estruturais de desenvolvimento do mundo rural (caminhos agrícolas e rurais, electrificação, recuperação e valorização do património, ambiente, paisagens e povoações em meio rural)		
Valorização do património rural e das levadas		
Melhoria das condições de diversificação da sustentação económica do mundo rural		
Modernização da Frota Pesqueira		
Modernização dos Equipamentos dos Portos de Pesca		
ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES		
Densidade da rede viária		
Acessibilidade entre as sedes de concelho		
Centros coordenadores de transporte rodoviário		
Transportes aéreos		
Emissões poluentes para a atmosfera pelos sistemas de transportes		
Acesso a infra-estruturas e serviços de informação e comunicação em banda larga		

DOMÍNIO DE AVALIAÇÃO	Situação Actual	Evolução 2000-2003
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA		
Promoção das redes entre estabelecimentos do ensino superior, centros de formação e de outros meios para a melhoria da qualidade e eficácia do sistema educativo		
Divulgação de projectos educativos multidisciplinares		
Modernização da administração local através da automatização de processos		
Promoção da imagem das cidades		
Equidade no acesso à sociedade da informação (montras digitais, espaços públicos de acesso à NET,...)		
Modernização do tecido económico, nomeadamente pelo reforço do comércio electrónico		
Crescimento da formação em tecnologias de informação e comunicação		
Promoção da cultura científica e tecnológica		
SAÚDE		
Situação sanitária global		
Cobertura da rede pública de cuidados de saúde primários		
Cobertura da rede pública de cuidados de saúde hospitalares		
Qualidade e Funcionalidade das instalações da rede pública de cuidados de saúde primários		
Qualidade e Funcionalidade das instalações da rede pública de cuidados de saúde hospitalares		
Integração/articulação de toda a cadeia de cuidados de saúde		
Reforço da rede de equipamentos de apoio à formação e diversificação profissional em saúde		
Minimização dos factores de risco associados aos efluentes/águas residuais hospitalares		
Capacidade de resposta em situações de emergência de cuidados de saúde		
Capacidade de resposta às necessidades de saúde emergentes e continuadas, designadamente as relacionadas com os cuidados de saúde		
Condições materiais de apoio à promoção da saúde		
Utilização das NTIC na gestão do sistema regional de saúde		
CULTURA E LAZER		
Desenvolvimento geral da rede de equipamentos de apoio à animação cultural		
Desenvolvimento geral das práticas culturais		
Recuperação, revitalização e animação cultural de valores patrimoniais classificados (igrejas, estações arqueológicas,...)		
Aproveitamento das recuperações urbanísticas de centros históricos urbanos para a animação cultural		
Papel do associativismo local no desenvolvimento das políticas culturais		
Nível de internacionalização dos equipamentos e eventos culturais		
Assimetrias urbano/rurais da oferta de equipamentos e eventos culturais		
Redes de cooperação inter-municipais e intra-regionais, tendo em vista a animação cultural e a visibilidade externa da RAM		
Articulação/integração das políticas culturais regionais e locais com outras políticas e iniciativas sectoriais		
Penetração das novas tecnologias de informação no sector da cultura		
Promoção de medidas de preservação da autenticidade do património cultural/tradicional regional		
Igualdade de oportunidades homens/mulheres para as práticas culturais		
DESPORTO E LAZER		
Desenvolvimento da rede básica de equipamentos desportivos		
Desenvolvimento da rede de equipamentos para alta competição e espectáculos desportivos (estádios, pavilhões desportivos)		
Desenvolvimento da rede de equipamentos desportivos especializados (centros de estágio, pistas de ciclismo)		
Desenvolvimento generalizado das práticas desportivas		
Desenvolvimento das práticas desportivas de alta competição e rendimento		
Correspondência entre a rede de equipam. para alta competição e espectáculos desportivos e a hierarquia da rede urbana		
Desenvolvimento e fruição de parques urbanos de lazer		
Força impulsionadora dos equipamentos desportivos e de lazer nos processos de requalificação e estruturação urbana		
Papel do associativismo local no desenvolvimento das práticas desportivas		
Assimetrias urbano/rurais na oferta de equipamentos e eventos desportivos		
Igualdade de oportunidades homens/mulheres para as práticas desportivas		
INSERÇÃO SOCIAL E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES		
Promoção de condições de vida mais adaptadas às necessidades do cidadão, em particular as mulheres, como por exemplo a conciliação do trabalho com a vida familiar		
Promoção da igualdade de situação das mulheres no trabalho, exemplificada pelo acesso a formação profissional ou o acesso a cargos superiores		
Promoção da participação das mulheres na criação de actividades sociais e económicas		
Reforço da acção local e comunitária para apoio a idosos		
Reforço da acção local e comunitária com vista à diminuição da pobreza		
Precarização das condições de vida (habitação e transportes) nas zonas urbanas		

DOMÍNIO DE AVALIAÇÃO	Situação Actual	Evolução 2000-2003
AMBIENTE		
Qualidade e regularidade do abastecimento público de água		
Drenagem e tratamento de águas residuais domésticas		
Drenagem e tratamento de águas residuais industriais ou agro-industriais		
Integração de projectos e redes locais *vs.* multimunicipais		
Número de origens/captações de água para abastecimento público		
Sistemas de recolha e destino final de resíduos sólidos urbanos		
Parques e reservas naturais		
Qualidade das ribeiras e nascentes		
Qualidade do ambiente urbano e da paisagem		
Sensibilização e educação ambiental		
Prevenção de riscos naturais		
Utilização de energias renováveis		
Sistemas de Informação e de Apoio à Gestão Ambiental		
Ordenamento da Orla Costeira e de Cursos de Água		
QUALIFICAÇÃO URBANA E VALORIZAÇÃO TERRITORIAL		
Valorização integrada dos recursos patrimoniais (naturais, históricos, construídos e culturais), tendo em vista a revitalização de espaços territoriais específicos com apetência turística)		
Desenvolvimento de rotas culturais e turísticas regionais		
Reforço da certificação de produtos locais		
Promoção da imagem e identidade territorial		
Valorização urbanística e comercial dos centros históricos		
Qualificação do espaço público urbano (arruamentos, iluminação, mobiliário urbano,...)		
Melhoria da circulação viária urbana e do estacionamento		
Melhoria da qualidade ambiental das cidades		
Criação de espaços urbanos e outros espaços verdes		
Valorização de áreas ribeirinhas para as actividades comercial, turística e de lazer		
Desenvolvimento das relações económicas e funcionais inter-municipais		
Aumento das complementaridades entre espaços urbanos e rurais		

Fonte: *Focus Group* Conhecedores da Região Autónoma da Madeira, CEDRU/QP, 2003

1 – Situação Pior 4 – Situação Melhor Situação Actual 1 2 3 4

Evolução 2000-2003 Melhorou Manteve Piorou

12. PRINCIPAIS RESULTADOS DOS INQUÉRITOS

I Parte – Avaliação das Alterações Ocorridas na Região entre 2000-2003

Legenda	Situação Actual	**1** Pior **2** **3** **4** Melhor	Evolução 2000-2003	**1** Melhorou **2** Manteve **3** Piorou

Nota: No cálculo das percentagens não foram consideradas as "não respostas".

Sistemas de Saneamento Básico

Sistemas de Abastecimento de Água	Situação Actual		
Entidades	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	83,33%	16,67%
Administração Local	0,00%	75,00%	25,00%
Empresas Privadas	5,88%	85,29%	8,82%
Associações Sectoriais e Regionais	11,11%	77,78%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	33,33%	66,67%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	5,17%	81,03%	13,79%

Sistemas de Abastecimento de Água	Evolução 2000-2003	
Entidades	**1**	**2**
Administração Regional	100,00%	0,00%
Administração Local	75,00%	25,00%
Empresas Privadas	69,70%	30,30%
Associações Sectoriais e Regionais	62,50%	37,50%
Instituições de Ensino e Formação	100,00%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%
Total Geral	71,43%	28,57%

Sistemas de Esgotos	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	33,33%	66,67%	0,00%
Administração Local	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Empresas Privadas	3,03%	18,18%	72,73%	6,06%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	22,22%	66,67%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	33,33%	33,33%	33,33%
IPSS	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Total Geral	**1,75%**	**24,56%**	**66,67%**	**7,02%**

Sistemas de Esgotos	Evolução 2000-2003	
Entidades	**1**	**2**
Administração Regional	100,00%	0,00%
Administração Local	75,00%	25,00%
Empresas Privadas	71,88%	28,13%
Associações Sectoriais e Regionais	75,00%	25,00%
Instituições de Ensino e Formação	66,67%	33,33%
IPSS	0,00%	100,00%
Total Geral	**72,73%**	**27,27%**

Sistemas de Recolha e Tratamento de Lixos	Situação Actual		
Entidades	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	16,67%	83,33%	0,00%
Administração Local	0,00%	100,00%	0,00%
Empresas Privadas	17,65%	55,88%	26,47%
Associações Sectoriais e Regionais	44,44%	44,44%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	66,67%	33,33%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	**18,97%**	**62,07%**	**18,97%**

Sistemas de Recolha e Tratamento de Lixos	Evolução 2000-2003	
Entidades	**1**	**2**
Administração Regional	100,00%	0,00%
Administração Local	75,00%	25,00%
Empresas Privadas	75,76%	24,24%
Associações Sectoriais e Regionais	62,50%	37,50%
Instituições de Ensino e Formação	100,00%	0,00%
IPSS	100,00%	0,00%
Total Geral	**78,57%**	**21,43%**

Outros Sistemas Ambientais

Parques e Reservas Naturais	Situação Actual		
Entidades	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	83,33%	16,67%
Administração Local	0,00%	75,00%	25,00%
Empresas Privadas	21,21%	72,73%	6,06%
Associações Sectoriais e Regionais	22,22%	66,67%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	66,67%	33,33%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	**15,79%**	**73,68%**	**10,53%**

Parques e Reservas Naturais	Evolução 2000-2003	
Entidades	**1**	**2**
Administração Regional	100,00%	0,00%
Administração Local	50,00%	50,00%
Empresas Privadas	53,13%	46,88%
Associações Sectoriais e Regionais	37,50%	62,50%
Instituições de Ensino e Formação	100,00%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%
Total Geral	**57,41%**	**42,59%**

Qualidade das Ribeiras e Nascentes	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	14,29%	71,43%	14,29%
Administração Local	0,00%	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	9,09%	33,33%	54,55%	3,03%
Associações Sectoriais e Regionais	11,11%	55,56%	22,22%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	0,00%	66,67%	33,33%
IPSS	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	**6,90%**	**31,03%**	**55,17%**	**6,90%**

Qualidade das Ribeiras e Nascentes	Evolução 2000-2003		
Entidades	1	2	3
Administração Regional	71,43%	28,57%	0,00%
Administração Local	75,00%	25,00%	0,00%
Empresas Privadas	34,38%	50,00%	15,63%
Associações Sectoriais e Regionais	37,50%	50,00%	12,50%
Instituições de Ensino e Formação	100,00%	0,00%	0,00%
IPSS	100,00%	0,00%	0,00%
Total Geral	46,30%	42,59%	11,11%

Qualidade da Paisagem	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	16,67%	66,67%	16,67%
Administração Local	0,00%	25,00%	50,00%	25,00%
Empresas Privadas	6,25%	21,88%	53,13%	18,75%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	44,44%	44,44%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	33,33%	33,33%	33,33%
IPSS	0,00%	0,00%	50,00%	50,00%
Total Geral	3,57%	25,00%	51,79%	19,64%

Qualidade da Paisagem	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	50,00%	16,67%	33,33%
Administração Local	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	32,26%	38,71%	29,03%
Associações Sectoriais e Regionais	37,50%	37,50%	25,00%
Instituições de Ensino e Formação	66,67%	33,33%	0,00%
IPSS	0,00%	50,00%	50,00%
Total Geral	35,19%	38,89%	25,93%

Sensibilização e Educação Ambiental	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	16,67%	50,00%	33,33%
Administração Local	0,00%	0,00%	75,00%	25,00%
Empresas Privadas	6,06%	18,18%	54,55%	21,21%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	33,33%	55,56%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	33,33%	0,00%	66,67%
IPSS	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	3,51%	19,30%	54,39%	22,81%

Sensibilização e Educação Ambiental	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	100,00%	0,00%	0,00%
Administração Local	75,00%	25,00%	0,00%
Empresas Privadas	59,38%	37,50%	3,13%
Associações Sectoriais e Regionais	75,00%	25,00%	0,00%
Instituições de Ensino e Formação	100,00%	0,00%	0,00%
IPSS	50,00%	0,00%	50,00%
Total Geral	69,64%	26,79%	3,57%

Prevenção de Riscos Naturais	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	16,67%	83,33%	0,00%
Administração Local	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Empresas Privadas	3,03%	36,36%	51,52%	9,09%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	55,56%	33,33%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	33,33%	33,33%	33,33%
IPSS	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	1,75%	36,84%	52,63%	8,77%

Utilização de Energias Renováveis	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Administração Local	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Empresas Privadas	12,12%	39,39%	42,42%	6,06%
Associações Sectoriais e Regionais	11,11%	55,56%	22,22%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	66,67%	33,33%	0,00%
IPSS	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Total Geral	8,77%	40,35%	45,61%	5,26%

Utilização de Energias Renováveis	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	100,00%	0,00%	0,00%
Administração Local	0,00%	100,00%	0,00%
Empresas Privadas	43,75%	46,88%	9,38%
Associações Sectoriais e Regionais	28,57%	71,43%	0,00%
Instituições de Ensino e Formação	25,00%	75,00%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	42,86%	51,79%	5,36%

Acessibilidades e Transportes

Rede Viária Regional	Situação Actual		
Entidades	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	28,57%	71,43%
Administração Local	0,00%	100,00%	0,00%
Empresas Privadas	5,88%	64,71%	29,41%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	77,78%	22,22%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	66,67%	33,33%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	3,39%	66,10%	30,51%

Rede Viária Regional	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	100,00%	0,00%	0,00%
Administração Local	75,00%	25,00%	0,00%
Empresas Privadas	87,50%	12,50%	0,00%
Associações Sectoriais e Regionais	62,50%	25,00%	12,50%
Instituições de Ensino e Formação	100,00%	0,00%	0,00%
IPSS	100,00%	0,00%	0,00%
Total Geral	85,71%	12,50%	1,79%

Rede Viária Municipal	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	28,57%	71,43%	0,00%
Administração Local	0,00%	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	2,94%	26,47%	64,71%	5,88%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	44,44%	44,44%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	33,33%	0,00%	66,67%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Total Geral	1,69%	32,20%	57,63%	8,47%

Rede Viária Municipal	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	100,00%	0,00%	0,00%
Administração Local	75,00%	25,00%	0,00%
Empresas Privadas	62,50%	25,00%	12,50%
Associações Sectoriais e Regionais	50,00%	25,00%	25,00%
Instituições de Ensino e Formação	33,33%	66,67%	0,00%
IPSS	0,00%	50,00%	50,00%
Total Geral	62,50%	25,00%	12,50%

Acessibilidades Entre as Sedes de Concelho	Situação Actual		
Entidades	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	57,14%	42,86%
Administração Local	0,00%	75,00%	25,00%
Empresas Privadas	14,71%	64,71%	20,59%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	88,89%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	33,33%	66,67%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	8,47%	67,80%	23,73%

Acessibilidades Entre as Sedes de Concelho	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	100,00%	0,00%	0,00%
Administração Local	75,00%	25,00%	0,00%
Empresas Privadas	75,00%	21,88%	3,13%
Associações Sectoriais e Regionais	62,50%	25,00%	12,50%
Instituições de Ensino e Formação	100,00%	0,00%	0,00%
IPSS	50,00%	50,00%	0,00%
Total Geral	76,79%	19,64%	3,57%

Transportes Públicos Rodoviários	Situação Actual		
Entidades	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	28,57%	57,14%	14,29%
Administração Local	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	30,30%	54,55%	15,15%
Associações Sectoriais e Regionais	33,33%	55,56%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	66,67%	33,33%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	27,59%	58,62%	13,79%

Transportes Públicos Rodoviários	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	42,86%	42,86%	14,29%
Administração Local	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	48,39%	51,61%	0,00%
Associações Sectoriais e Regionais	25,00%	62,50%	12,50%
Instituições de Ensino e Formação	100,00%	0,00%	0,00%
IPSS	50,00%	50,00%	0,00%
Total Geral	45,45%	50,91%	3,64%

Controle da Poluição de Tráfego	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	28,57%	57,14%	14,29%
Administração Local	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Empresas Privadas	12,12%	30,30%	57,58%	0,00%
Associações Sectoriais e Regionais	25,00%	50,00%	25,00%	0,00%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	33,33%	33,33%	33,33%
IPSS	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Total Geral	10,53%	35,09%	50,88%	3,51%

Controle da Poluição de Tráfego	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	42,86%	42,86%	14,29%
Administração Local	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	40,00%	43,33%	16,67%
Associações Sectoriais e Regionais	12,50%	75,00%	12,50%
Instituições de Ensino e Formação	33,33%	66,67%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	33,33%	53,70%	12,96%

Transportes Aéreos	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	14,29%	28,57%	57,14%
Administração Local	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Empresas Privadas	3,03%	15,15%	60,61%	21,21%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	11,11%	77,78%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	0,00%	33,33%	66,67%
IPSS	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	1,72%	12,07%	62,07%	24,14%

Transportes Aéreos	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	85,71%	0,00%	14,29%
Administração Local	75,00%	25,00%	0,00%
Empresas Privadas	73,33%	26,67%	0,00%
Associações Sectoriais e Regionais	50,00%	37,50%	12,50%
Instituições de Ensino e Formação	100,00%	0,00%	0,00%
IPSS	100,00%	0,00%	0,00%
Total Geral	74,07%	22,22%	3,70%

Qualidade das Telecomunicações	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	0,00%	14,29%	85,71%
Administração Local	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Empresas Privadas	2,94%	0,00%	61,76%	35,29%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	12,50%	62,50%	25,00%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	0,00%	66,67%	33,33%
IPSS	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	1,72%	1,72%	60,34%	36,21%

Qualidade das Telecomunicações	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	71,43%	14,29%	14,29%
Administração Local	75,00%	25,00%	0,00%
Empresas Privadas	83,87%	16,13%	0,00%
Associações Sectoriais e Regionais	50,00%	37,50%	12,50%
Instituições de Ensino e Formação	100,00%	0,00%	0,00%
IPSS	100,00%	0,00%	0,00%
Total Geral	77,78%	18,52%	3,70%

Equipamentos Sociais e Culturais

Ensino Pré-escolar	Situação Actual		
Entidades	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	66,67%	33,33%
Administração Local	50,00%	50,00%	0,00%
Empresas Privadas	24,24%	60,61%	15,15%
Associações Sectoriais e Regionais	33,33%	55,56%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	66,67%	33,33%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	22,81%	61,40%	15,79%

Ensino Pré-escolar	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	71,43%	28,57%	0,00%
Administração Local	50,00%	50,00%	0,00%
Empresas Privadas	53,13%	43,75%	3,13%
Associações Sectoriais e Regionais	37,50%	50,00%	12,50%
Instituições de Ensino e Formação	100,00%	0,00%	0,00%
IPSS	50,00%	50,00%	0,00%
Total Geral	55,36%	41,07%	3,57%

Ensino Básico e Secundário	Situação Actual		
Entidades	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	50,00%	50,00%
Administração Local	0,00%	100,00%	0,00%
Empresas Privadas	15,15%	78,79%	6,06%
Associações Sectoriais e Regionais	11,11%	77,78%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	66,67%	33,33%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	10,53%	77,19%	12,28%

Ensino Básico e Secundário	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	71,43%	28,57%	0,00%
Administração Local	50,00%	50,00%	0,00%
Empresas Privadas	35,48%	58,06%	6,45%
Associações Sectoriais e Regionais	37,50%	50,00%	12,50%
Instituições de Ensino e Formação	100,00%	0,00%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	43,64%	50,91%	5,45%

Ensino Superior	Situação Actual		
Entidades	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	83,33%	16,67%
Administração Local	33,33%	66,67%	0,00%
Empresas Privadas	34,38%	59,38%	6,25%
Associações Sectoriais e Regionais	33,33%	55,56%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	66,67%	33,33%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	27,27%	63,64%	9,09%

Ensino Superior	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	50,00%	50,00%	0,00%
Administração Local	50,00%	50,00%	0,00%
Empresas Privadas	43,33%	50,00%	6,67%
Associações Sectoriais e Regionais	50,00%	37,50%	12,50%
Instituições de Ensino e Formação	100,00%	0,00%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	47,17%	47,17%	5,66%

Ensino Profissional	Situação Actual			
Entidades	1	2	3	4
Administração Regional	0,00%	0,00%	50,00%	50,00%
Administração Local	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Empresas Privadas	6,06%	21,21%	63,64%	9,09%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	22,22%	55,56%	22,22%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	0,00%	50,00%	50,00%
IPSS	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	3,45%	18,97%	60,34%	17,24%

Ensino Profissional	Evolução 2000-2003		
Entidades	1	2	3
Administração Regional	83,33%	16,67%	0,00%
Administração Local	50,00%	50,00%	0,00%
Empresas Privadas	41,94%	48,39%	9,68%
Associações Sectoriais e Regionais	37,50%	50,00%	12,50%
Instituições de Ensino e Formação	75,00%	25,00%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	47,27%	45,45%	7,27%

Hospitais	Situação Actual			
Entidades	1	2	3	4
Administração Regional	0,00%	16,67%	83,33%	0,00%
Administração Local	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Empresas Privadas	14,71%	38,24%	44,12%	2,94%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	25,00%	75,00%	0,00%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	0,00%	66,67%	33,33%
IPSS	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Total Geral	8,77%	29,82%	57,89%	3,51%

Hospitais	Evolução 2000-2003		
Entidades	1	2	3
Administração Regional	33,33%	66,67%	0,00%
Administração Local	0,00%	100,00%	0,00%
Empresas Privadas	25,00%	65,63%	9,38%
Associações Sectoriais e Regionais	28,57%	57,14%	14,29%
Instituições de Ensino e Formação	66,67%	33,33%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	25,93%	66,67%	7,41%

Centros de Saúde	Situação Actual			
Entidades	1	2	3	4
Administração Regional	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Administração Local	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Empresas Privadas	2,94%	23,53%	70,59%	2,94%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	22,22%	55,56%	22,22%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	0,00%	66,67%	33,33%
IPSS	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Total Geral	1,72%	22,41%	68,97%	6,90%

Centros de Saúde	Evolução 2000-2003		
Entidades	1	2	3
Administração Regional	50,00%	50,00%	0,00%
Administração Local	50,00%	50,00%	0,00%
Empresas Privadas	46,88%	53,13%	0,00%
Associações Sectoriais e Regionais	37,50%	50,00%	12,50%
Instituições de Ensino e Formação	100,00%	0,00%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	47,27%	50,91%	1,82%

Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude	Situação Actual			
Entidades	1	2	3	4
Administração Regional	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Administração Local	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Empresas Privadas	3,03%	30,30%	57,58%	9,09%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	33,33%	55,56%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	0,00%	66,67%	33,33%
IPSS	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Total Geral	1,75%	28,07%	61,40%	8,77%

Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude	Evolução 2000-2003		
Entidades	1	2	3
Administração Regional	71,43%	28,57%	0,00%
Administração Local	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	38,71%	58,06%	3,23%
Associações Sectoriais e Regionais	37,50%	50,00%	12,50%
Instituições de Ensino e Formação	66,67%	33,33%	0,00%
IPSS	50,00%	50,00%	0,00%
Total Geral	43,64%	52,73%	3,64%

Equipamentos de Apoio à Terceira Idade	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	0,00%	83,33%	16,67%
Administração Local	0,00%	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	5,88%	26,47%	47,06%	20,59%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	44,44%	44,44%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	0,00%	66,67%	33,33%
IPSS	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Total Geral	3,45%	25,86%	53,45%	17,24%

Equipamentos de Apoio à Terceira Idade	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	100,00%	0,00%	0,00%
Administração Local	75,00%	25,00%	0,00%
Empresas Privadas	56,25%	37,50%	6,25%
Associações Sectoriais e Regionais	50,00%	37,50%	12,50%
Instituições de Ensino e Formação	100,00%	0,00%	0,00%
IPSS	50,00%	0,00%	50,00%
Total Geral	63,64%	29,09%	7,27%

Desporto e Lazer	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Administração Local	0,00%	25,00%	50,00%	25,00%
Empresas Privadas	3,03%	15,15%	54,55%	27,27%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	22,22%	66,67%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
IPSS	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	1,75%	14,04%	59,65%	24,56%

Desporto e Lazer	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	85,71%	14,29%	0,00%
Administração Local	50,00%	50,00%	0,00%
Empresas Privadas	50,00%	46,88%	3,13%
Associações Sectoriais e Regionais	50,00%	37,50%	12,50%
Instituições de Ensino e Formação	66,67%	33,33%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	53,57%	42,86%	3,57%

Cultura	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	33,33%	66,67%	0,00%
Administração Local	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Empresas Privadas	3,03%	33,33%	57,58%	6,06%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	22,22%	66,67%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	0,00%	66,67%	33,33%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Total Geral	1,75%	29,82%	61,40%	7,02%

Cultura	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	50,00%	50,00%	0,00%
Administração Local	50,00%	50,00%	0,00%
Empresas Privadas	34,38%	59,38%	6,25%
Associações Sectoriais e Regionais	25,00%	62,50%	12,50%
Instituições de Ensino e Formação	66,67%	33,33%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	36,36%	58,18%	5,45%

Promoção da Ciência	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	33,33%	66,67%	0,00%
Administração Local	0,00%	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	24,24%	39,39%	36,36%	0,00%
Associações Sectoriais e Regionais	11,11%	55,56%	33,33%	0,00%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	33,33%	33,33%	33,33%
IPSS	50,00%	50,00%	0,00%	0,00%
Total Geral	17,54%	40,35%	40,35%	1,75%

Promoção da Ciência	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	33,33%	66,67%	0,00%
Administração Local	0,00%	100,00%	0,00%
Empresas Privadas	18,75%	65,63%	15,63%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	87,50%	12,50%
Instituições de Ensino e Formação	33,33%	66,67%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	16,36%	72,73%	10,91%

Qualificação Urbana e Patrimonial

Qualidade Global do Ambiente Urbano	Situação Actual		
Entidades	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	42,86%	42,86%	14,29%
Administração Local	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	33,33%	57,58%	9,09%
Associações Sectoriais e Regionais	22,22%	66,67%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	33,33%	33,33%	33,33%
IPSS	50,00%	50,00%	0,00%
Total Geral	32,76%	56,90%	10,34%

Qualidade Global do Ambiente Urbano	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	28,57%	71,43%	0,00%
Administração Local	75,00%	25,00%	0,00%
Empresas Privadas	37,50%	50,00%	12,50%
Associações Sectoriais e Regionais	25,00%	62,50%	12,50%
Instituições de Ensino e Formação	66,67%	33,33%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	37,50%	53,57%	8,93%

Valorização dos Centros Históricos	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	14,29%	57,14%	28,57%
Administração Local	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Empresas Privadas	3,03%	27,27%	63,64%	6,06%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	33,33%	55,56%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	0,00%	66,67%	33,33%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Total Geral	1,72%	29,31%	58,62%	10,34%

Valorização dos Centros Históricos	Evolução 2000-2003	
Entidades	**1**	**2**
Administração Regional	57,14%	42,86%
Administração Local	75,00%	25,00%
Empresas Privadas	37,50%	62,50%
Associações Sectoriais e Regionais	62,50%	37,50%
Instituições de Ensino e Formação	33,33%	66,67%
IPSS	0,00%	100,00%
Total Geral	44,64%	55,36%

Valorização de Áreas Comerciais Tradicionais	Situação actual		
Entidades	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	16,67%	83,33%	0,00%
Administração Local	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	42,42%	42,42%	15,15%
Associações Sectoriais e Regionais	33,33%	55,56%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	33,33%	33,33%	33,33%
IPSS	100,00%	0,00%	0,00%
Total Geral	38,60%	49,12%	12,28%

Valorização de Áreas Comerciais Tradicionais	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	50,00%	50,00%	0,00%
Administração Local	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	40,63%	43,75%	15,63%
Associações Sectoriais e Regionais	37,50%	62,50%	0,00%
Instituições de Ensino e Formação	33,33%	66,67%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	38,18%	52,73%	9,09%

Valorização de Património Monumental e Cultural	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	33,33%	50,00%	16,67%
Administração Local	0,00%	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	3,03%	30,30%	54,55%	12,12%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	11,11%	77,78%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	66,67%	0,00%	33,33%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Total Geral	1,75%	31,58%	54,39%	12,28%

Valorização de Património Monumental e Cultural	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	33,33%	66,67%	0,00%
Administração Local	0,00%	100,00%	0,00%
Empresas Privadas	40,63%	56,25%	3,13%
Associações Sectoriais e Regionais	50,00%	50,00%	0,00%
Instituições de Ensino e Formação	33,33%	66,67%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	36,36%	61,82%	1,82%

Espaços Verdes e de Lazer	Situação Actual		
Entidades	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	16,67%	50,00%	33,33%
Administração Local	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	36,36%	54,55%	9,09%
Associações Sectoriais e Regionais	44,44%	44,44%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	66,67%	33,33%
IPSS	100,00%	0,00%	0,00%
Total Geral	35,09%	52,63%	12,28%

Espaços Verdes e de Lazer	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	50,00%	50,00%	0,00%
Administração Local	50,00%	50,00%	0,00%
Empresas Privadas	43,75%	46,88%	9,38%
Associações Sectoriais e Regionais	25,00%	75,00%	0,00%
Instituições de Ensino e Formação	66,67%	33,33%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	41,82%	52,73%	5,45%

Qualificação do Espaço Público (arruamentos, iluminação)	Situação Actual		
Entidades	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	16,67%	66,67%	16,67%
Administração Local	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	14,71%	76,47%	8,82%
Associações Sectoriais e Regionais	22,22%	66,67%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	33,33%	0,00%	66,67%
IPSS	50,00%	50,00%	0,00%
Total Geral	18,97%	68,97%	12,07%

Qualificação do Espaço Público (arruamentos, iluminação)	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	33,33%	66,67%	0,00%
Administração Local	75,00%	25,00%	0,00%
Empresas Privadas	42,42%	54,55%	3,03%
Associações Sectoriais e Regionais	62,50%	37,50%	0,00%
Instituições de Ensino e Formação	66,67%	33,33%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	46,43%	51,79%	1,79%

Circulação Viária e Estacionamento Urbano	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Administração Local	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Empresas Privadas	5,88%	38,24%	52,94%	2,94%
Associações Sectoriais e Regionais	11,11%	44,44%	33,33%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	33,33%	33,33%	33,33%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Total Geral	5,17%	39,66%	50,00%	5,17%

Circulação Viária e Estacionamento Urbano	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	16,67%	50,00%	33,33%
Administração Local	50,00%	50,00%	0,00%
Empresas Privadas	48,48%	27,27%	24,24%
Associações Sectoriais e Regionais	50,00%	37,50%	12,50%
Instituições de Ensino e Formação	33,33%	66,67%	0,00%
IPSS	0,00%	50,00%	50,00%
Total Geral	42,86%	35,71%	21,43%

Valorização e Promoção Territorial

Promoção de Produtos Regionais	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	16,67%	66,67%	16,67%
Administração Local	0,00%	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	3,03%	36,36%	48,48%	12,12%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	50,00%	37,50%	12,50%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	0,00%	66,67%	33,33%
IPSS	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Total Geral	1,79%	33,93%	51,79%	12,50%

Promoção de Produtos Regionais	Evolução 2000-2003	
Entidades	**1**	**2**
Administração Regional	66,67%	33,33%
Administração Local	25,00%	75,00%
Empresas Privadas	37,50%	62,50%
Associações Sectoriais e Regionais	37,50%	62,50%
Instituições de Ensino e Formação	66,67%	33,33%
IPSS	0,00%	100,00%
Total Geral	40,00%	60,00%

Certificação da Qualidade dos Produtos	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	0,00%	83,33%	16,67%
Administração Local	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Empresas Privadas	9,09%	30,30%	45,45%	15,15%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	50,00%	37,50%	12,50%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	33,33%	33,33%	33,33%
IPSS	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Total Geral	5,36%	32,14%	48,21%	14,29%

Certificação da Qualidade dos Produtos	Evolução 2000-2003	
Entidades	**1**	**2**
Administração Regional	100,00%	0,00%
Administração Local	50,00%	50,00%
Empresas Privadas	50,00%	50,00%
Associações Sectoriais e Regionais	37,50%	62,50%
Instituições de Ensino e Formação	66,67%	33,33%
IPSS	50,00%	50,00%
Total Geral	54,55%	45,45%

Animação Cultural e Turística	Situação Actual		
Entidades	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	66,67%	33,33%
Administração Local	0,00%	100,00%	0,00%
Empresas Privadas	21,21%	60,61%	18,18%
Associações Sectoriais e Regionais	37,50%	37,50%	25,00%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	66,67%	33,33%
IPSS	100,00%	0,00%	0,00%
Total Geral	21,43%	58,93%	19,64%

Animação Cultural e Turística	Evolução 2000-2003	
Entidades	**1**	**2**
Administração Regional	50,00%	50,00%
Administração Local	50,00%	50,00%
Empresas Privadas	31,25%	68,75%
Associações Sectoriais e Regionais	25,00%	75,00%
Instituições de Ensino e Formação	100,00%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%
Total Geral	36,36%	63,64%

Valorização do Património Rural e Levadas	Situação Actual		
Entidades	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	16,67%	50,00%	33,33%
Administração Local	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	24,24%	54,55%	21,21%
Associações Sectoriais e Regionais	50,00%	12,50%	37,50%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	66,67%	33,33%
IPSS	50,00%	0,00%	50,00%
Total Geral	26,79%	48,21%	25,00%

Valorização do Património Rural e Levadas	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	16,67%	83,33%	0,00%
Administração Local	75,00%	25,00%	0,00%
Empresas Privadas	59,38%	37,50%	3,13%
Associações Sectoriais e Regionais	50,00%	50,00%	0,00%
Instituições de Ensino e Formação	66,67%	33,33%	0,00%
IPSS	50,00%	50,00%	0,00%
Total Geral	54,55%	43,64%	1,82%

Valorização da Paisagem Agrária	Situação Actual		
Entidades	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	33,33%	66,67%	0,00%
Administração Local	50,00%	50,00%	0,00%
Empresas Privadas	42,42%	48,48%	9,09%
Associações Sectoriais e Regionais	75,00%	12,50%	12,50%
Instituições de Ensino e Formação	33,33%	66,67%	0,00%
IPSS	100,00%	0,00%	0,00%
Total Geral	48,21%	44,64%	7,14%

Valorização da Paisagem Agrária	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	16,67%	83,33%	0,00%
Administração Local	0,00%	75,00%	25,00%
Empresas Privadas	21,88%	71,88%	6,25%
Associações Sectoriais e Regionais	25,00%	75,00%	0,00%
Instituições de Ensino e Formação	33,33%	66,67%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	20,00%	74,55%	5,45%

Modernização e Desenvolvimento Institucional

Modernização da Administração Pública Local	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Administração Local	0,00%	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	5,88%	47,06%	35,29%	11,76%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	55,56%	44,44%	0,00%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	66,67%	0,00%	33,33%
IPSS	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Total Geral	3,45%	43,10%	44,83%	8,62%

Modernização da Administração Pública Local	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	50,00%	50,00%	0,00%
Administração Local	50,00%	50,00%	0,00%
Empresas Privadas	42,42%	39,39%	18,18%
Associações Sectoriais e Regionais	12,50%	75,00%	12,50%
Instituições de Ensino e Formação	33,33%	66,67%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	37,50%	50,00%	12,50%

Formação e Qualificação dos Técnicos	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Administração Local	0,00%	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	5,88%	41,18%	41,18%	11,76%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	50,00%	37,50%	12,50%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	25,00%	50,00%	25,00%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Total Geral	3,45%	37,93%	48,28%	10,34%

Formação e Qualificação dos Técnicos	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	66,67%	33,33%	0,00%
Administração Local	75,00%	25,00%	0,00%
Empresas Privadas	42,42%	48,48%	9,09%
Associações Sectoriais e Regionais	37,50%	50,00%	12,50%
Instituições de Ensino e Formação	66,67%	33,33%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	46,43%	46,43%	7,14%

Novas Formas de Gestão Urbana	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	33,33%	66,67%	0,00%
Administração Local	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Empresas Privadas	0,00%	43,75%	46,88%	9,38%
Associações Sectoriais e Regionais	12,50%	25,00%	62,50%	0,00%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	66,67%	0,00%	33,33%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%
Total Geral	1,82%	40,00%	50,91%	7,27%

Novas Formas de Gestão Urbana	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	16,67%	83,33%	0,00%
Administração Local	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	38,71%	54,84%	6,45%
Associações Sectoriais e Regionais	12,50%	62,50%	25,00%
Instituições de Ensino e Formação	33,33%	66,67%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	29,63%	62,96%	7,41%

Competitividade Económica Local e Regional

Produtividade Agrícola	Situação Actual		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	16,67%	50,00%	33,33%
Administração Local	0,00%	50,00%	50,00%
Empresas Privadas	17,65%	52,94%	29,41%
Associações Sectoriais e Regionais	11,11%	55,56%	33,33%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	66,67%	33,33%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	13,79%	55,17%	31,03%

Produtividade Agrícola	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	33,33%	50,00%	16,67%
Administração Local	0,00%	75,00%	25,00%
Empresas Privadas	18,75%	59,38%	21,88%
Associações Sectoriais e Regionais	22,22%	77,78%	0,00%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	100,00%	0,00%
IPSS	0,00%	0,00%	100,00%
Total Geral	17,86%	62,50%	19,64%

Valorização e Ordenamento das Zonas Industriais	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	16,67%	83,33%	0,00%
Administração Local	0,00%	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	2,94%	32,35%	61,76%	2,94%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	44,44%	55,56%	0,00%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	66,67%	0,00%	33,33%
IPSS	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Total Geral	1,72%	34,48%	60,34%	3,45%

Valorização e Ordenamento das Zonas Industriais	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	66,67%	33,33%	0,00%
Administração Local	75,00%	25,00%	0,00%
Empresas Privadas	46,88%	50,00%	3,13%
Associações Sectoriais e Regionais	33,33%	66,67%	0,00%
Instituições de Ensino e Formação	33,33%	66,67%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	46,43%	51,79%	1,79%

Dinâmica do Tecido Empresarial	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Administração Local	0,00%	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	2,94%	29,41%	64,71%	2,94%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	44,44%	33,33%	22,22%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	0,00%	66,67%	33,33%
IPSS	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	1,72%	25,86%	65,52%	6,90%

Dinâmica do Tecido Empresarial	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	100,00%	0,00%	0,00%
Administração Local	50,00%	50,00%	0,00%
Empresas Privadas	48,39%	48,39%	3,23%
Associações Sectoriais e Regionais	55,56%	44,44%	0,00%
Instituições de Ensino e Formação	66,67%	33,33%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	54,55%	43,64%	1,82%

Circuitos de Comercialização/Distribuição	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	16,67%	0,00%	83,33%	0,00%
Administração Local	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Empresas Privadas	5,88%	23,53%	67,65%	2,94%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	55,56%	22,22%	22,22%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	0,00%	66,67%	33,33%
IPSS	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Total Geral	5,17%	24,14%	63,79%	6,90%

Circuitos de Comercialização/Distribuição	Evolução 2000-2003	
Entidades	**1**	**2**
Administração Regional	83,33%	16,67%
Administração Local	25,00%	75,00%
Empresas Privadas	34,38%	65,63%
Associações Sectoriais e Regionais	44,44%	55,56%
Instituições de Ensino e Formação	66,67%	33,33%
IPSS	0,00%	100,00%
Total Geral	41,07%	58,93%

Serviços de Apoio à Actividade Económica	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Administração Local	0,00%	25,00%	50,00%	25,00%
Empresas Privadas	2,94%	26,47%	61,76%	8,82%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	33,33%	44,44%	22,22%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	0,00%	66,67%	33,33%
IPSS	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	1,72%	22,41%	63,79%	12,07%

Serviços de Apoio à Actividade Económica	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	66,67%	33,33%	0,00%
Administração Local	75,00%	25,00%	0,00%
Empresas Privadas	43,75%	53,13%	3,13%
Associações Sectoriais e Regionais	44,44%	55,56%	0,00%
Instituições de Ensino e Formação	100,00%	0,00%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	50,00%	48,21%	1,79%

Cooperação e Parceria Empresarial	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Administração Local	0,00%	25,00%	50,00%	25,00%
Empresas Privadas	17,65%	23,53%	47,06%	11,76%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	33,33%	55,56%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	0,00%	66,67%	33,33%
IPSS	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	10,34%	20,69%	56,90%	12,07%

Cooperação e Parceria Empresarial	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	83,33%	16,67%	0,00%
Administração Local	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	34,38%	59,38%	6,25%
Associações Sectoriais e Regionais	55,56%	44,44%	0,00%
Instituições de Ensino e Formação	66,67%	33,33%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	42,86%	53,57%	3,57%

Associativismo Para o Desenvolvimento Local	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	16,67%	83,33%	0,00%
Administração Local	0,00%	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	3,03%	39,39%	54,55%	3,03%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	33,33%	44,44%	22,22%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	33,33%	33,33%	33,33%
IPSS	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Total Geral	1,75%	35,09%	56,14%	7,02%

Associativismo Para o Desenvolvimento Local	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	83,33%	16,67%	0,00%
Administração Local	50,00%	50,00%	0,00%
Empresas Privadas	41,94%	51,61%	6,45%
Associações Sectoriais e Regionais	55,56%	44,44%	0,00%
Instituições de Ensino e Formação	66,67%	33,33%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	49,09%	47,27%	3,64%

Internacionalização da Actividade Produtiva	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	16,67%	50,00%	33,33%	0,00%
Administração Local	0,00%	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	23,53%	29,41%	47,06%	0,00%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	66,67%	22,22%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	66,67%	0,00%	33,33%
IPSS	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Total Geral	15,52%	39,66%	41,38%	3,45%

Internacionalização da Actividade Produtiva	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	33,33%	66,67%	0,00%
Administração Local	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	25,00%	68,75%	6,25%
Associações Sectoriais e Regionais	22,22%	77,78%	0,00%
Instituições de Ensino e Formação	33,33%	66,67%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	25,00%	71,43%	3,57%

Captação do Investimento Estrangeiro	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	16,67%	66,67%	16,67%	0,00%
Administração Local	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Empresas Privadas	17,65%	29,41%	52,94%	0,00%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	66,67%	22,22%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	33,33%	33,33%	33,33%
IPSS	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Total Geral	12,07%	41,38%	43,10%	3,45%

Captação do Investimento Estrangeiro	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	16,67%	66,67%	16,67%
Administração Local	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	21,88%	65,63%	12,50%
Associações Sectoriais e Regionais	22,22%	77,78%	0,00%
Instituições de Ensino e Formação	33,33%	66,67%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	21,43%	69,64%	8,93%

Inovação Tecnológica na Actividade Produtiva	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	33,33%	66,67%	0,00%
Administração Local	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Empresas Privadas	14,71%	26,47%	55,88%	2,94%
Associações Sectoriais e Regionais	11,11%	44,44%	22,22%	22,22%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	33,33%	33,33%	33,33%
IPSS	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Total Geral	10,34%	32,76%	50,00%	6,90%

Inovação Tecnológica na Actividade Produtiva	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	50,00%	50,00%	0,00%
Administração Local	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	40,63%	56,25%	3,13%
Associações Sectoriais e Regionais	44,44%	55,56%	0,00%
Instituições de Ensino e Formação	66,67%	33,33%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	41,07%	57,14%	1,79%

Integração de Novas Tecnologias de Informação	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	16,67%	83,33%	0,00%
Administração Local	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Empresas Privadas	0,00%	29,41%	58,82%	11,76%
Associações Sectoriais e Regionais	11,11%	33,33%	33,33%	22,22%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	0,00%	66,67%	33,33%
IPSS	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	1,72%	24,14%	62,07%	12,07%

Integração de Novas Tecnologias de Informação	Evolução	
Entidades	**1**	**2**
Administração Regional	100,00%	0,00%
Administração Local	50,00%	50,00%
Empresas Privadas	62,50%	37,50%
Associações Sectoriais e Regionais	44,44%	55,56%
Instituições de Ensino e Formação	66,67%	33,33%
IPSS	100,00%	0,00%
Total Geral	64,29%	35,71%

Emprego e Formação

Criação de Novas Empresas	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Administração Local	0,00%	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	6,06%	18,18%	69,70%	6,06%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	44,44%	44,44%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	0,00%	66,67%	33,33%
IPSS	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Total Geral	3,57%	21,43%	67,86%	7,14%

Criação de Novas Empresas	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	66,67%	33,33%	0,00%
Administração Local	75,00%	25,00%	0,00%
Empresas Privadas	54,84%	41,94%	3,23%
Associações Sectoriais e Regionais	55,56%	44,44%	0,00%
Instituições de Ensino e Formação	33,33%	66,67%	0,00%
IPSS	50,00%	50,00%	0,00%
Total Geral	56,36%	41,82%	1,82%

Integração das TIC nas Empresas	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Administração Local	0,00%	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	0,00%	32,26%	61,29%	6,45%
Associações Sectoriais e Regionais	11,11%	33,33%	44,44%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	0,00%	66,67%	33,33%
IPSS	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	1,92%	26,92%	63,46%	7,69%

Integração das TIC nas Empresas	Evolução 2000-2003	
Entidades	**1**	**2**
Administração Regional	100,00%	0,00%
Administração Local	75,00%	25,00%
Empresas Privadas	53,33%	46,67%
Associações Sectoriais e Regionais	44,44%	55,56%
Instituições de Ensino e Formação	66,67%	33,33%
IPSS	0,00%	100,00%
Total Geral	57,69%	42,31%

Qualificação da População Activa no Domínio das TIC	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Administração Local	0,00%	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	6,45%	41,94%	41,94%	9,68%
Associações Sectoriais e Regionais	11,11%	44,44%	33,33%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	33,33%	33,33%	33,33%
IPSS	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	5,77%	36,54%	48,08%	9,62%

Qualificação da População Activa no Domínio das TIC	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	100,00%	0,00%	0,00%
Administração Local	50,00%	50,00%	0,00%
Empresas Privadas	46,67%	50,00%	3,33%
Associações Sectoriais e Regionais	44,44%	55,56%	0,00%
Instituições de Ensino e Formação	100,00%	0,00%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	53,85%	44,23%	1,92%

Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	20,00%	80,00%	0,00%
Administração Local	0,00%	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	2,94%	35,29%	50,00%	11,76%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	55,56%	22,22%	22,22%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	0,00%	33,33%	66,67%
IPSS	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Total Geral	1,75%	35,09%	49,12%	14,04%

Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	83,33%	16,67%	0,00%
Administração Local	75,00%	25,00%	0,00%
Empresas Privadas	53,13%	43,75%	3,13%
Associações Sectoriais e Regionais	33,33%	66,67%	0,00%
Instituições de Ensino e Formação	100,00%	0,00%	0,00%
IPSS	50,00%	50,00%	0,00%
Total Geral	57,14%	41,07%	1,79%

Inserção de Jovens no Mercado de Trabalho	Situação Actual			
Entidades	**1**	**2**	**3**	**4**
Administração Regional	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Administração Local	0,00%	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	6,06%	30,30%	54,55%	9,09%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	33,33%	44,44%	22,22%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	0,00%	75,00%	25,00%
IPSS	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	3,51%	24,56%	61,40%	10,53%

Inserção de Jovens no Mercado de Trabalho	Evolução 2000-2003		
Entidades	**1**	**2**	**3**
Administração Regional	83,33%	16,67%	0,00%
Administração Local	75,00%	25,00%	0,00%
Empresas Privadas	51,61%	35,48%	12,90%
Associações Sectoriais e Regionais	55,56%	44,44%	0,00%
Instituições de Ensino e Formação	25,00%	75,00%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	53,57%	39,29%	7,14%

Desemprego	Situação Actual			
Entidades	1	2	3	4
Administração Regional	0,00%	0,00%	60,00%	40,00%
Administração Local	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Empresas Privadas	16,13%	25,81%	54,84%	3,23%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	44,44%	44,44%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	33,33%	66,67%	0,00%
IPSS	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	9,26%	24,07%	59,26%	7,41%

Desemprego	Evolução 2000-2003		
Entidades	1	2	3
Administração Regional	50,00%	50,00%	0,00%
Administração Local	50,00%	50,00%	0,00%
Empresas Privadas	26,67%	33,33%	40,00%
Associações Sectoriais e Regionais	22,22%	66,67%	11,11%
Instituições de Ensino e Formação	33,33%	66,67%	0,00%
IPSS	0,00%	50,00%	50,00%
Total Geral	29,63%	44,44%	25,93%

Qualificação (escolar e profissional) dos Activos	Situação Actual			
Entidades	1	2	3	4
Administração Regional	0,00%	20,00%	80,00%	0,00%
Administração Local	0,00%	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	2,94%	32,35%	58,82%	5,88%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	33,33%	44,44%	22,22%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	0,00%	66,67%	33,33%
IPSS	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	1,75%	28,07%	61,40%	8,77%

Qualificação (escolar e profissional) dos Activos	Evolução 2000-2003	
Entidades	1	2
Administração Regional	83,33%	16,67%
Administração Local	50,00%	50,00%
Empresas Privadas	60,00%	40,00%
Associações Sectoriais e Regionais	44,44%	55,56%
Instituições de Ensino e Formação	100,00%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%
Total Geral	59,26%	40,74%

Relação Formação/Necessidades das Empresas	Situação Actual			
Entidades	1	2	3	4
Administração Regional	0,00%	20,00%	80,00%	0,00%
Administração Local	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Empresas Privadas	2,94%	44,12%	47,06%	5,88%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	44,44%	33,33%	22,22%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	33,33%	33,33%	33,33%
IPSS	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Total Geral	1,75%	42,11%	47,37%	8,77%

Relação Formação/Necessidades das Empresas	Evolução 2000-2003		
Entidades	1	2	3
Administração Regional	100,00%	0,00%	0,00%
Administração Local	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	43,75%	46,88%	9,38%
Associações Sectoriais e Regionais	22,22%	77,78%	0,00%
Instituições de Ensino e Formação	66,67%	33,33%	0,00%
IPSS	50,00%	50,00%	0,00%
Total Geral	46,43%	48,21%	5,36%

Inserção Sócio-Profissional de Grupos Desfavorecidos	Situação Actual			
Entidades	1	2	3	4
Administração Regional	0,00%	20,00%	80,00%	0,00%
Administração Local	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Empresas Privadas	3,03%	54,55%	36,36%	6,06%
Associações Sectoriais e Regionais	0,00%	66,67%	11,11%	22,22%
Instituições de Ensino e Formação	0,00%	33,33%	33,33%	33,33%
IPSS	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%
Total Geral	1,79%	51,79%	37,50%	8,93%

Inserção Sócio-Profissional de Grupos Desfavorecidos	Evolução 2000-2003		
Entidades	1	2	3
Administração Regional	83,33%	16,67%	0,00%
Administração Local	25,00%	75,00%	0,00%
Empresas Privadas	38,71%	54,84%	6,45%
Associações Sectoriais e Regionais	22,22%	77,78%	0,00%
Instituições de Ensino e Formação	66,67%	33,33%	0,00%
IPSS	0,00%	100,00%	0,00%
Total Geral	40,00%	56,36%	3,64%

II Parte – Processo de Candidaturas e Execução de Projectos

1. Acesso a informação sobre o POPRAM III e o processo de candidatura

	(%)
Publicações e material de divulgação elaborado pelo IFC	7,3
Via *internet*, por consulta do sítio do IFC	0,9
Via *internet*, por consulta de outros sítios informativos	3,6
Sessões públicas de divulgação do Governo Regional	11,8
Contacto directo com gestores dos Fundos Estruturais	16,4
Comunicação Social	16,4
Associação Empresarial	10,9
Empresa de Consultoria	7,3
Apoio anterior (POPRAM II)	8,2
Outra Fonte de Informação	17,3
	100

2. Motivações para apresentação da (s) candidatura (s)

	(%)
Necessidade de completar/continuar investimentos já realizados no âmbito do QCA I e/ou QCA II	34,5
Aproveitamento de um forte conhecimento dos mecanismos e investimentos financeiros de apoio comunitário	22,6
Grande capacidade técnica e de resposta do executor na apresentação de candidaturas	10,7
Efeito da publicidade e das acções de divulgação de informação sobre o POPRAM III	16,7
Efeito do contacto directo com os gestores das Componentes do POPRAM III	15,5
	100

3. Dificuldades habituais na preparação e aprovação de candidaturas

Sim: 46,9%

Se sim, quais as principais razões?

	(%)
Insuficiência de informação sobre o POPRAM III	12,5
Capacidade técnica do executor	5,4
Capacidade financeira do executor	8,9
Complexidade dos formulários	17,9
Prazos de entrega demasiado curtos	7,1
Dificuldade de enquadramento nos objectivos das Medidas do POPRAM III	10,7
Lentidão das rotinas processuais	35,7
Outra	1,8
	100

4. Assistência Técnica Habitual das Candidaturas

	(%)
Inst. Gestão de Fundos Comunitários	41,4
Outras Entidades Públicas Regionais	18,6
Câmara Municipal	4,3
Associação/Núcleo empresarial	8,6
Empresas de consultoria	20,0
GATAL	2,9
Outro	4,3
	100

5. Dificuldades habituais de execução dos projectos

Sim: 40,6%

Se sim, quais as principais razões?

	(%)
Processos de expropriação	9,8
Aquisição de terrenos	7,8
Problemas com os empreiteiros	5,9
Questões processuais relativas ao visto do Tribunal de Contas	5,9
Questões processuais relativas à complexidade do concurso público	7,8
Desajustes técnicos dos projectos face à realidade da obra	3,9
Capacidade financeira do executor	25,5
Capacidade técnica do executor	9,8
Menor interesse do executor face às eventuais mudanças contextuais	5,9
Menor interesse do executor face às reformulações na candidatura a que foi obrigado	15,7
Outros	2,0
	100

6. Controlos habituais na execução dos projectos

Sim: 53,1%

Em caso afirmativo, através de que entidades?

	(%)
IGFC – Gabinete de Gestão do POPRAM III	47,7
DGDR – Direcção Geral do Desenvolvimento Regional	0,0
IGFSE – Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu	27,3
IGA – Inspecção-Geral de Auditoria do Ministério da Agricultura	2,3
IGF – Inspecção-Geral de Finanças	4,5
IGAT – Inspecção-Geral da Administração do Território	2,3
Tribunal de Contas Nacional	6,8
Tribunal de Contas Europeu	2,3
Outras	6,8
	100

7. Meios a que recorreu para auto-financiamento do projecto (s)

	(%)
Capital próprio	48,6
Venda de bens	2,9
Empréstimo bancário	34,3
Outro meio	14,3
	100

8. Que apreciação global faz do Gabinete de Gestão do POPRAM III (IFC)?

1 – pior
4 – melhor

	1	2	3	4
Prestação de informações aos executores	2,04%	10,20%	57,14%	30,61%
Capacidade de relacionamento com o exterior	2,04%	14,29%	55,10%	28,57%
Conhecimento técnico da área da candidatura	0,00%	8,16%	59,18%	32,65%
Apoio na elaboração/reformulação das candidaturas	0,00%	8,51%	55,32%	36,17%
Correcção na aplicação dos critérios de apreciação/decisão	0,00%	4,26%	63,83%	31,91%
Rapidez na análise dos processos	0,00%	38,78%	38,78%	22,45%
Rapidez no cumprimento dos compromissos financeiros	8,33%	25,00%	52,08%	14,58%
Qualidade do acompanhamento da execução do projecto	0,00%	8,51%	68,09%	23,40%
Desempenho global	0,00%	5,88%	72,55%	21,57%

13. CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE INDICADORES DE OBJECTIVO – POPRAM III

Eixo/ Medida	Designação	Conceito	Nível de Actualização	Métodos de Verificação da Execução Física	Fontes			
							Execução do PO	
					Estatística	Actos Administrativos	Estruturas Internas	Entidades Externas
Realização Física								
Eixo1 1.1	Remodelação/ampliação de portos de recreio/marinas (n.º)	a)	Semestral	b)	-	-	SIGNO V7	-
	Intervenções em Planos de Praia (n.º)		Semestral		-	-		-
	Praias valorizadas (n.º)		Semestral		-	-		-
	Recuperação de edifícios/monumentos históricos (n.º)		Semestral		-	-		-
	Equipamentos culturais criados (n.º)		Semestral		-	-		-
	Valorização do património histórico (n.º)		Semestral		-	-		-
	N.º de acções de promoção turística (para a diversificação de mercados)		Semestral		-	-		-
	N.º de acções de animação turística apoiadas		Semestral		-	-		-
Eixo1 1.2	N.º de *web sites* criados	a)	Semestral	b)	-	-	SIGNO V7	-
	N.º de espaços públicos com acesso à *internet* criados		Semestral		-	-		-
	N.º de Centros de Apoio à Criação de Empresas instalados		Semestral		-	-		-
	N.º de projectos-piloto apoiados		Semestral		-	-		-
	N.º de acções de sensibilização/*workshops*/demonstração/ feiras tecnológicas		Semestral		-	-		-
	N.º de projectos-piloto de internacionalização		Semestral		-	-		-
	N.º de missões empresariais – participação		Semestral		-	-		-
Eixo1 1.3	Rede viária regional construída (km)	a)	Semestral	b)	-	-	SIGNO V7	-
	N.º de portos construídos		Semestral		-	-		-
	N.º de gares marítimas construídas		Semestral		-	-		-
	N.º de unidades de embarque/desembarque instaladas		Semestral		-	-		-
Eixo1 1.4	N.º de Sistemas de Informação Geográfica implementados	a)	Semestral	b)	-	-	SIGNO V7	-
	Instalação/reconversão de estruturas de monitorização (nº)		Semestral		-	-		-
	N.º de campanhas de sensibilização ambiental realizadas		Semestral		-	-		-
	N.º de zonas urbanas degradadas do ponto de vista ambiental recuperadas/reconvertidas		Semestral		-	-		-
	N.º de pequenos portos beneficiados/ampliados		Semestral		-	-		-
	N.º de linhas de água (ribeiras) objecto de acções de correcção torrencial		Semestral		-	-		-
	N.º de contentores/recipientes (incluindo os dos ecopontos) adquiridos/instalados		Semestral		-	-		-
	N.º de equipamentos de recolha de resíduos adquiridos		Semestral		-	-		-
	N.º de ETAR's construídas		Semestral		-	-		-
	N.º de ETAR's remodeladas/ampliadas		Semestral		-	-		-
	Construção de redes de drenagem de águas residuais (m)		Semestral		-	-		-
	Redes de drenagem águas residuais remodeladas/ampliadas (km)		Semestral		-	-		-
	N.º de ETA's construídas		Semestral		-	-		-
	Redes de distribuição de água construídas (km)		Semestral		-	-		-
	Redes de distribuição de água remodeladas/ampliadas (km)		Semestral		-	-		-

Eixo/ Medida	Designação	Conceito	Nível de Actualização	Métodos de Verificação da Execução Física	Fontes			
							Execução do PO	
					Estatística	Actos Administrativos	Estruturas Internas	Entidades Externas
Realização Física								
Eixo1 1.5	N.º de jovens fora do sistema de ensino que frequentaram acções de formação	a)	Semestral	Relatórios de Execução	-	-	-	SIDRFP-FSE
	N.º de projectos/acções apoiados		Semestral		-	-	-	
	N.º de jovens dentro do sistema de ensino que frequentaram acções de formação		Semestral		-	-	-	
	N.º de projectos/acções apoiados		Semestral		-	-	-	
	N.º de activos empregados que frequentaram acções de formação: Funcionários públicos		Semestral		-	-	-	
	N.º de activos empregados que frequentaram acções de formação: Outros activos distribuídos por sectores		Semestral		-	-	-	
	N.º de acções/projectos		Semestral		-	-	-	
	N.º de formandos abrangidos no âmbito da inovação, ciência e tecnologia		Semestral	Relatórios de Execução	-	-	-	SIDRFP-FSE
	N.º de projectos/acções apoiados		Semestral		-	-	-	
	N.º de horas de formação		Semestral		-	-	-	
	N.º de indivíduos com dificuldades de inserção abrangidos	a)	Semestral	Relatórios de Execução	-	-	-	
	N.º de acções/projectos apoiados		Semestral		-	-	-	
	N.º de indivíduos que frequentaram acções de formação: Professores		Semestral		-	-	-	SIDRFP-FSE
	N.º de indivíduos que frequentaram acções de formação: Formadores		Semestral		-	-	-	
	N.º de projectos/acções apoiados		Semestral		-	-	-	
	N.º de projectos apoiados		Semestral		-	-	-	
	N.º de adultos desempregados que frequentaram acções de formação		Semestral		-	-	-	
	N.º de projectos/acções apoiados		Semestral		-	-	-	
	N.º de jovens envolvidos		Semestral		-	-	-	
	N.º de postos de trabalho criados (directos)		Semestral		-	-	-	
	N.º de UNIVA criadas		Semestral		-	-	-	SIDRFP-FSE e SI-IRE
	N.º de adultos envolvidos		Semestral		-	-	-	
	N.º de postos de trabalho criados (directos)		Semestral		-	-	-	
	N.º de clubes de emprego criados		Semestral		-	-	-	
	N.º de beneficiários envolvidos		Semestral		-	-	-	
	N.º de postos de trabalho criados		Semestral		-	-	-	
	N.º de beneficiários envolvidos		Semestral		-	-	-	
	N.º de postos de trabalho criados		Semestral		-	-	-	
Eixo2 1.1	N.º de jovens agricultores, 1ª instalação		Anual	Execução Financeira	-	-	-	SRA/ IFADAP
	N.º de jovens agricultores, 1ª instalação (Mulheres)		Anual		-	-	-	SRA/ IFADAP
	N.º de projectos de investimento apoiados visando a modernização produtiva		Anual		-	-	-	SRA/ IFADAP
	N.º de projectos de investimento visando novos produtos		Anual		-	-	-	SRA/ IFADAP
	N.º de explorações beneficiadas		Anual		-	-	-	SRA/ IFADAP
	Caminhos novos e melhorados – extensão (km)		Anual	Visita projecto	-	-	-	SRA/ IFADAP

Eixo/ Medida	Designação	Conceito	Nível de Actualização	Métodos de Verificação da Execução Física	Fontes			
					Estatística	Actos Administrativos	Execução do PO	
							Estruturas Internas	Entidades Externas
Realização Física								
Eixo 2 1.1	N.º de ensaios de demonstração		Anual	Relatórios de Execução	-	-	-	SRA/ IFADAP
	Percentagem de entidades certificadas/acreditadas		Anual		-	-	-	SRA/ IFADAP
	N.º de serviços de gestão de empresas agrícolas e de serviços produtivos comuns apoiados		Anual		-	-	-	SRA/ IFADAP
	N.º de agricultores beneficiados		Anual		-	-	-	SRA/ IFADAP
	Área florestal intervencionada (ha)		Anual	Execução Financeira	-	-	-	SRA/ IFADAP
	N.º de Planos Globais de Prevenção		Anual		-	-	-	SRA/ IFADAP
	N.º de Projectos Globais de Intervenção de recuperação e valorização do património associado às actividades agrícolas		Anual	Execução Financeira e física	-	-	-	SRA/ IFADAP
	N.º de projectos de preservação e valorização da paisagem		Anual		-	-	-	SRA/ IFADAP
	Projectos visando a reposição do potencial produtivo (em % das explorações afectadas)		Anual	Execução Financeira Estimada	-	-	-	SRA/ IFADAP
	N.º de projectos visando a participação em fundos ou sociedades de capital de risco ou de investimentos		Anual	Nº de projectos aprovados	-	-	-	SRA/ IFADAP
	N.º de projectos visando o desenvolvimento de Fundos ou Sociedades de Garantia Mútua		Anual		-	-	-	SRA/ IFADAP
Eixo 2 2.2	Embarcações retiradas (TAB)	Tonelagem de arqueação bruta das embarcações retiradas da frota através de demolição, transferência para país terceiro/afectação a outros fins ou de constituição de sociedades mistas	Semestral	Cancelamento do registo da embarcação na Capitania do Porto do Funchal (Funcionário da Capitania assiste ao acto). Documento (ofício) da Capitania do Porto do Funchal	-	-	-	SIGEF/ SI2P
	Embarcações retiradas (GT)	Arqueação das embarcações retiradas da frota através de demolição, transferência para país terceiro/afectação a outros fins ou de constituição de sociedades mistas (*Gross Tons*).	Semestral		-	-	-	

Eixo / Medida	Designação	Conceito	Nível de Actualização	Métodos de Verificação da Execução Física	Fontes			
							Execução do PO	
					Estatística	Actos Administrativos	Estruturas Internas	Entidades Externas
Realização Física								
Eixo2 2.2	Embarcações retiradas (KW)	Potência das embarcações retiradas da frota através de demolição, transferência para país terceiro/afectação a outros fins ou de constituição de sociedades mistas (*Kilowatts*).	Semestral		-	-	-	
	Embarcações construídas (GT)	Arqueação das embarcações construídas (*Gross Tons*).	Semestral	Vistorias aos estaleiros. IMP/Capitanias	-	-	-	SIGEF/SI2P
	Embarcações construídas (KW)	Potência das embarcações construídas (*Kilowatts*).	Semestral		-	-	-	
	Embarcações modernizadas							
	D GT	Aumento da arqueação de uma embarcação decorrente da modernização da embarcação.	Semestral		-	-	-	
	D KW	Aumento da potência de uma embarcação decorrente da modernização da embarcação	Semestral		-	-	-	
	Aumento da produção aquícola *off-shore* (ton / ano)	a)	Semestral	Relatórios anuais apresentados pelos aquicul-tores	-	-	-	SIGEF/SI2P
	Aumento da capacidade de transformação (ton/ ano)		Semestral	Licenciamento da actividade industrial. DR Pescas	-	-	-	
	Aumento da capacidade de congelação (ton/dia)		Semestral		-	-	-	
	Aumento da capacidade de armazenagem frigorífica (ton)		Semestral		-	-	-	
Eixo2 2.3	N.º de pequenas e micro-empresas existentes apoiadas	a)	Semestral	b)	-	-	SIGNO V7[(c)]	-
	N.º de pequenas e micro-empresas criadas		Semestral		-	-		-
	Instrumentos complementares de apoio financeiro à actividade produtiva				-	-		-
	Sociedade de Garantia Mútua		Semestral		-	-		-
	Sociedade Financeira		Semestral		-	-		-
	Projectos de cooperação empresarial apoiados (n.º)		Semestral		-	-		-
	Área total (m^2) infra-estruturada para acolhimento empresarial: novos parques de actividades económicas		Semestral		-	-		-
	N.º de infra-estruturas de apoio à actividade económica construídas: novos parques de actividades económicas		Semestral		-	-		-
	Km de rede de transporte de energia eléctrica instalada				-	-		-
	Rede de linhas 60 KV		Semestral		-	-		-
	Rede de linhas 30 KV		Semestral		-	-		-
	N.º de subestações construídas		Semestral		-	-		-

Eixo / Medida	Designação	Conceito	Nível de Actualização	Métodos de Verificação da Execução Física	Fontes			
							Execução do PO	
					Estatística	Actos Administrativos	Estruturas Internas	Entidades Externas
Realização Física								
Eixo2-2.4	Rede viária municipal construída (km)	a)	Semestral	b)	-	-	SIGNO V7	-
	Rede viária regional construída (km)		Semestral		-	-		-
	Rede viária urbana construída (km)		Semestral		-	-		-
	Rede viária urbana beneficiada (km)		Semestral		-	-		-
	Rede viária municipal construída (km)		Semestral		-	-		-
	Rede viária regional construída (km)		Semestral		-	-		-
	Rede viária urbana construída (km)		Semestral		-	-		-
	Rede viária municipal beneficiada (km)		Semestral		-	-		-
Eixo2-2.5	N.º de escolas do ensino básico construídas	a)	Semestral	b)	-	-	SIGNO V7	-
	N.º de escolas do ensino secundário construídas		Semestral		-	-		-
	N.º de zonas habitacionais reabilitadas		Semestral		-	-		-
	Área de habitação social infra-estruturada (m^2)		Semestral		-	-		-
	Área bruta de equipamentos de apoio social criada (m^2)		Semestral		-	-		-
	N.º de estruturas de saúde pública construídas		Semestral		-	-		-
	N.º de estruturas hospitalares readaptadas		Semestral		-	-		-
Eixo2-2.6	Rede viária municipal beneficiada (km)	a)	Semestral	b)	-	-	SIGNO V7	-
	Rede viária regional beneficiada (km)		Semestral		-	-		-
	Rede viária regional construída (km)		Semestral		-	-		-
	N.º de portos remodelados/ampliados		Semestral		-	-		-
	N.º de acções de lançamento de serviços de apoio às empresas		Semestral		-	-		-
	N.º de infra-estruturas de apoio à actividade económica construídas: parques de actividades económicas		Semestral		-	-		-
	N.º de projectos apoiados		Semestral		-	-		-

Notas:

a) Não apresenta dificuldades aparentes de identificação em termos de designação do indicador

b) A verificação da execução física é feita através das acções de acompanhamento feitas pela DPR – Divisão de Programas Regionais, para todas as medidas. Segundo os critérios de selecção de projectos a serem alvo de acompanhamento definidos no Manual de Procedimentos do Acompanhamento de Projectos FEDER, tenta-se incluir nos Planos Trimestrais de Acompanhamento pelo menos um projecto por medida FEDER. Relativamente ao tipo de verificação física efectuada, é de facto uma verificação de carácter geral no que respeita aos projectos de natureza infraestrutural e uma verificação por amostragem no caso de se tratar de projectos de outra natureza, nomeadamente aquisição de equipamentos e/ou serviços. Em termos de articulação entre a informação prestada pelo executor e aquilo que é constatado no terreno ou nas instalações das entidades beneficiárias, podem ser retiradas determinadas conclusões sobre a coerência das informações prestadas, principalmente quando se trata de projectos de empreitada e projectos de menor dimensão em termos físicos.
Finalmente é de referir que todas as acções de acompanhamento que fazemos são objecto de relatório, no qual se inclui informações relativas à verificação física efectuada ao projecto, sempre que esta faz parte dos objectivos da acção de acompanhamento (o que nem sempre acontece), pois há casos onde a acção incide sobretudo na verificação de uma situação específica ou apenas na verificação do dossier financeiro da candidatura ou ainda apenas na verificação do cumprimento de formalidades de carácter geral no que respeita a projectos co-financiados pelo FEDER.

c) A Medida 2.3 engloba os projectos SIPPE, mas como há mensalmente uma exportação de dados, o Signo V7 acaba por produzir esta informação.

Eixo/ Medida	Designação	Conceito	Nível de Actualização	Métodos de Verificação da Execução Física	Fontes			
					Estatística	Actos Administrativos	Execução do PO	
							Estruturas Internas	Entidades Externas
Resultado								
Eixo1-1.1	Hóspedes entrados/ano	-	anual	na	INE/DRE – Indicadores de Actividade Económica (Turismo)			-
	VAB gerado pelas actividades mais directamente ligadas ao turismo (hotelaria, restauração, agências de viagens e turismo e aluguer de automóveis sem condutor)	a)	anual	na	Indicador derivado das Contas Regionais (SEC95), INE/DRE			-
	Pessoal remunerado na hotelaria (n.º)	-	anual	na	INE/DRE – Indicadores de Actividade Económica (Turismo)			-
	Taxas de ocupação na hotelaria (manutenção)	-	anual	na				-
	Estadia média por visitante (dias)	-	anual	na				-
Eixo1-1.2	Aumento da taxa de penetração, relativamente ao uso das tecnologias da informação por parte das famílias madeirenses	a)	anual	na				
	Percentagem de agregados familiares com PC's	-	anual	na	INE – Inquérito ao Conforto das Famílias			
	N.º de postos de trabalho criados a partir de projectos ligados à Sociedade da Informação	a)	anual	na				
	Aumento do valor das despesas de I&D no sector empresas	-	anual	na	OCT – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional			-
	Pessoal total em I&D no sector empresas (ETI)	-	anual	na				-
	N.º de investigadores (ETI) em permilagem da população activa	-	anual	na				-
	N.º de empresas que iniciaram a actividade exportadora	a)	anual	na	-			Direcção de Comércio e Indústria
Eixo1-1.3	Redução do tempo de circulação entre Machico e Caniçal	a)	anual	na	-			Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes
	Aumento da velocidade média de circulação entre Machico e Caniçal (km/h)	a)	anual	na	-			
	Aumento do tráfego de cruzeiros no Porto do Funchal N.º de Escalas N.º de Passageiros	-	anual	na	-			Portos da RAM, S.A.
	Aumento do tráfego de passageiros inter-ilhas N.º de passageiros embarcados/desembarcados	-	anual	na	-			
Eixo1-1.4	Aumento da % de população servida por sistemas de recolha de resíduos sólidos urbanos	a)	anual	na	-			Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais (SRARN)
	Aumento da taxa global de reciclagem de resíduos sólidos urbanos	a)	anual	na	-			
	Aumento da % de população servida por sistemas de recolha e tratamento de efluentes	a)	anual	na	-			
	Aumento da % de população servida por abastecimento de água	a)	anual	na	-			

Eixo/ Medida	Designação	Conceito	Nível de Actualização	Métodos de Verificação da Execução Física	Fontes			
					Estatística	Actos Administrativos	Execução do PO: Estruturas Internas	Execução do PO: Entidades Externas
Eixo1-1.5	Participação de activos empregados em processos de formação profissional	-	anual	na	-			Direcção Regional de Formação Profissional
	Aumento do grau de qualificação da população activa (% TPCO)	Trabalhadores por conta de outrem (em categorias de qualificado ou superiores)	anual	na	SRRH/Direcção Regional do Trabalho – Quadros de Pessoal			-
	Aumento da percentagem de alunos do ensino secundário a frequentar cursos tecnológicos e profissionais	-	anual	na	-			Direcção Regional de Planeamento e Recursos Educativos e Direcção Regional de Formação Profissional
	Aumento do número de formadores devidamente certificados	-	anual	na	-			Direcção Regional de Formação Profissional
	Aumento do número de entidades acreditadas nos vários domínios de intervenção	-	anual	na	-			
	Projectos de apoio à produção de recursos e materiais didácticos para a formação (n.º de projectos)	-	anual	na	-			
	Aumento do número de serviços de apoio à inserção/reinserção na vida activa de jovens, adultos desempregados e mulheres, bem como ao desenvolvimento local do emprego: N.º de UNIVA	-	anual	na	-			Instituto Regional de Emprego
	Aumento do número de serviços de apoio à inserção/reinserção na vida activa de jovens, adultos desempregados e mulheres, bem como ao desenvolvimento local do emprego: N.º de Clubes de Emprego	-	anual	na	-			
	N.º de formandos abrangidos	-	anual	na	-			Direcção Regional de Formação Profissional
Eixo2-2.1	Criação de empregos bruto	Variação UTA nas explorações apoiadas	anual	na	-			Direcção Regional de Agricultura
	Evolução da população rural, relativamente à população residente (manutenção)	Variação População RAM excepto Funchal	anual	na	INE – Estatísticas Demográficas			-
	N.º de explorações agrícolas	-	trienal	na	INE – Inquérito às Estruturas das Explorações Agrícolas			-
Eixo2-2.2	Volume de Pescado (mil toneladas) Total Tunídeos	- -	anual anual	na na	DRE, Indicadores de Actividades Económicas – Avicultura, Pecuária e Pescas			-
	Capacidade de transformação (ton. / ano)	Capacidade existente em unidades industriais de transformar o processo de laboração de matéria-prima	anual	na	-			Direcção Regional de Pescas
	Processamento de pescado (ton. / dia)	-	anual	na				
	Capacidade armazenag. frigorífica (ton.)	-	anual	na				
	Capacidade de congelação (ton. / dia)	-	anual	na				
	Produção aquícola (ton /ano)	-	anual	na				

Eixo/ Medida	Designação	Conceito	Nível de Actualização	Métodos de Verificação da Execução Física	Fontes			
							Execução do PO	
					Estatística	Actos Administrativos	Estruturas Internas	Entidades Externas
Eixo2-2.3	N.º de empregos (ETI) brutos criados (pequenas e micro-empresas)	a)	anual	na	-			Instituto de Desenvolvimento Empresarial
	N.º de empresas que alargaram a exportação a novos mercados	a)	anual	na	-			Direcção Regional Comércio e Indústria
	N.º de empresas apoiadas, visando a URE	a)	anual	na	-			Direcção Regional Comércio e Indústria
	N.º de empresas apoiadas para o desenvolvimento de projectos em sectores de forte inovação e/ou crescimento	a)	anual	na	-			
	N.º de empresas a instalar nos parques de actividades económicas	a)	anual	na	-			Madeira Parques, S.A.
	N.º de postos de trabalho associados aos parques de actividades económicas	a)	anual	na	-			
Eixo2-2.4	Redução do tempo de percurso no atravessamento da Ilha da Madeira	a)	anual	na	-			Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais (SRARN)
	Ribeira Brava – São Vicente (%)							
	Machico – Faial (%)							
	Tempo de percurso no atravessamento da Ilha da Madeira	a)	anual	na	-			
	Ribeira Brava – São Vicente (min)							
	Machico – Faial (min)							
Eixo2-2.5	Aumento da taxa de cobertura da educação pré-escolar	a)	anual	na	-			Direcção Regional de Planeamento e Recursos Educativos
	Generalização da frequência da Escola a Tempo Inteiro (ETI) no 1º ciclo do Ensino Básico	a)	anual	na	-			
	Aumento da percentagem de alunos do ensino secundário a frequentar cursos tecnológicos e profissionais	a)	anual	na	-			
	Percentagem de alunos que estando nove anos no sistema de ensino, não completam o 9º ano de escolaridade	a)	anual	na	-			
	Assegurar a frequência do 13º ano profissionalizante por alunos do ensino secundário (v. ensino)	a)	anual	na	-			
	N.º de alunos por posto de trabalho e de acesso a redes informáticas	a)	anual	na	-			
	Redução da taxa de mortalidade infantil	-	anual	na	DRE – Estatísticas da Saúde			-
	Aumento da percentagem de população inscrita nos Centros de Saúde relativamente à população da sua área de influência	a)	anual	na				
	N.º de famílias beneficiadas por acções de inserção e apoio social	a)	anual	na	-			Secretaria Regional dos Assuntos Sociais
Eixo2-2.6	Crescimento do alojamento hoteleiro (nº de camas)	-	anual	na	INE/DRE – Indicadores de Actividade Económica (Turismo)			-
	Empregos brutos/líquidos criados	a)	anual	na	-			Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo
	Aumento da taxa de ocupação média na época baixa	a)	anual	na	INE/DRE – Indicadores de Actividade Económica (Turismo)			-
	Redução da sazonalidade	a)	anual	na				
	Empresas a instalar no Parque Industrial (n.º)	a)	anual	na	-			Madeira Parques, S.A.

a) Ver documento de trabalho "Indicadores de Acompanhamento – Metodologia de Base"

Informação a confirmar

14. DOCUMENTO ESPECÍFICO FEOGA

Questões Comuns de Avaliação

As dificuldades sentidas no arranque inicial do Programa, devidas principalmente ao atraso na regulamentação das diferentes acções e sub-acções, levaram a que o ritmo de candidaturas, aprovadas apenas em 2002, atingisse um nível satisfatório. Dificuldades processuais, nomeadamente ao nível da aprovação e contratação e pagamento, têm igualmente atrasado o ritmo de execução das diferentes acções. Esta execução encontra-se a níveis bastante baixos, no final de 2002, sendo, por consequência, reduzidos os efeitos dos projectos.

Os indicadores de avaliação apresentados resultam de uma base de dados disponibilizada à Equipa de Avaliação pelo IFC.

ACÇÃO	QUESTÕES COMUNS	INDICADORES						COMENTÁRIO
Investimentos nas explorações agrícolas								
2.1.1	I.1. Em que medida é que os investimentos apoiados contribuíram para um aumento do rendimento dos agricultores beneficiários?	I.1-1.1. "Rendimento agrícola bruto" das explorações apoiadas (€).	VAB cf	Situação Sem Projecto		Situação Com Projecto		Embora se tratem de dados provisionais dos projectos, é nítido o contributo da Acção para a melhoria do rendimento das explorações que, em média triplicará. Dominam os investimentos em horticultura (sector em que o acréscimo de rendimento é mais elevado) e ainda em fruticultura e viticultura. O aumento da receita bruta por hectare (duplica) e por hora de trabalho (cresce 50%) confirma a importância da Acção nas explorações que dela beneficiaram. Será, no entanto, necessário dispor dos dados reais pós-projecto para determinar o verdadeiro impacto da aplicação da Acção.
				Global	Média Por Exploração	Global	Média Por Exploração	
				1.132.331,17€	6.780,43€	3.377.122,99€	20.222,29€	
2.1.1	I.2. Em que medida é que os investimentos apoiados contribuíram para uma melhor utilização dos factores de produção nas explorações?	I.2-1.1. Produção por hectare nas explorações apoiadas (€/ha).	Receita Bruta por hectare	Situação Sem Projecto		Situação Com Projecto		
				15.932,88€		33.228,18€		
		I.2-1.2. Produção por hora de trabalho nas explorações apoiadas (€/h).	Receita Bruta por hora de trabalho	Situação Sem Projecto		Situação Com Projecto		
				9,74€		14,83€		
2.1.1	I.3. Em que medida é que os investimentos apoiados contribuíram para uma reorientação das actividades agrícolas?	I.3-2.1. Número de explorações apoiadas que iniciaram actividades alternativas.	n.d.					
2.1.1	I.4. Em que medida é que os investimentos apoiados melhoraram a qualidade dos produtos agrícolas?	I.4-2.1. Percentagem de produtos apoiados vendidos com rótulo de qualidade (%): (a) no âmbito de sistemas de rotulagem a nível comunitário; (b) no âmbito de sistemas de rotulagem a nível nacional; (c) no âmbito de outros sistemas de rotulagem.	n.d.					
2.1.1	I.6. Em que medida é que os investimentos apoiados contribuíram para a prática de uma agricultura inócua para o ambiente?	I.6-1.1. Percentagem de explorações beneficiárias que introduziram melhorias ambientais graças ao co-financiamento (%): (a) em que a melhoria ambiental era a finalidade directa do investimento; (b) em que a melhoria foi um efeito colateral (por exemplo. devido à aquisição de novo equipamento. com objectivos económicos); (c) em que a melhoria se relacionava com os resíduos e o excesso de estrume (%); (d) em que a melhoria se relacionava com a gestão da água na exploração; (e) em que a melhoria se relacionava com (outras) práticas ou sistemas agrícolas inócuos para o ambiente.	a) 0; b) n.d.; c) n.d.; d) n.d.					Apesar da não disponibilidade de dados sobre melhorias ambientais estimuladas pela Acção (sabe-se apenas que não houve projectos exclusivamente ambientais), é de realçar o facto de que o cumprimento de critérios ambientais está subjacente à atribuição de apoios de vários tipos às explorações agrícolas, pelo que se pode assumir que existe um cumprimento mínimo de normas ambientais por parte das explorações beneficiárias da Acção.
		I.6-2.3. Percentagem das explorações apoiadas que cumprem as normas relativas ao estrume (%).	n.d.					

ACÇÃO	QUESTÕES COMUNS	INDICADORES			COMENTÁRIO
Investimentos nas explorações agrícolas					
2.1.1	I.7. Em que medida é que os investimentos melhoraram a qualidade do processo de produção, nomeadamente melhorando as condições de trabalho e o bem-estar dos animais?	I.7-2.1. Percentagem de animais das explorações apoiadas cujas condições de bem-estar melhoraram graças aos investimentos apoiados (%): (a) investimentos cuja finalidade directa era o bem-estar dos animais; (b) investimentos em que o bem-estar dos animais foi um efeito colateral (por exemplo: devido à construção de novas instalações ou à aquisição de novo equipamento por outras razões); (c) investimentos relacionados com as normas de protecção dos animais; (d) investimentos relacionados com as normas comunitárias de protecção dos animais.		n.d.	Dos 167 projectos sobre os quais foram disponibilizados indicadores, apenas 2 incidiam principalmente sobre actividades animais. Pode-se assim inferir que a Acção não contribuiu significativamente para a melhoria das condições de bem-estar animal.
Instalação de jovens agricultores					
2.1.1	II.1. Em que medida é que a ajuda à instalação cobriu os custos inerentes à mesma?	Rácio {ajuda à instalação} / {custos efectivos inerentes à instalação}.	Ajuda à Instalação = 425.000,00 €; Investimento Elegível Aprovado = 2.367.270,94 €; Rácio = 18% (dados iniciais; Ajuda à Instalação = 450.000,00 €; Investimento Elegível Aprovado = 1.768.118,77 €; Rácio = 25,45% (dados Junho 2003).		De acordo com os cálculos efectuados para os beneficiários, simultaneamente de projectos de investimento e de apoio à 1ª instalação, esta constituiu cerca 25% dos custos totais de investimento. O que pode ser considerado muito relevante, mesmo considerando este valor como meramente indicativo da cobertura dos custos efectivos de instalação, para os quais não há informação, uma vez que o investimento associado a cada projecto é bastante diferenciado.
2.1.1	II.2. Em que medida é que a ajuda à instalação contribuiu para que a cessão das explorações fosse antecipada?	Idade média dos cessionários na cessão apoiada.	A cessação de actividade (PDRu) tem tido adesão nula.		Estes indicadores permitem constatar a inexistência de um efeito positivo entre as duas medidas de política. De facto, a relativamente pequena adesão ao apoio à 1ª instalação é insuficiente para estimular reformas antecipadas a ela associadas.
		Idade média dos cedentes na cessão apoiada.	"		
2.1.1	II.2.A Em que medida é que a ajuda à instalação contribuiu para que a cessão das explorações fosse antecipada (a favor de parentes/de estranhos), nomeadamente, em que medida as sinergias com a ajuda à reforma antecipada foram significativas, contribuindo para que a cessão fosse antecipada?	Rácio {número de beneficiários da ajuda à instalação que substituíram beneficiários da ajuda à reforma antecipada} / {número total de cessões de explorações nesse período}.	"		
		Rácio {idade média dos cessionários apoiados (jovens agricultores que receberam a ajuda à instalação) que substituíram os cedentes apoiados} / {idade média de todos os jovens agricultores que receberam a ajuda à instalação}.	"		
2.1.1	II.3. Em que medida é que a ajuda influenciou o número de jovens agricultores de ambos os sexos a iniciarem a sua actividade?	Número de jovens agricultores cuja instalação foi apoiada (por sexo).	17 Jovens Agricultores: 9 Mulheres e 8 Homens (dados iniciais); 26 Jovens Agricultores: 9 Mulheres e 17 Homens (dados Junho 2003)		Os dados apontam para uma boa distribuição entre os sexos até final de 2002. Em 2003 todos os beneficiários foram homens, passando as mulheres a representar cerca de um terço, o que, no entanto se pode considerar ainda assim positivo. Até final de 2002 os projectos concentraram-se maioritariamente na actividade hortícola. Refira-se que, do número total de projectos de investimento apresentados até Junho de 2003, cerca de 13% o foram por jovens agricultores, associados a prémios à 1ª instalação.
			POR TIPO DE PRODUÇÃO:		
			FRUTICULTURA: 1 Jovem Agricultor		
			HORTICULTURA: 15 Jovens Agricultores		
			OUTRAS EXPLORAÇÕES (incluindo mistas): 1 Jovem Agricultor		
		Número de jovens agricultores / nº de explorações agrícolas	17/169 = 0,1 (dados iniciais); 27/207 = 0,13 (dados Junho 2003)		
2.1.1	II.4. Em que medida é que a instalação efectiva de jovens agricultores contribuiu para proteger o emprego?	Número de postos de trabalho equivalentes a tempo inteiro (ETI) mantidos ou criados.	Situação Sem Projecto	Situação Com Projecto	A quase totalidade dos projectos reflectiu-se na criação de uma nova UTA, correspondente ao beneficiário.
			1,114 UTA´s	25,616 UTA's	
		Rácio {% de instalações apoiadas que estiveram na origem da prática da actividade agrícola a título principal} / {% de todas as instalações de agricultores a título principal}.	1		

ACÇÃO	QUESTÕES COMUNS	INDICADORES		COMENTÁRIO
Melhoria da transformação e comercialização dos produtos agrícolas				
2.1.2	VII.1. Em que medida é que os investimentos apoiados contribuíram para um aumento da competitividade dos produtos agrícolas através da melhoria e da racionalização da transformação e comercialização dos produtos agrícolas?	VII.1-1.1. Provas da racionalização dos processos de transformação e dos circuitos de comercialização (descrição. por exemplo. incluindo a tendência para a adopção das normas ISO 9000 por parte dos beneficiários).		Apesar da inexistência de indicadores que permitam responder objectivamente às questões de avaliação, e do pequeno número de beneficiários desta Acção, é notória a sua importância. De facto, o volume médio de investimento por projecto e os sectores nos quais estes incidiram, revelam a importância estratégica que um número reduzido de projectos pode ter no desenvolvimento do sector agro-industrial e na valorização de produtos da agricultura Regional. É ainda de considerar como relevante a repercussão destes efeitos junto dos produtores agrícolas, pela dinamização que estes projectos trazem a toda a fileira.
		VII.1-2.1. Utilização da capacidade das estruturas de transformação e comercialização apoiadas (%).		
		VII.1-3.1. Alteração dos custos de transformação/comercialização por unidade de produto de base graças ao apoio (%).		
2.1.2	VII.2. Em que medida é que os investimentos apoiados contribuíram para um aumento da competitividade e do valor acrescentado dos produtos agrícolas melhorando a respectiva qualidade?	VII.2-1.1. Percentagem de produtos agrícolas de base contidos nos produtos transformados/comercializados de melhor qualidade intrínseca provenientes das estruturas de transformação e comercialização apoiadas (%): (a) produtos sujeitos a um controlo sistemático da qualidade graças ao apoio; (b) produtos em que a homogeneidade dos elementos do mesmo lote ou de lotes diferentes aumentou.		
		VII.2-2.1. Percentagem de produtos provenientes das estruturas de transformação e comercialização apoiadas que são comercializados com um rótulo de qualidade (número de produtos e %): (a) no âmbito de sistemas de rotulagem de nível comunitário (%); (b) no âmbito de sistemas de rotulagem de nível nacional (%); (c) no âmbito de outros sistemas de rotulagem (%).		
		VII.2-3.1. Valor acrescentado nas estruturas de transformação e comercialização apoiadas (%).		
2.1.2	VII.3. Em que medida é que os investimentos apoiados melhoraram a situação do sector da produção agrícola de base?	VII.3-1.1. Tendência (em termos de quantidade e de preço) das compras de matérias-primas efectuadas pelas estruturas de produção/comercialização apoiadas.		
		VII.3-2.1. Percentagem da oferta de produtos agrícolas de base aos produtores (transformação) ou operadores comerciais beneficiários que está dependente de contratos plurianuais ou de instrumentos equivalentes (%).		
2.1.2	VII.5. Em que medida os investimentos apoiados contribuíram para a protecção do ambiente?	VII.5 – 2.1. Percentagem de estruturas de transformação e comercialização que introduziram melhorias ambientais graças ao co-financiamento (%): (a) em que a melhoria ambiental era a finalidade directa; (b) em que a melhoria ambiental era um efeito colateral (por exemplo. devido a uma nova tecnologia introduzida principalmente por outras razões); (c) em que o investimento apoiado obedecia a normas mais exigentes do que as normas mínimas em matéria de emissões (resíduos. efluentes de esgoto. fumos) provenientes directamente das instalações de transformação e comercialização (fim de ciclo); (d) em que os investimentos apoiados se relacionavam com a utilização dos recursos (água. energia. etc.) e os efeitos ambientais dos produtos após a sua saída das instalações de transformação/comercialização (transporte. embalagem. etc.).		
Silvicultura				
2.1.6	VIII.1.A. Em que medida é que o Programa permitiu melhorar ou preservar os recursos silvícolas, nomeadamente influenciando o uso do solo e a estrutura e a qualidade das espécies em crescimento?	VIII.1.A-1.1. Superfície das plantações apoiadas (hectares).	31,5 ha	Esta Acção teve uma utilização relativamente reduzida – apenas 40 projectos aprovados, correspondentes a 2,5% do total de investimento elegível e 2,7% do total de despesa pública. Desta forma, os seus efeitos na actividade silvícola Regional são relativamente reduzidos. As áreas beneficiadas (31,5 ha de plantações, 67,88 ha de zonas da rede Natura 2000, 143,5 ha de zonas de usos múltiplos) se bem que importantes a nível local, acabam por ter um impacto reduzido a nível Regional.
		VIII.1.A-2.1. Aumento médio anual previsto graças ao apoio (m3/hectares/ano): (a) através de novas plantações (% e hectares em causa); (b) através da melhoria das florestas existentes (% e hectares em causa).	Na Região Autónoma da Madeira, o espaço florestal está essencialmente vocacionado para a vertente de protecção, pelo que a contabilização dos acréscimos médios anuais, tem sido secundarizada face aos objectivos definidos para as superfícies plantadas e/ou melhoradas (revestimento do solo, diminuição do poder erosivo)	
		VIII.1.A-3.1. Tendência dos parâmetros relacionados com a estrutura/qualidade (descrição. por exemplo. incluindo as folhosas e resinosas, a evolução dos diâmetros, o fuste direito, os nós. etc.).	Os parâmetros estatísticos relacionados com a estrutura/qualidade não têm sido ainda contabilizados.	
2.1.6	VIII.2.A. Em que medida é que as acções apoiadas permitiram que a silvicultura prestasse o seu contributo para os aspectos económicos e sociais do desenvolvimento rural através da manutenção e da promoção das funções produtivas das explorações florestais?	VIII.2.A-1.1. Evolução a curto/médio prazo dos custos anuais da silvicultura – colheita e transporte/recolha, operações de povoamento graças ao apoio (€/m3).	A análise de custos anuais de silvicultura não constitui a principal preocupação da Região face aos objectivos que estão subjacentes aos povoamentos instalados e/ou melhorados.	

ACÇÃO	QUESTÕES COMUNS	INDICADORES		COMENTÁRIO
Silvicultura				
		VIII.2.A-1.2. Percentagem de explorações filiadas em associações de proprietários florestais ou organizações semelhantes graças ao apoio (%).	0 (zero)	Esta Acção teve uma utilização relativamente reduzida – apenas 40 projectos aprovados, correspondentes a 2,5% do total de investimento elegível e 2,7% do total de despesa pública. Desta forma, os seus efeitos na actividade silvícola Regional são relativamente reduzidos. As áreas beneficiadas (31,5 ha de plantações, 67,88 ha de zonas da rede Natura 2000, 143,5 ha de zonas de usos múltiplos) se bem que importantes a nível local, acabam por ter um impacto reduzido a nível Regional.
		VIII.2.A-2.1. Mercados suplementares apoiados, nomeadamente para produtos de pequenas dimensões/baixa qualidade (m^3).	0 (zero)	
2.1.6	VIII.2.B. Em que medida é que as acções apoiadas permitiram que a silvicultura prestasse o seu contributo para os aspectos económicos e sociais do desenvolvimento rural através da manutenção e do desenvolvimento do emprego e de outras funções e condições socioeconómicas?	VIII.2.B-2.1. Volume da oferta a curto/médio prazo de produtos florestais de base para actividades de transformação em pequena escala a nível local (m^3/ano).	Conforme referido anteriormente estes parâmetros, não foram ainda contabilizados, dado não ser este o objectivo principal das melhorias efectuadas.	
		VIII.2.B-3.1. Zonas ou sítios com atractivos/valor natural criados devido ao apoio [descrição. tendo em conta os conceitos de coerência perceptiva/cognitiva, diferenciação (homogeneidade/diversidade) e identidade cultural, assim como o número de hectares em causa].	Uso Múltiplo 143,5 ha. Interviu-se em áreas de grande afluência popular, melhorando as condições disponíveis para o recreio e o lazer tendo em vista a integração ambiental das populações nos espaços florestais e naturais, disciplinando desta forma a utilização dos mesmos.	
2.1.6	VIII.2.C. Em que medida é que as acções apoiadas permitiram que a silvicultura prestasse o seu contributo para os aspectos económicos e sociais do desenvolvimento rural através da manutenção e melhoria adequadas das funções de protecção da gestão florestal?	VIII.2.C-1.1. Zona plantada/gerida com finalidades de protecção (hectares).	31,5 ha	
2.1.6	VIII.3.A. Em que medida é que as acções apoiadas contribuíram para assegurar melhor as funções ecológicas das florestas através da manutenção, conservação e melhoria adequadas da diversidade biológica?	VIII.3.A-1.1. Superfície plantada/regenerada/melhorada com espécies arbóreas autóctones (hectares): (a) com povoamentos mistos (hectares); (b) para conservação *in situ* de recursos genéticos (hectares).	Espécies autóctones: 28,03 ha (arborização e beneficiação); Povoamentos mistos: 194,87 ha (arborização e beneficiação); Conservação *in situ*: 0 ha.	
		VIII.3.A-2.1. Sítios de importância crítica mantidos/melhorados graças ao apoio (hectares): (a) em zonas da rede Natura 2000 ou adjacentes; (b) protegidos de riscos naturais ou restabelecidos depois de terem sido danificados por catástrofes naturais.	(a) 67,88ha. Esta área inclui acções de arborização e beneficiação em sítios da Rede Natura 2000, no âmbito de três projectos (candidaturas).	
		VIII.3.A-2.2. Tendência em matéria de protecção de espécies/variedades vulneráveis e não comerciais (isto é. que não são comercializadas) da fauna e da flora em terras abrangidas por acções apoiadas (descrição. por exemplo. número de espécies/variedades diferentes apoiadas e, se possível, evolução da abundância das espécies mais importantes).	Todas as acções de plantação e/ou beneficiação efectuadas têm privilegiado a expansão de espécies vulneráveis e não comerciais, da flora autóctone, nomeadamente loureiro, faia das ilhas, til, vinhático, urzes, uveira da serra, entre outras. Foram utilizadas ainda outras espécies de menor representatividade como por exemplo o sanguinho, perado e zambujeiro.	
		VIII.3.A-3.1. Superfície plantada em zonas onde a cobertura florestal é reduzida ou inexistente (hectares): (a) em zonas da rede Natura 2000 ou adjacentes (hectares); (b) em zonas que formam corredores entre habitats precários e isolados (hectares).	(a) 7,3 ha. (Referente a uma candidatura – Bica da Cana – P. F. do Paul da Serra)	
		VIII.3.A-3.2. Criação de ecótonos (orla da floresta ...) com valor significativo para a fauna e a flora (quilómetros).	0 (zero) km	
2.1.6	VIII.3.B. Em que medida é que as acções apoiadas contribuíram para assegurar melhor as funções ecológicas das florestas através da manutenção da sua sanidade e vitalidade?	VIII.3.B-1.1. Volume das espécies em crescimento que sofreram menores danos graças a equipamento ou infra-estruturas apoiadas (m^3/ano).	O volume ainda não está contabilizado dado estarmos perante plantações efectuadas na campanha de 2002/2003. Contudo a área objecto será de 2,77 ha.	
		VIII.3.B-2.1. Superfície onde foram criadas estruturas florestais ou introduzidas práticas silvícolas melhoradas com objectivos de prevenção de catástrofes naturais (hectares).	0 (zero)	
		VIII.3.B-3.1. Superfície protegida dos riscos naturais (incluindo os incêndios) ou restaurada depois de ter sido danificada por catástrofes naturais (hectares).	0 (zero)	

ACÇÃO	QUESTÕES COMUNS	INDICADORES		COMENTÁRIO
Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais				
2.1.3; 2.1.6; 2.1.6	IX.2. Em que medida é que as condições de vida e de bem-estar da população rural foram mantidas em consequência das actividades sociais e culturais, da melhoria dos equipamentos colectivos ou da atenuação das desvantagens da sua situação periférica?	IX.2-1.2. Transportes/deslocações facilitadas ou evitadas devido a acções apoiadas (descrição e deslocações evitadas, em quilómetros e/ou horas por ano): a) para as explorações agrícolas (deslocações evitadas. em quilómetros e/ou horas por ano). b) Para a comunidade rural (deslocações evitadas. em quilómetros e/ou horas por ano).	a) 390 hectares de terras agrícolas cuja acessibilidade melhorou devido à construção/beneficiação de caminhos agrícolas e rurais, teleféricos e monta-cargas, numa extensão total de 33Km, beneficiando 1.749 explorações agrícolas; b) n.d.	Os caminhos agrícolas e rurais têm sido uma das principais prioridades da Medida (cerca de 31% da despesa pública total) com importantes reflexos quer no bem-estar das populações rurais, quer na redução de custos de transporte e no aumento da área agrícola com acesso mais facilitado. Esta Sub-Acção teve um impacto relevante num número muito considerável das explorações e da área agrícola regional.
2.1.3; 2.1.6; 2.1.7		IX.2-3.1. Percentagem da população rural que tem acesso a espaços naturais com valor recreativo ou a património rural/sítios preservados graças a acções apoiadas (%).	n.d.	
2.1.7		IX.2-3.2. Percentagem de habitações rurais melhoradas graças ao apoio (número e %): a) para turismo rural (%); b) como incentivo à permanência/instalação na Região (%).	0 (zero)	
2.1.2;2.1.3; 2.1.4;2.1.5; 2.1.7;2.1.8	IX.4. Em que medida é que as características estruturais da economia rural foram mantidas ou melhoradas?	IX.4-1.1. Percentagem de explorações agrícolas que beneficiaram de melhorias agrícolas graças às acções apoiadas (número e % de explorações e hectares): a) de uma melhoria dos solos (número e % de hectares); b) de uma melhoria da irrigação (número e % de hectares); c) de melhorias relacionadas com a estrutura fundiária (número e % de hectares); d) de uma gestão mais profissional da exploração agrícola (número e % de explorações).	a) 2 explorações agrícolas - 0,52 ha; b) 7.404 explorações agrícolas - 2.213,8 ha; c) 4 explorações agrícolas - 8,5 ha; d) 0 (zero)	O principal benefício trazido pela Medida em termos de infra-estruturas agrícolas deriva da forte aposta em investimentos em regadios que não só têm constituindo uma parte significativa da despesa pública, como ainda têm vindo a beneficiar uma parte bastante significativa das explorações e SAU da Região.
2.1.2;2.1.3; 2.1.4;2.1.5		IX.4-1.2. Actividades produtivas novas/melhoradas relacionadas com a agricultura que foram apoiadas. Incluindo a comercialização de produtos agrícolas de qualidade (descrição).		
2.1.8		IX.4-2.2. Percentagem de terras danificadas que foram restabelecidas graças ao apoio (hectares e %).	0,52 hectares de terras agrícolas.	
2.1.3	IX.5. Em que medida é que o ambiente rural foi protegido ou melhorado?	IX.5-1.2. Redução das perdas de água das infra-estruturas de rega graças ao apoio (hectares beneficiados e m3/toneladas de culturas).	2.214 hectares beneficiados pelas infra-estruturas de rega.	
2.1.4;2.1.5; 2.1.6; 2.1.7		IX.5-1.3. Provas da existência de tendências positivas relacionadas com o ambiente no que se refere aos sistemas e práticas agrícolas, às infra-estruturas ecológicas ou ao uso dos solos devido às acções apoiadas.		
2.1.6; 2.1.7		IX.5-3.1. Provas da melhoria das terras não agrícolas, em termos de biodiversidade, paisagens ou recursos naturais, graças ao apoio.		
2.1.4; 2.1.5		IX.5-4.1. Os agentes económicos das zonas rurais têm um acesso melhorado à informação ou ao intercâmbio de informação sobre actividades inócuas para o ambiente, graças a acções apoiadas (número. %): a) informação relativa a técnicas/práticas e sistemas agrícolas (número e %); b) informação relativa a actividades não agrícolas (número e %).	0 (zero)	